



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CONTRATO Nº 29/2023**

**CONTRATO N. 29/2023/TRE-RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0003649-42.2022.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 13/2023**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA VENTOSUL SOLUÇÕES TÉRMICAS LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE GÁS FRIGORÍGENO, INCLUINDO CONFIGURAÇÃO, OPERAÇÃO E AJUSTES DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO VRF (*Variable Refrigerant Flow*) INSTALADO NO EDIFÍCIO-SEDE E DO DEPÓSITO DE URNAS (ANEXO II) DO TRE-RO, DA MARCA MITSUBISHI, DO TIPO EXPANSÃO DIRETA VRF-MULTI-SPLIT, COMPREENDENDO, TAMBÉM, O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ n. **04.565.735/0001-13**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG nº. **\*\*\*.893-SSP/RO** e CPF nº. **\*\*\*.106.849-\*\***.

**CONTRATADA:** Empresa **VENTOSUL SOLUÇÕES TÉRMICAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. **24.485.960/0001-57**, com sede na



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Avenida Governador Jorge Teixeira, nº 735 – Sala B, esquina com a rua Almirante Barroso – Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP: 76.804-155, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 3213-2448 / (69) 3219-2879 / (69) 98466-0000, E-mail(s): [ventosul.ro@gmail.com](mailto:ventosul.ro@gmail.com), neste ato representada pelo senhor **JOÃO FECCHIO JUNIOR**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG \*\*\*817/SSP-RO e do CPF \*\*\*.797.062-\*\*.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Leis 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 10.520/2002 (Pregão Eletrônico), Decretos Federais 9.507/2018 e 10.024/2019, Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Resolução TSE 23.702/2022, Edital de Pregão Eletrônico respectivo, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei 10.406/2002 (Código Civil) e 13.709/2018 (Proteção de Dados Pessoais), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.

**Ato de Autorização da Licitação:** DESPACHO Nº 1111/2023 - PRES/DG/GABDG, de 27/09/2023 (evento [1063451](#)).

**Ato de Homologação do Pregão Eletrônico:** DESPACHO Nº 1396/2023 - PRES/DG/GABDG, de 24/11/2023(evento [1086904](#)).

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, II e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Este Contrato tem por objeto a prestação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, com fornecimento de gás refrigerante, incluindo configuração, operação e ajustes do sistema de climatização VRF (*Variable*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Refrigerant Flow*), instalado no Edifício-Sede e no Anexo II - Depósito de Urnas - do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e sistema de climatização de precisão, com disponibilidade de alta vazão de ar, controle eficiente e preciso de temperatura e umidade, cujos equipamentos são do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, da marca Mitsubishi, que compreende o emprego de equipamentos/ ferramentas e o fornecimento de materiais de consumo necessários à execução dos serviços, na forma estabelecida no Termo de Referência correspondente e a seguir:

| <b>VISÃO GERAL DO SISTEMA VRF INSTALADO NO TRE-RO</b> |                        |
|---|------------------------|
| <b>SISTEMA CONFORTO E SISTEMA DE PRECISÃO</b>         |                        |
| <b>CAPACIDADE TOTAL DAS EVAPORADORAS</b>              | <b>364 HP - 301 TR</b> |
| <b>CAPACIDADE TOTAL DAS CONDENSADORAS</b>             | <b>338 HP - 269 TR</b> |
| Unidades Evaporadoras                                 | 152 und                |
| Unidades Condensadoras                                | 35 und                 |
| Controlador DIDO                                      | 01 und                 |
| Controlador (TR)                                      | 02 und                 |
| Controlador (EC)                                      | 05 und                 |
| Lossnay (LU)  | 15 und                 |

**Subcláusula Primeira** – A potência total das evaporadoras dos sistemas (Sistema Conforto e Sistema de Precisão), que inclui o Edifício Sede do TRE-RO e o Anexo II é de 301 (trezentos e uma) TR's - Toneladas de Refrigeração, conforme a seguir:

1. A potência do Sistema de Climatização de Precisão, instalado no Anexo II do Edifício Sede, tem uma potência de 20 (vinte) TR's, conforme item 3.2.4 do Termo de Referência correspondente; e
2. A potência do Sistema Conforto, instalado no Edifício Sede, é de 181 (cento e oitenta e uma) TR's.

**Subcláusula Segunda** – No Termo de Referência respectivo (Capítulo 4) consta o detalhamento minucioso do objeto deste contrato, incluindo: as definições e conceitos; o local e horário da execução dos serviços; o modelo de execução do objeto; as especificações dos serviços; a periodicidade na



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

execução dos serviços; o fornecimento de materiais de consumo e serviços diversos; subcontratação dos serviços de manutenção e a garantia e assistência técnica.

**Subcláusula Terceira** - A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental atualmente definidos para esta contratação, conforme detalhado no Capítulo 5 do Termo de Referência correspondente.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA deverá atender todas as condições indicadas neste instrumento, no Termo de Referência respectivo e em seus anexos, incluindo as condições de habilitações, assim como declara que foram atendidas as regras pré-contratuais desta contratação.

**Subcláusula Quinta** – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, incluindo o Termo de Referência, bem como a proposta da CONTRATADA, obrigando a Contratada a realizar este objeto nas condições, preços e prazos estabelecidos nos mencionados instrumentos, sob pena da aplicação das sanções legais, editais e contratuais.

**Subcláusula Sexta** – As características do sistema de ar condicionado VRF da marca Mitsubishi instalado nos edifícios do TRE-RO e as orientações da fabricante quanto aos procedimentos de manutenção estão especificadas nos seguintes documentos anexos do Termo de Referência – TR desta contratação:

Anexo I - Memorial das Instalações Conforto;

Anexo II - Relatório da Instalação Conforto;

Anexo III - Relação de Equipamentos;

Anexo IV - Plano de Manutenção Conforto;

Anexo V - Protocolo de Inspeção;

Anexo VI - Projeto Executivo – Equipamentos;

Anexo VII - Projeto Executivo – Dreno;

Anexo VIII - Projeto Executivo – Elétrico;

Anexo IX - Projeto Executivo – Endereçamento;

Anexo X - Imagens do Sistema Instalado;

Anexo XI – Autorização para Retirada de Equipamentos;

Anexo XII – Laudo Técnico Defeitos;

Anexo XIII – Relatório Técnico Proposta de Solução;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Anexo XIV – Ordem de Execução – Manutenção Corretiva.

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço global.

**DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**(Art. 57, § 1º e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Este contrato terá **prazo de vigência e de execução de 36 (trinta e seis) meses**, a contar de **21/12/2023**, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, limitada sua duração a 60 meses.

**DO VALOR**

**(Art. 55, III e V, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ 932.999,76** (novecentos e trinta e dois mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), para o período de vigência desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA (evento [1076027](#)).

| <b>DISCRIMINAÇÃO</b>   | <b>VALOR<br/>MENSAL<br/>(R\$)</b> | <b>VALOR<br/>ANUAL<br/>(R\$)</b> | <b>VALOR<br/>TOTAL<br/>36<br/>MESES<br/>R\$</b> |
|--|-----------------------------------|----------------------------------|---|
| Prestação de SERVIÇOS DE<br>MANUTENÇÃO<br>PREVENTIVA,<br>PREDITIVA E | <b>25.916,66</b>                  | <b>310.999,92</b>                | <b>932.999,76</b>                               |



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|   |                       |  |  |
|---|-----------------------|--|--|
| CORRETIVA, com fornecimento de gás frigorígeno, incluindo configuração, operação e ajustes do sistema de climatização VRF (Variable Refrigerant Flow), instalado no Edifício-Sede e no Anexo II - Depósito de Urnas - do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e sistema de climatização de precisão, com disponibilidade de alta vazão de ar, controle eficiente e preciso de temperatura e umidade, cujos equipamentos são do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, da marca Mitsubishi, que compreende o emprego de equipamentos/ferramentas e o fornecimento de materiais de consumo necessários à execução dos serviços. |                       |  |  |
| <b>VALOR TOTAL DESTA CONTRATAÇÃO</b>  | <b>R\$ 932.999,76</b> |  |  |

**Subcláusula Primeira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, tais como: mão-de-obra, tributos incidentes, impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, materiais, deslocamentos, atendimentos emergenciais, eventuais atendimentos fora do cronograma ou horários preestabelecidos, lucro e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.

**Subcláusula Segunda** - As despesas com a execução da presente contratação correrão inicialmente à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Fonte de Recurso: 1000000000 e Natureza da Despesa: 339039, conforme Nota de Empenho n. 2023NE000526, datada de 27/11/2023 (evento [1090769](#)), a ser reforçada, caso necessário, consoante detalhamento orçamentário a seguir:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| Tipo de Orçamento                     | Item de despesa do planejamento orçamentário                        | Plano Interno | Previsão de execução orçamentária por ano |                       |                       |                       |
|---------------------------------------|---|---------------|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|                                       |   |               | 2023 (R\$)                                | 2024 (R\$)            | 2025 (R\$)            | 2026 (R\$)            |
| Ordinário                             | Ar condicionado VRF - serviços de manutenção preventiva e corretiva | IEF MANP RE   | R\$ 10.491,15                             | R\$ 358.074,00        | R\$ 358.074,00        | R\$ 347.582,85        |
| <b>TOTAL POR EXERCÍCIO FINANCEIRO</b> |   |               | <b>R\$ 10.491,15</b>                      | <b>R\$ 358.074,00</b> | <b>R\$ 358.074,00</b> | <b>R\$ 347.582,85</b> |

**Subcláusula Terceira** – Quanto aos exercícios subsequentes as despesas serão suportadas pelos recursos programados para a cobertura deste contrato nas respectivas propostas orçamentárias.

**DO PAGAMENTO**

**(Art. 55, III, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA – FORMA DE PAGAMENTO** - Os pagamentos à CONTRATADA serão realizados mensalmente, mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, **até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura** devidamente atestada pelo fiscal do contrato, aplicadas as retenções legais, e, ainda, da comprovação da regularidade dos documentos exigidos, observando que:

- Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória;
- Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a CONTRATADA informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

**I** - Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à CONTRATADA em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

**II** - Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

|                        |   |
|------------------------|---|
| <b>EM = I x N x VP</b> | <p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> $I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$ <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p> |
|------------------------|---|

**III** - A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**IV** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária ou OBPIX para pagamento.

**Subcláusula única - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O pagamento será mensal. A CONTRATADA deverá apresentar as notas fiscais/faturas no máximo até o 5º (quinto) dia útil subsequente à prestação dos serviços.

**I** - O pagamento compreenderá o valor mensal dos serviços de manutenção preventiva e corretiva no mês anterior ao pagamento.

**II** - Para autorização do pagamento dos serviços no mês anterior, a CONTRATADA deverá enviar ao TRE-RO os seguintes documentos:

a) Nota Fiscal/fatura;

b) O Relatório Técnico Mensal previsto no item 4.4.3.3 do Termo de Referência; e





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) As ordens de serviços expedidas pela fiscalização do contrato.

**III** - Previamente ao pagamento o CONTRATANTE fará a atestação da regularidade e juntará ao processo os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo sítio eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>.

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pelos sítios eletrônicos <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>;

c) Certidão de Regularidade do FGTS emitida pelos sítios eletrônicos <http://www.caixa.gov.br>.

**IV** - A ausência dos documentos enumerados no item II e da regularidade exigida no item III, todos desta Subcláusula, impede o pagamento até a regularização das pendências.

**V** - Haverá **glosa** dos valores nos seguintes casos:

a) pelos serviços de manutenção preventiva não prestados de acordo com o PMOC, adotando-se para o cálculo do valor da glosa a capacidade em toneladas de refrigeração (TR)/BTU's - apurada de acordo com as capacidades indicadas no Anexo III do termo de referência - dos equipamentos não mantidos;

b) quando for imposto algum ajuste de pagamento pelo descumprimento dos indicadores de qualidade estabelecidos no acordo de nível de serviço (**Cláusula Décima Sexta deste contrato**).

**VI** - O CONTRATANTE reserva-se no direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações definidas neste contrato.

## **DA GARANTIA CONTRATUAL**

**(Art. 55, VI, da Lei n. 8.666/1993)**

**CLÁUSULA SEXTA** – Para assegurar a plena execução do presente Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste contrato, GARANTIA, em uma das modalidades previstas no § 1º do referido dispositivo legal, no valor de **R\$ 46.649,98** (quarenta e seis mil seiscentos e quarenta e nove



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reais e noventa e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, com prazo de validade durante a execução do Contrato até 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

**Subcláusula Primeira** – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

**I.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**II.** Seguro-garantia;

**III.** Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão 2467/2017 – TCU – Plenário).

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA deverá apresentar a Garantia referida, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Contrato, prazo que pode vir a ser prorrogado por igual período, mediante solicitação formal e sujeito à critério e deliberação do órgão Contratante.

**Subcláusula Terceira** – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste/repactuação, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

**Subcláusula Quarta** – A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão deste contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não, bem como poderá ocasionar outras penalidades cabíveis.

**Subcláusula Quinta** – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura

**Subcláusula Sexta** – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior, observada a legislação vigente relativa à matéria.

**Subcláusula Sétima** – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em favor do CONTRATANTE, em conta específica com correção monetária.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Oitava** – A garantia deverá ter prazo de validade durante todo o prazo de vigência contratual.

**Subcláusula Nona** – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

**Subcláusula Décima** – A garantia será considerada extinta:

**I.** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**II.** Após vencido o prazo de 3 (três) meses do término da vigência do contrato, prazo esse que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

**Subcláusula Décima Primeira** – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para cobrir as despesas necessárias.

## **DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**(Art. 55, VI, da Lei n. 8.666/1993)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – A CONTRATADA deverá oferecer garantia completa dos serviços realizados de no mínimo 3 (três) meses contados da data do término da execução do serviço.

**I** - No caso de materiais fornecidos ou substituídos pela CONTRATADA, o prazo mínimo de garantia será de 12 (doze) meses ou a garantia do fabricante, caso seja maior, contados da data da entrega dos equipamentos, devidamente revisados e/ou consertados.

**II** - O serviço de assistência técnica, durante todo o período de garantia ofertado, deverá ser prestado de modo a remover os defeitos apresentados, compreendendo, nesse caso, os ajustes, reparos e correções necessárias, de acordo com as normas técnicas específicas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III** - A CONTRATADA ficará responsável pelos eventuais reparos, assim como pelas substituições de peças.

**IV** - Os serviços de assistência técnica deverão ser prestados pela CONTRATADA. Caso seja necessária a remoção dos equipamentos, não deverá acarretar qualquer ônus ao CONTRATANTE.

**V** - O prazo para sanar defeito apresentado no serviço realizado, durante todo o período de garantia ofertada, não poderá ser superior a 2 (dois) dias úteis, a partir da chamada técnica, que será efetuada por escrito, via e-mail ou mensagem por WhatsApp.

**VI** - Caso haja a necessidade de promover a substituição de peças, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 5 (dias) dias consecutivos, a partir do chamado técnico e entrega das peças pelo CONTRATANTE, para execução do serviço.

**VII** - Os prazos de conclusão dos serviços mencionados nos subitens V e VI poderão ser eventualmente dilatados nas situações em que a CONTRATADA apresente justificativa comprovada da impossibilidade técnica para a sua realização dentro do período inicialmente estipulado.

**VIII** - Os serviços de manutenção em garantia deverão ser realizados em dias úteis da Justiça Eleitoral, no horário compreendido entre 8h e 18h.

**IX** - A CONTRATADA responderá, durante o período de garantia dos equipamentos, por quaisquer procedimentos necessários perante o fabricante, de forma a assegurar prontamente ao CONTRATANTE a assistência técnica e/ou a substituição dos equipamentos e acessórios, caso sejam necessárias, incluindo-se as partes que apresentarem defeitos e/ou vícios de execução não oriundos do mau uso por parte do CONTRATANTE, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados e prejuízos para o desempenho das atividades do CONTRATANTE.

**X** - Durante o período da garantia, caso NÃO EXISTA OU DEIXE DE EXISTIR assistência ou suporte técnico local autorizado pelo fabricante, FICARÁ A LICITANTE VENCEDORA RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS ATÉ O TÉRMINO DA GARANTIA.

**XI** - Ocorrendo o término do prazo de garantia ofertado, e havendo pendências com relação a serviços não realizados por culpa da CONTRATADA, o prazo de garantia ficará prorrogado, pelo período necessário, até o limite de 30 (trinta) dias, sem ônus para o CONTRATANTE, sujeita a CONTRATADA, em caso de inexecução, à aplicação das sanções legais cabíveis, estabelecidas neste contrato.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA OITAVA** – A CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parcialmente serviços especializados para manutenções corretivas e/ou preventivas, quando se tratar de itens que, por sua natureza e especificidade exijam o emprego de conhecimentos ou tecnologias especiais. Para tanto, os serviços que poderão ser subcontratados são:

a) Manutenção elétrica nos painéis e equipamentos elétricos do sistema de climatização;

b) Limpeza e higienização nos dutos de exaustão por meio mecanizado.

**I** - O limite da subcontratação deverá ser de no máximo 20% (vinte por cento) dos serviços contratuais e, havendo a necessidade de subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar por escrito justificativa técnica que respalde a necessidade de subcontratação, incluindo a descrição detalhada da falha identificada e dos serviços necessários para saná-la, bem como a identificação da empresa ou profissionais qualificados para tal, as ferramentas, materiais ou recursos especiais necessários.

**II** - No caso de subcontratação, deverá ser dada preferência a microempresa ou de empresa de pequeno porte, nas parcelas subcontratadas com valor até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, II, da Lei Complementar nº 147, de 2014. Não sendo possível atender o disposto neste subitem, a contratada deverá comprovar o motivo.

**III** - As informações relativas à subcontratação e às empresas indicadas para subcontratação deverão ser encaminhadas previamente à formalização do contrato a ser firmado entre a contratada e a subcontratada, ao Gestor do Contrato, por escrito, para aprovação, observado que a regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada deverá ser comprovada mediante a apresentação dos documentos exigidos para habilitação da contratada por ocasião da licitação, observando que:

a) Deverá ser apresentado, ainda, atestado de capacidade técnica da empresa indicada para subcontratação, comprovando que a execução de serviços compatíveis às instalações do TRE-RO.

b) As eventuais empresas subcontratadas deverão observar as mesmas exigências contratuais da CONTRATADA.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV** - Será admitida a substituição da empresa subcontratada, desde que solicitado por escrito pela CONTRATADA, e observadas às mesmas condições do item anterior e seu subitem.

**V** - Caberá à CONTRATADA, mesmo quando autorizada a subcontratação, responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais, sob pena da aplicação das sanções previstas neste instrumento.

**VI** - No caso de subcontratação, a CONTRATADA deverá observar as disposições contidas na Lei Complementar nº 123/2006.

### **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA NONA** – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização, deverá ser observado o que segue:

**Subcláusula Primeira** - A gestão deste contrato será exercida pelo titular da **Seção de Manutenção Predial – SEMAP**, com as seguintes atribuições, entre outras atividades:

**I** - Zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação e controle previstos nas normas de gestão de contratos da Justiça Eleitoral, atuando de forma complementar ao fiscal do contrato, atuando de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionadas ao contrato que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

**II** - Proceder à imediata notificação à contratada nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais, concedendo prazo razoável, quando não fixado no próprio contrato, para sua correção;

**III** - Registrar os ajustes acordados com o representante da contratada, colhendo sua assinatura e promovendo a sua juntada ao processo;

**IV** - Juntar no próprio processo, ou em outro relacionado especialmente aberto com este fim - quando a natureza, a complexidade ou o valor da contratação assim determinar - as ocorrências verificadas na execução contratual, bem como as medidas levadas a efeito para sua solução, as quais serão parte integrante do processo de contratação respectivo;

**V** - Exercer as atribuições de fiscal de documentação, realizando o controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato,





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, comercial e contábil;

**VI** - Dirimir dúvidas e responder a consultas e requerimentos quanto aos termos do contrato, inclusive quanto à alteração contratual, ouvindo, quando necessário, o fiscal do contrato;

**VII** - Aplicar, se entender conveniente, de forma fundamentada, a pena de advertência e propor à autoridade superior a aplicação de outras penalidades, previstas no contrato;

**VIII** - Comunicar à Administração, por escrito, sobre o término do contrato, observando o prazo de até 90 (noventa) dias corridos, apresentando as justificativas necessárias, caso se trate da realização de nova licitação, de prorrogação do contrato ou de contratação direta;

**IX** - Acompanhar todos os atos praticados pelo fiscal de execução, manifestando-se quando necessário;

**X** - Solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal;

**XI** - Praticar outros atos e prestar quaisquer informações afins a suas atribuições sempre que solicitadas pelo Secretário da SAOFC ou outra autoridade do Tribunal;

**XII** - Exercer as demais atribuições de gestor estabelecidas no art. 28 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;

**XIII** - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

**Subcláusula Segunda** - A **fiscalização** desta contratação será exercida pelo servidor indicado pelo titular da **Assessoria de Engenharia – ASSENGE deste TRE-RO**, que poderá solicitar manifestações, laudos e pareceres técnicos de profissional habilitado para subsidiar sua atuação, com as seguintes atribuições:

**I** - Analisar e manifestar-se sobre o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC;

**II** - Acompanhar a execução dos serviços, manifestando-se sobre as eventuais irregularidades, desconformidades e ocorrências que afetem a qualidade do sistema;

**III** - Emitir, a seu juízo, os chamados técnicos;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV** - Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções, cientificando o gestor do contrato;

**V** - Aferir o material utilizado, os serviços realizados, assinar a Ficha de Atendimento apresentada pela CONTRATADA, quando houver prestação de qualquer dos serviços previstos no termo de referência;

**VI** - Atestar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

**VII** - Analisar, conferir e atestar as notas fiscais, por meio de nota técnica, e encaminhar a documentação ao Gestor do contrato, o qual remeterá ao GABSAOFC, manifestando-se sobre o pagamento;

**VIII** - Anotar de forma organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, documentando os principais atos através de atas, informações, comunicados, correspondências, termos, relatórios, entre outros;

**IX** - Atuar de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionados à execução do objeto que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

**X** - Comunicar o gestor do contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

**XI** - Comunicar à contratada, pela via mais célere, eventuais irregularidades na execução do contrato, estabelecendo prazo para solução dos problemas apontados e comprovar o recebimento da comunicação pela contratada, cujas cópias deverão ser juntadas no processo para ciência do gestor;

**XII** - Exercer as demais atribuições de fiscal estabelecidas no art. 27 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;

**XIII** - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

**Subcláusula Terceira** – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste contrato serão exercidas por seus respectivos substitutos.

**Subcláusula Quarta** – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência correspondente, no Edital e anexos, obriga-se o CONTRATANTE a:

- 1.** Emitir a Ordem de Serviço em até 03 (três) dias úteis após a assinatura deste contrato;
- 2.** Aprovar, recusar ou apresentar alternativa para o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC apresentado pela CONTRATADA;
- 3.** Disponibilizar as instalações e o apoio necessário à execução dos serviços;
- 4.** Realizar abertura dos chamados com o menor tempo possível;
- 5.** Permitir aos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, encarregados da prestação dos serviços objeto do Contrato, completo e livre acesso aos locais de execução, possibilitando-lhes executá-los e procederem às verificações técnicas necessárias durante o horário normal de expediente;
- 6.** Não permitir a intervenção de terceiros, sem conhecimento técnico, na manutenção dos equipamentos, bem como dar imediata ciência à CONTRATADA de qualquer irregularidade ocorrida no funcionamento ou na manutenção dos equipamentos;
- 7.** Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo e notificar a CONTRATADA as ocorrências que exijam medidas corretivas;
- 8.** Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, os serviços prestados e notificar a CONTRATADA para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;
- 9.** Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
- 10.** Aplicar penalidades pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou, relevá-lo, se justificado;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 11.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- 12.** Dar providências às recomendações da CONTRATADA, concernentes às condições e uso correto dos equipamentos, divulgar orientações e fiscalizar procedimentos;
- 13.** Pagar os mensalmente, os serviços executados no mês anterior ao pagamento, após verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA e da nota fiscal devidamente acompanhada dos relatórios técnicos mensais e documentos exigidos neste contrato;
- 14.** Reunir-se periodicamente com o preposto ou com o representante técnico da CONTRATADA sempre que julgar necessário solucionar questões que estejam interferindo na regularidade da prestação dos serviços;
- 15.** Registrar em atas as decisões tomadas em reuniões pelas partes;
- 16.** Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública; e
- 17.** Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual e em seus anexos.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência correspondente, no Edital e anexos, obriga-se a CONTRATADA a:

- 1.** Realizar o objeto deste contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão - com seus anexos - e na sua proposta objetivando manter todos os equipamentos do sistema em condições normais de funcionamento, executando todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva necessários a permitir a operação contínua e ininterrupta, sem alterar as características técnicas dos mesmos, de forma a atender às necessidades do CONTRATANTE, sob pena da aplicação das adequações de pagamento previstas no Acordo de Nível de Serviço, sanções legais, editais e contratuais;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Apresentar, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste contrato, garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93;
3. Designar - por escrito e formalmente - e manter preposto com endereço fixo na cidade de Porto Velho, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura deste contrato;
4. Implantar e manter disponível no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do início dos serviços, o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, nos termos e condições definidos no Termo de Referência, Anexo do edital do certame;
5. Apresentar, no mesmo prazo de 30 (trinta) dias corridos, como anexo do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, um relatório inicial contendo todas as inconformidades verificadas com base na legislação vigente, sugerindo os ajustes necessários;
6. Comprovar, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco ) dias corridos após o recebimento da ordem de serviços, visto do CREA-RO no verso da Certidão conforme Resolução **CONFEA nº 336/89** - caso seja sediada em outro Estado da Federação - e apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART** dos serviços objeto do contrato e emitir a cada prorrogação contratual, a devida via destinada ao CONTRATANTE (**art. 28, § 1º da Resolução CONFEA nº 1.025/2009**);
7. Manter um profissional de engenharia mecânica ou profissional de nível superior com atribuição técnica compatível com o objeto do Termo de Referência, credenciado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia – CREA-RO, durante a vigência do contrato, que será o Responsável Técnico pelos serviços e que fará o devido acompanhamento dos mesmos, *in loco*, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE ou sempre que necessário. Para cumprimento dessa obrigação a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o desligamento do Responsável Técnico da ART registrada e apresentar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o seu desligamento a ART do novo profissional responsável pela execução do serviço, devidamente capacitado pela fabricante;
8. Executar o planejamento dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em comum acordo com o representante do CONTRATANTE;
9. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dos equipamentos, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem e providenciando a completa limpeza de todos os locais onde forem realizados os serviços;

**10.** Manter todos os dispositivos necessários à execução dos serviços, tais como ferramentas, maquinaria e aparelhagem, inclusive *softwares* dos Fabricantes dos sistemas VRF, *notebook* e conversor, responsabilizando-se pela guarda, segurança e proteção de todo equipamento utilizado, até a conclusão dos serviços;

**11.** Manter Ficha de Acompanhamento Individual para cada equipamento, nos termos da Ficha - Histórico (**Anexo XV do TR**);

**12.** Elaborar e enviar mensalmente, até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a nota fiscal/fatura dos serviços acompanhada do Relatório Técnico Mensal assinado pelo Responsável Técnico da Contratada e pelo fiscal do CONTRATANTE;

**13.** Apresentar para pagamento a Nota Fiscal/Fatura acompanhada dos documentos (relatório ou ordem de serviço) devidamente autorizados pelo CONTRATANTE;

**14.** Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, em prazo razoável e às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções apontadas pela Fiscalização;

**15.** Manter os equipamentos em bom estado de funcionamento, dentro do padrão recomendado pelos Fabricantes e de acordo com as normas técnicas aplicáveis;

**16.** Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornarem-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo;

**17.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que decorra da execução incorreta dos serviços;

**18.** Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, e diligenciar para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), tais como capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido, conforme prescrições da Norma Regulamentada NR 6, observando que:

- a) O CONTRATANTE poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por conta da CONTRATADA, mantendo-se inalterados os prazos contratuais.

**19.** Observar rigorosamente as “Ações e Práticas de Sustentabilidade Ambiental” previstas no Termo de Referência, anexo do Edital do certame.

**20.** Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

**21.** Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

**22.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado ao TRE-RO ou a terceiros que possa advir direta ou indiretamente, em função da execução dos serviços objeto deste contrato;

**23.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou acidentes causados diretamente ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não podendo transferir essa responsabilidade ao CONTRATANTE;

**24.** Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, taxas, emolumentos, aprovações e demais exigências de órgãos competentes para a prestação dos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;

**25.** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de interesse ou vínculo com o TRE-RO;

**26.** Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços;

**27.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

**28.** Comunicar ao representante do CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 29.** Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- 30.** Afastar, sempre que exigido pelo TRE-RO, de forma imediata, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom atendimento ou ao interesse do serviço público;
- 31.** Manter funcionários uniformizados com fardamento próprio da empresa, portando crachá, botas e demais EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) durante toda a execução dos serviços;
- 32.** Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados, acatar as reclamações formuladas promover acesso à documentação dos serviços em execução, atendendo prontamente às observações e exigências da fiscalização;
- 33.** Não empregar cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de servidores ou juízes vinculados ao CONTRATANTE;
- 34.** Prestar informações técnicas, quando solicitado pelo CONTRATANTE, através de orientações, estudos e pareceres sobre eventuais ampliações e modernizações dos equipamentos, bem como outras melhorias que possam ser implantadas pelo CONTRATANTE;
- 35.** Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo equipamento e material utilizado na execução dos serviços;
- 36.** Responsabilizar-se pela recomposição e/ou correção de quaisquer defeitos ou prejuízos que venham a causar nos elementos construtivos da CONTRATANTE (alvenaria, instalações gerais, pisos e revestimentos, fachada, vidros, etc.), por conta da execução inadequada dos serviços;
- 37.** Arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive em horário extraordinário (diurno, noturno, sábados, domingos e feriados), inclusive com iluminação, instalações e equipamentos necessários à plena execução do objeto contratado;
- 38.** Apresentar à Fiscalização do contrato a relação de seus empregados autorizados a proceder às manutenções preventivas e corretivas, a qual deverá ser imediatamente atualizada no caso de alteração;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 39.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pelo CONTRATANTE;
- 40.** Não CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual;
- 41.** Utilizar os modelos desta contratação quando apresentar relatórios ao CONTRATANTE, podendo, caso queira, incluir logomarca da empresa, sem suprimir quaisquer das informações nos modelos contidas;
- 42.** Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas no contrato, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto do contrato;
- 43.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93; e
- 44.** Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

### **DAS REGRAS GERAIS APLICADAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**(Artigo 55, II e IV, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Além das obrigações já elencadas, a Contratada deverá observar e cumprir o que segue:

#### **I - Obrigações preliminares e acessórias:**

- a) Indicar preposto, por escrito e formalmente, no prazo máximo para indicação de preposto será de 10 (dez) dias corridos a partir da assinatura deste contrato;
- b) Regularmente assinado este contrato, a Administração expedirá, em até 3 (três) dias úteis, a ordem de serviço. Após o recebimento da ordem de serviços, a CONTRATADA deverá implantar e manter disponível, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, adotado para o sistema de climatização, com os elementos definidos no termo de referência, que deverá contemplar as diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DE AR CONDICIONADO LTDA. O PMOC deverá ser submetido à aprovação da fiscalização;

c) Após o recebimento da ordem de serviços, a CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, uma relação contendo as principais peças e componentes do sistema, de sorte a subsidiar o CONTRATANTE na eventual aquisição de peças.

d) Após a assinatura deste contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de contratação de GARANTIA CONTRATUAL, na forma disciplinada neste instrumento;

e) Comprovar, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da ordem de serviços, visto do CREA-RO no verso da Certidão conforme Resolução CONFEA nº 336/89 - caso seja sediada em outro Estado da Federação - e apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços objeto do contrato (art. 28, § 1º da Resolução CONFEA nº 1.025/2009);

f) O descumprimento injustificado das obrigações descritas nos subitens anteriores sujeitará a CONTRATADA às penalidades na forma estabelecidas neste contrato.

## **DAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Quanto às manutenções corretivas e preventivas, a execução dos serviços, objeto deste instrumento, deverão ser observados:

### **I - Das manutenções corretivas:**

a) Com a expedição da ordem de serviço a CONTRATADA estará autorizada a iniciar o atendimento de manutenções corretivas na forma e condições definidas no termo de referência e neste instrumento.

### **II - Das manutenções preventivas:**

a) Após a aprovação do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC pela fiscalização, a CONTRATADA poderá iniciar os serviços de manutenção preventiva de acordo com o referido PMOC;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) **IMPORTANTE:** A ausência do PMOC não desobriga a CONTRATADA de realizar os serviços de manutenção preventiva previstos nas diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA. (Anexo IV do termo de referência);
- c) A CONTRATADA deverá garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua dos serviços em obediência aos cronogramas e roteiros estabelecidos pelo PMOC;
- d) A CONTRATADA deverá manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC; e
- e) Nos dias programados para manutenção preventiva, os funcionários da CONTRATADA deverão apresentar-se à FISCALIZAÇÃO antes do início dos serviços, para que se proceda ao registro de presença e se efetuem os procedimentos administrativos necessários.

### **DO LOCAL E HORÁRIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Os serviços serão prestados nos seguintes locais:

**I** - Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, situado Av. Presidente Dutra, nº 1.889, Bairro Baixa da União, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76.805-859; e

**II** - Depósito de Urnas (Anexo II), contíguo ao Edifício-sede, no mesmo endereço descrito no item anterior.

**Subcláusula Primeira** - Os serviços de manutenção preventiva serão prestados, preferencialmente, no período de 8h às 18h dos dias úteis e, quando necessário, aos sábados e domingos, conforme determinação da fiscalização do contrato.

**Subcláusula Segunda** - Quando houver necessidade de realização de serviços em dias e horários não especificados neste subitem, para o cumprimento de prazos contratuais, a CONTRATADA deverá comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência, para que seja providenciado o devido suporte à execução das atividades.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** - Tratando-se de manutenções corretivas, a CONTRATADA deverá observar, ainda, as regras estabelecidas no subitem 4.4.2.2 do Termo de Referência.

**Subcláusula Quarta** - Atendimentos de chamados: a Contratada deve fornecer os números de telefones, WhatsApp, e-mail ou outra forma de comunicação para atender os chamados decorrentes dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva.

**I - Chamados de manutenção corretiva e urgência corretiva:**

1. No quadro abaixo, ficam estabelecidos os tempos máximos para atendimento em manutenção corretiva, urgência corretiva e solução:

| <b>PLANILHA - Tempo dos Chamados</b> |                           |                                      |                                  |
|--------------------------------------|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------------|
| <b>Tipo de Sistema</b>               | <b>Tipo de Chamado</b>    | <b>Tempo Máximo para atendimento</b> | <b>Tempo máximo para solução</b> |
| Sistema Conforto                     | Manutenção Corretiva      | 4 - 6 horas                          | 48 horas                         |
|                                      | <b>Urgência Corretiva</b> | <b>2 horas</b>                       | <b>24 horas</b>                  |
| Sistema de Precisão (Data Center)    | Manutenção Corretiva      | 1 hora                               | 4 horas                          |
|                                      | <b>Urgência Corretiva</b> | <b>30 minutos</b>                    | <b>2 horas</b>                   |

**DO MODELO DE EXECUÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Os serviços consistem, BASICAMENTE, na operação e manutenção preventiva, preditiva e corretiva, a ser realizado por equipe técnica contratada através de visitas técnicas programadas. Estas devem englobar todas as ações e intervenções permanentes, periódicas, pontuais e urgentes nos equipamentos do sistema, incluindo seus subsistemas e componentes, tubulações frias e isolamentos visando manter as características de funcionalidade.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** - Os serviços de manutenções incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza dos equipamentos do sistema.

**Subcláusula Segunda** - A execução do objeto compreenderá a seguinte dinâmica:

**a) CONDIÇÕES PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

i) A contratada deverá realizar uma vistoria prévia nos equipamentos do sistema de VRF do TRE-RO, em até 5 (cinco) dias, contados a partir da autorização da ordem de início da execução dos serviços, a fim de adotar ações de avaliação e elaborar um Relatório técnico com fotografias, a ser entregue em que conterá: avaliação dos componentes do sistema (funcionamento, operação e integridade), inclusive óleo e fluido refrigerante; cronograma das intervenções corretivas para solução dos problemas identificados. O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA INICIAL deverá ser entregue ao fiscal do contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da vistoria técnica.

ii) Entrega do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do Contrato;

iii) Entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), referente a execução dos serviços de manutenção, em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do Contrato;

iv) Entrega do Cronograma de Manutenção (de 52 semanas), para aprovação da Gestão/ Fiscalização, em até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do Contrato;

v) Entrega de modelo da Ficha Histórico para cada equipamento do sistema VRF, em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do Contrato, que deverá ser aprovada pela Fiscalização/ Gestão;

vi) Entrega de modelo de Diário de Ocorrência/ Serviços, em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do Contrato, que deverá ser aprovada pela Fiscalização/ Gestão.

vii) Indicação de preposto e membros da equipe técnica. além de telefones, e-mail e outros contatos para atendimento.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

viii) Declaração contendo o rol de equipamentos, mão-de-obra e softwares para execução do presente contrato (Anexo XVII do TR - Modelo de Declaração de Disponibilidade – evento [1019072](#)); e

ix) Indicação do *software* específico do fabricante do sistema de ar-condicionado existente, a ser instalado em computador tipo *lap-top*, de propriedade da CONTRATADA, ou locado sem ônus ao CONTRATANTE, nos termos do subitem 4.4.1, "b" e "d", do TR, para detecção de falhas dos equipamentos que não constam nos displays dos controles centrais do sistema de climatização.

### **DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS**

**(Art. 6º, Parágrafo único, Decreto Federal nº 9.507/18)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Para a presente contratação, será adotado o Acordo de Nível de Serviço disciplinado pelo art. 6º, Parágrafo único, do Decreto Federal nº 9.507/18, de modo que a Resolução nº 23.702, de 9 de junho de 2022 não entra em conflito ou veda a sua aplicação. Porque se busca prever níveis esperado de qualidade na prestação do serviço, bem como que sejam cumpridas as obrigações contratuais assumidas e adequações de pagamentos.

**I - O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS** é o ajuste estabelecido entre o órgão CONTRATANTE e a CONTRATADA prestadora dos serviços, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

**II -** Esse mecanismo de aferição de qualidade é reconhecido pelo Tribunal de Contas da União por meio da Nota Técnica 6/2010 - Sefti/TCU – versão 1.2.(Aplicabilidade da Gestão de Nível de Serviço como mecanismo de pagamento por resultados em contratações de serviços de TI pela Administração Pública Federal. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2534415.PDF>). Nesse sentido, também o Acórdão TCU nº 717/2010 – Plenário.

**III -** O pagamento à CONTRATADA será efetuado de acordo com a mensuração dos resultados obtidos na execução dos serviços, aferidos na forma de Acordo de Níveis de Serviços, no qual são estabelecidos os indicadores, os procedimentos de fiscalização e os instrumentos de medição adotados pelo CONTRATANTE.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV** - Utilizando-se dos controles necessários, a fiscalização do contrato deverá, mensalmente, informar a gestão do contrato acerca da avaliação da qualidade da prestação dos serviços por meio das ocorrências que acarretam os ajustes no pagamento, com o respectivo percentual de ajuste.

**V** - As reduções no pagamento mensal à CONTRATADA, porventura ocorridas pelo descumprimento do Acordo de Níveis de Serviços, configuram ajustes próprios nos pagamentos e não se confundem com as glosas dos serviços não prestados e a aplicação das sanções previstas neste contrato.

**VI** - Em casos de não atendimento das ordens de serviço no prazo contratual estabelecido no Acordo de Níveis de Serviços, por motivo de força maior ou por conta da ocorrência de fatos imprevisíveis, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal comunicando o fato, de sorte a subsidiar a FISCALIZAÇÃO na análise da ocorrência, visando uma eventual prorrogação dos prazos estipulados.

**VII** - O Acordo de Nível de Serviço que integra este contrato é composto pelos dois indicadores objetivamente mensuráveis e facilmente coletáveis adiante definidos:

| <b>INDICADOR 01</b>                                    |  |
|--|--|
| <b>CUMPRIMENTO DO PMOC NAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS</b> |  |
| <b>ITEM</b>  | <b>DESCRIÇÃO DO INDICADOR</b>  |
| <b>Finalidade</b>                                      | Garantir que a execução dos serviços de manutenção preventiva seja realizada nas datas, periodicidades e técnicas especificadas no PMOC. |
| <b>Meta a cumprir</b>                                  | 100% de realização dos serviços de manutenção preventiva nas datas estabelecidas no PMOC.  |
| <b>Instrumento de medição</b>                          | Planilha de controle do PMOC.  |
| <b>Forma de acompanhamento</b>                         | Manual - conferência da Planilha de controle do PMOC.  |
| <b>Periodicidade</b>                                   | Mensal.  |



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|                                      |   |                                   |
|--------------------------------------|---|-----------------------------------|
| <b>Mecanismo de cálculo</b>          | Cada planilha de PMOC será verificada e valorada individualmente.   |                                   |
| <b>Início da vigência</b>            | A partir do início dos serviços de acordo com o PMOC aprovado pela fiscalização.  |                                   |
| <b>Faixas de ajuste no pagamento</b> | <b>Nº de manutenções preventivas com atraso</b>   | <b>Ajuste no Pagamento Mensal</b> |
|                                      | 0   | 100%                              |
|                                      | 1   | 99%                               |
|                                      | 2   | 98%                               |
|                                      | 3   | 97%                               |
|                                      | 4 a 6   | 95%                               |
|                                      | 7 a 10  | 90%                               |
| <b>Sanções</b>                       | O descumprimento dos prazos e cronogramas das manutenções preventivas poderão, também, ser apenadas com as sanções previstas no subitem 10.13.1 do termo de referência. |                                   |

**INDICADOR 02****PRAZO DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA**

|                       |  |
|-----------------------|--|
| <b>ITEM</b>           | <b>DESCRIÇÃO DO INDICADOR</b>                            |
| <b>Finalidade</b>     | Garantir atendimento célere aos chamados do Contratante. |
| <b>Meta a cumprir</b> | Início do atendimento em até 02 (duas) horas.            |
| <b>Instrumento de</b> | Relatórios de falhas/defeitos.                           |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|                                      |  |                                   |
|--------------------------------------|--|-----------------------------------|
| <b>medição</b>                       |  |                                   |
| <b>Forma de acompanhamento</b>       | Manual - conferência dos relatórios de falhas/defeitos.  |                                   |
| <b>Periodicidade</b>                 | Mensal.  |                                   |
| <b>Mecanismo de cálculo</b>          | Cada relatório de falhas/defeitos será verificado e valorado individualmente.  |                                   |
| <b>Início da vigência</b>            | A contar da hora de recebimento do relatório de falhas/defeito devidamente autorizado pela fiscalização.   |                                   |
| <b>Faixas de ajuste no pagamento</b> | <b>Nº de atendimentos com atraso</b>   | <b>Ajuste no Pagamento Mensal</b> |
|                                      | 0  | 100%                              |
|                                      | 1  | 99%                               |
|                                      | 2  | 98%                               |
|                                      | 3  | 97%                               |
|                                      | 4 a 6  | 95%                               |
|                                      | 7 a 10   | 90%                               |
| <b>Sanções</b>                       | O atraso no atendimento das manutenções corretivas poderão, também, ser apenadas com as sanções previstas no subitem 10.13.1 do termo de referência. |                                   |

**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS****(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, independentemente de glosas por serviços não executados e ajustes de pagamento por descumprimento das metas de qualidade definidos



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no Acordo de Nível de Serviço, sujeita a Contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

| INFRAÇÃO |  |      |                           |
|----------|--|------|---------------------------|
| ITEM     | DESCRIÇÃO DA SANÇÃO  | GRAU | INCIDÊNCIA                |
| 01       | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer indivíduo.   | 6    | Por ocorrência            |
| 02       | Fornecer informação falsa sobre serviço ou substituir, sem autorização, materiais, equipamentos, ferramentas e procedimentos.  | 5    | Por ocorrência            |
| 03       | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.   | 4    | Por ocorrência            |
| 04       | Deixar de atender aos chamados de manutenção corretiva classificadas como URGENTES (subitem 4.2.5.1 do termo de referência) no prazo máximo estabelecido na tabela, contados da abertura da chamada. | 3    | Por ocorrência e por hora |
| 05       | Deixar de atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho, estabelecidas nos   | 3    | Por ocorrência            |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|    |   |   |  |
|----|---|---|--|
|    | dispositivos legais pertinentes, ou deixar de providenciar os seguros correlatos exigidos em lei.   |   |  |
| 06 | Deixar de disponibilizar equipamentos, ferramentas ou quaisquer insumos necessários à realização dos serviços de manutenção que compõem este contrato.  | 3 | Por ocorrência   |
| 07 | Descumprir prazo previamente estabelecido com a Fiscalização para a execução de serviço.  | 3 | Por unidade de tempo definida para determinar o atraso (quantidade de horas, dias, etc.) |
| 08 | Descumprir qualquer das obrigações constantes dos itens do Edital e de seus anexos ou qualquer cláusula contratual, desde que não discriminadas nesta tabela de infrações, após notificação formal da Fiscalização. | 3 | Por ocorrência   |
| 09 | Executar serviço sem a utilização de equipamento de proteção individual ou coletiva, quando necessário.   | 3 | Por empregado e por ocorrência   |
| 10 | Executar serviço sem autorização expressa   | 3 | Por ocorrência   |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|    |   |   |  |
|----|---|---|--|
|    | da Fiscalização.  |   |  |
| 11 | Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços ou não comprovar a sua qualificação.   | 3 | Por empregado e por ocorrência               |
| 12 | Deixar de apresentar qualquer informação ou documentação para a comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada quando solicitada pela Fiscalização.   | 2 | Por item, por dia de atraso e por ocorrência |
| 13 | Deixar de manter documentação de habilitação atualizada.  | 2 | Por item, por dia de atraso e por ocorrência |
| 14 | Deixar de realizar os serviços de manutenção preventiva até o décimo dia do mês previsto no cronograma e periodicidade estabelecida no PMOC   | 2 | Por ocorrência e por dia                     |
| 15 | Deixar de sanar os defeitos na hipótese de impossibilidade de sanar o problema na primeira visita, de acordo com os motivos relatados pelo responsável técnico, por escrito, após fixado o prazo para conserto, no limite de 72 (setenta e duas) horas, contados da parada do | 2 | Por ocorrência e por dia                     |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|    |   |   |  |
|----|---|---|--|
|    | equipamento.  |   |  |
| 16 | Executar serviço incompleto ou de caráter paliativo sem autorização da Fiscalização, ou deixar de providenciar complementação de serviço.   | 2 | Por ocorrência   |
| 17 | Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização sem motivo justificado.   | 2 | Por ocorrência   |
| 18 | Deixar de atender aos demais chamados de manutenção corretiva (subitem 4.2.5.1 do termo de referência) no prazo máximo de 8 (oito) horas, para regularizar anormalidades de funcionamento, contados da abertura da chamada. | 1 | Por ocorrência e por hora  |
| 19 | Descumprir prazo previamente estabelecido com a Fiscalização para devolução de equipamentos retirados para manutenção externa (em oficina)  | 1 | Por unidade de tempo definida para determinar o atraso (quantidade de horas, dias, etc.) |

| <b>GRAU</b> | <b>CORRESPONDÊNCIA</b>                               |
|-------------|--|
| 1           | 0,12 % (doze centésimos) do valor global do CONTRATO |



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|   |  |
|---|--|
| 2 | 0,17 % (dezesete centésimos) do valor global do CONTRATO           |
| 3 | 0,22 % (vinte e dois centésimos) do valor global do CONTRATO       |
| 4 | 0,27 % (vinte e sete centésimos) do valor global do CONTRATO       |
| 5 | 0,35 % (trinta e cinco centésimos) do valor global do CONTRATO     |
| 6 | 0,45 % (quarenta e cinco centésimos) do valor global do CONTRATADA |

**Subcláusula Primeira** - Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas neste instrumento e no Termo de Referência e seus anexos, as seguintes sanções:

**I** - Advertência escrita;

**II** - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

**III** - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**IV** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**V** - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** - Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, a recusa injustificada da CONTRATADA em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas neste contrato.

**Subcláusula Terceira** - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste contrato como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

**Subcláusula Quarta** - Sem prejuízo da rescisão do contrato – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade da CONTRATANTE - as condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, podem ser sancionadas com a pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002).

**Subcláusula Quinta** – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, e sem prejuízo da rescisão contratual, está sujeita à pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal – SICAF, a licitante que:

- a) deixar de entregar documentação exigida neste contrato ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa; ou
- g) cometer fraude fiscal.

**Subcláusula Sexta** - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas neste Edital, devendo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

**Subcláusula Sétima** - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar, de imediato, penalidades mais severas.

**Subcláusula Oitava** - A CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

**Subcláusula Nona** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primário a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**Subcláusula Décima** - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.

**Subcláusula Décima Primeira** – Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

**Subcláusula Décima Segunda** - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima Terceira** – De igual modo, no caso de a CONTRATADA não ter nenhum valor a receber deste Tribunal o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Quarta** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Décima Quinta** – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

**Subcláusula Décima Sexta** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Décima Sétima** - As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE.

**Subcláusula Décima Oitava** - A CONTRATADA se submete as sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**Subcláusula Décima Nona** - O procedimento para aplicação de sanções observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**Subcláusula Vigésima** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

## **DA RESCISÃO CONTRATUAL**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** - A rescisão contratual poderá ser:

**I** - Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**II** - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo respectivo desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

**III** - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** - Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo artigo 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei n. 8.666/93.

**Subcláusula Segunda** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o parágrafo segundo do artigo 65 da Lei 8.666/93

**Subcláusula Terceira** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quarta** - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quinta** - Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** - Para apuração dos percentuais de redução ou acréscimo do objeto desta contratação será considerado o quantitativo de Toneladas de Refrigeração (TR), reduzida ou acrescida em relação à quantidade total do sistema, de 570 (quinhentas e setenta) de Toneladas de Refrigeração (TR) que compõe o objeto original, na forma definida no item 2.1.1 do Termo de Referência.

**DO REAJUSTE**

**(Artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

**DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

**I** - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

**II** - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

**III** - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

**IV** - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmadas ou que venham a ser celebradas pelo Contratado;

**V** - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

**VI** - É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

**VII** - O Contratado deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

**VIII** - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

**IX** - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

**X** - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativas, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**XI** - A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

**XII** - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei 8.666/1993.

### **DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA** – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e Lei n. 13.709/2018 (Geral de Proteção de Dados), nos Decretos Federais 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, na Resolução TSE 23.702/2022, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

**Subcláusula única** - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DO FORO**

**(Art. 55, § 2º, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA** - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n. 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem CONTRATANTE e CONTRATADA assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme, e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 28 de novembro 2023.

|   |   |
|---|---|
| <b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b><br>Pelo CONTRATANTE | <b>JOÃO FECCHIO JUNIOR</b><br>Pela CONTRATADA |
|---|---|



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|  |  |
|--|--|
| Aldací Souza Mota<br>CPF: ***.504.772-**<br>Testemunha | Luciano da Silva Santos Braga<br>CPF: ***.434.482-**<br>Testemunha |
|--|--|



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 28/11/2023, às 17:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FECCHIO JUNIOR, Usuário Externo**, em 28/11/2023, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 29/11/2023, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 29/11/2023, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1090838** e o código CRC **A80C1A1E**.

0003649-42.2022.6.22.8000

1090838v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 16/2023 -  
PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **1. INTRODUÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência esta sendo elaborado em cumprimento ao disposto no **artigo 7º, I, da Lei nº 8.666/93, no art. 3º, I a III da Lei nº 10.520/02** e no artigo 8º, inciso II, do Decreto n. 10.024/2019.

1.2. Observa, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE nº 23.702/2022, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017 - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

### **2. DO OBJETO**

2.1. Pretende-se efetuar a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA**, com fornecimento de gás frigorígeno, **incluindo configuração, operação e ajustes** do sistema de climatização VRF (*Variable Refrigerant Flow*), instalado no Edifício-Sede e no Anexo II - Depósito de Urnas - do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e sistema de climatização de precisão, com disponibilidade de alta vazão de ar, controle eficiente e preciso de temperatura e umidade, cujos equipamentos são do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, da marca **Mitsubishi**, que compreende o emprego de equipamentos/ferramentas e o fornecimento de materiais de consumo necessários à execução dos serviços pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, podendo a manutenção ser prorrogada, por interesse das partes, até o limite estabelecido no art. 57, II da Lei nº 8.666/93, por se tratar de serviço de natureza continuada, na forma estabelecida no Item 10.6, deste Termo de Referência.

2.1.1. O equipamento possui os seguintes componentes:

| <b>PLANILHA 1 - Visão geral do sistema VRF instalado no TRE/RO</b> |                        |
|--|------------------------|
| <b>SISTEMA CONFORTO E SISTEMA DE PRECISÃO</b>                      |                        |
| <b>CAPACIDADE TOTAL DAS EVAPORADORAS</b>                           | <b>364 HP - 301 TR</b> |
| <b>CAPACIDADE TOTAL DAS CONDENSADORAS</b>                          | <b>338 HP - 269 TR</b> |
| Unidades Evaporadoras  | 152 und                |



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|                        |        |
|------------------------|--------|
| Unidades Condensadoras | 35 und |
| Controlador DIDO       | 01 und |
| Controlador (TR)       | 02 und |
| Controlador (EC)       | 05 und |
| Lossnay (LU)           | 15 und |

2.1.2. A potência total das evaporadoras dos sistemas (Sistema Conforto e Sistema de Precisão), que inclui o Edifício Sede e o Anexo II é de **301 (Trezentos e uma) TR's - Toneladas de Refrigeração**.

2.1.3. A potência do **Sistema de Climatização de Precisão**, instalado no Anexo II, tem uma potência de **20 (vinte) TR's**, conforme item 3.2.4 deste Termos de Referência.

2.1.4. Com base nas informações acima, pode-se indicar que a potência do Sistema Conforto (Instalado no Edifício Sede) é de **181 (cento e oitenta e uma) TR's**.

2.2. As características do sistema de ar condicionado VRF da marca Mitsubishi instalado nos mencionados edifícios deste Tribunal e as orientações da fabricante quanto aos procedimentos de manutenção estão especificadas nos seguintes documentos anexos a este termo de referência:

- i. Anexo I - Memorial das Instalações Conforto;
- ii. Anexo II - Relatório da Instalação Conforto;
- iii. Anexo III - Relação de Equipamentos;
- iv. Anexo IV - Plano de Manutenção Conforto;
- v. Anexo V - Protocolo de Inspeção;
- vi. Anexo VI - Projeto Executivo - Equipamentos;
- vii. Anexo VII - Projeto Executivo - Dreno;
- viii. Anexo VIII - Projeto Executivo - Elétrico;
- ix. Anexo IX - Projeto Executivo - Endereçamento;
- x. Anexo X - Imagens do Sistema Instalado;
- xi. Anexo XXII - As Built e manutenção ar de precisão.

2.3. **TODOS OS INTERESSADOS** em participar do certame, poderão realizar vistoria técnica ou solicitar informações complementares do objeto, desde que o faça até o dia primeiro útil anterior à data da realização do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

certame. Tratando-se de vistoria, a visita deverá ser previamente agendada com a Administração do TRE de Rondônia, na forma definida no item 11 deste Termo de Referência.

2.4. A avaliação prévia do local de execução não é condição imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Caso em que, esta vistoria poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### **3. JUSTIFICATIVA DO NEGÓCIO**

3.1. O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia tem como diretriz a otimização e a preservação contínua das suas instalações prediais, de modo a manter um nível adequado de uso para o público interno e externo deste Regional. Com esta linha de ação, tem-se logrado êxitos, no que se refere à minimização de desperdícios e transtornos relacionados ao uso contínuo das instalações prediais, no prolongamento da vida útil de equipamentos e na geração de condições adequadas ao exercício das atividades de seus membros, servidores e colaboradores. Dessa forma, **a contratação tem como objetivo garantir não só a manutenção das condições mínimas de funcionamento dos equipamentos, mas também de manter o conforto térmico proporcionado pelo funcionamento contínuo dos equipamentos de modo a proporcionar condições de trabalho e acesso aos membros da Corte Eleitoral, servidores, colaboradores e público em geral no complexo do TRE/RO.**

3.2. No tocante a manutenção preventiva, sabe-se que a mesma é um importante meio de manter íntegros sistemas eletromecânicos que naturalmente estão sujeitos aos desgastes pelo uso e pela ação do tempo, em vista da degradação de peças, contatos elétricos e outros equipamentos componentes do sistema de climatização VRF deste Regional. Por este motivo, faz-se necessária a implantação de um programa de manutenção preventiva regular dos equipamentos que compõem o sistema de Ar Condicionado tipo VRF no TRE-RO.

3.2.1. Vale ressaltar que apesar dos cuidados periódicos os equipamentos estão sujeitos a potenciais quebras em função do uso natural e de intempéries climáticas (descargas elétricas e outras que afetam diretamente o sistema elétrico), dessa forma o referido contrato também prevê a necessidade de contratação de manutenção preventiva e corretiva para atender essas ocorrências, haja vista o TRE-RO não



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dispor dos equipamentos e pessoal técnico habilitado para tais procedimentos técnicos de correção na média e alta tensão.

3.2.2. Por fim, esta contratação tem como finalidade precípua manter os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e conservação, objetivando a permanente e adequada climatização dos ambientes, de maneira a oferecer boas condições de trabalho aos servidores, serventários, magistrados e público geral, bem como conservar o patrimônio público, evita-se assim os ônus desnecessários em manutenções corretivas, transtornos administrativos em caso de pane, além de garantir a continuidade dos Serviços Públicos prestados por este Justiça Especializada.

3.2.3. Justifica-se a contratação pelo exposto e também pelo fato de não abranger atribuições que figuram entre aquelas inerentes às especialidades que constam do Quadro de Pessoal TRE-RO e, ainda, o consumo de materiais de reposição empregado na manutenção, que em sua maioria, não são estocáveis pelas suas próprias características e cuja aquisição, a qualquer tempo, dificilmente ocorreria de imediato o que causariam sérios transtornos à manutenção dos equipamentos.

3.2.3.1. São considerados Materiais de consumo/ reposição os materiais elencados nos itens 4.1, x, e 4.4.3 deste Termo de Referência.

3.2.4. No prédio do Anexo II - Depósito de Urnas deste TRE-RO está instalado um sistema de climatização de precisão, com disponibilidade de alta vazão de ar, controle eficiente e preciso de temperatura e umidade, composto por 2 (dois) conjuntos em revezamento automático de operação, com **capacidade total de 20 (vinte) TR, composto de 2 (duas) unidades evaporadoras e 2 (duas) condensadoras, da Marca Mitsubishi.**

3.3. Quanto à manutenção corretiva, deverá a futura contratada ter pleno conhecimento, capacidade técnica e qualificação para operar adequadamente os equipamentos da marca **Mitsubishi**, do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, de modo que atue diretamente na solução de problemas que virem a ocorrer.

3.4. Tem-se ainda, a proximidade do final da vigência do **Contrato nº. 008/2018** (Evento [0301448](#)), que foi prorrogada por 4 (quatro) meses, a contar de 21/08/2023, com prazo final em 20/12/2023, previsto no - **Termo Aditivo n. 06** (Evento [1044852](#)) - torna-se necessária a contratação, ora delineada.

**3.5. A empresa CONTRATADA, primeiramente, deverá extinguir todas as patologias existentes nas unidades evaporadoras e**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**condensadoras, incluindo configurações e trocas de peças para o funcionamento completo do sistema, atualização e/ou substituição do programa supervisor, software de gerenciamento TG 2000 BMS, plataforma Microsoft Windows e apresentação dos projetos em formato (.dwg) dos ajustes corretivos “As Built”.**

**3.5.1.** Em seguida, a empresa contratada deverá aplicar os procedimentos previstos no **item 4.3.2 deste Termo de Referência.**

3.6. Por fim, destacamos que o TRE-RO não possui mão de obra específica para realização do serviço em questão, fazendo-se necessária a contratação do mesmo, de forma a viabilizar a utilização dos equipamentos com maior eficiência e longevidade, evitando o desgaste natural dos bens, fato que poderá comprometer o rendimento destes. Dessa forma, a presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a funcionalidade dos equipamentos, com a garantia do conforto térmico para servidores e usuários do prédio, bem como prolongar a vida útil dos equipamentos.

3.7. Neste Termo de Referência foi incluso o FORNECIMENTO DE GÁS FRIGORÍGENO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO VRF, da Marca Mitsubishi, instalado no TRE-RO, em face da impossibilidade de guarda e estocagem em local adequado para tal fim, em cumprimento às normas legais, que requereria espaço preparado para este fim. Além dessas, leva-se em conta a disposição de vasilhames que facilitem o manuseio da equipe técnica da contratada, que teriam de ser adquiridos juntamente com outros de maior porte para a estocagem do elemento frigorígeno.

## **4. DETALHAMENTO DO OBJETO:**

**4.1. DEFINIÇÕES E CONCEITOS:** Com o objetivo de identificar e padronizar termos que serão utilizados no relacionamento CONTRATANTE/CONTRATADA, os quais visam atender à conveniência da organização dos serviços de manutenção, fica estabelecida a adoção dos seguintes conceitos e definições:

a) **Manutenção:** Conjunto de atividades exercidas com o objetivo de assegurar plena capacidade e condições de funcionamento contínuo e confiável aos Sistemas e Equipamentos, **não compreendendo esta denominação os serviços que impliquem ampliação ou modificação de projeto e especificações desses sistemas ou equipamentos;**

b) **Manutenção Preventiva:** Conjunto de ações desenvolvidas sobre um equipamento ou sistema com programação antecipada e





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

efetuada, dentro de uma periodicidade, através de inspeções sistemáticas, detecções e de medidas necessárias para evitar falhas, com o objetivo de mantê-lo em pleno funcionamento;

**c) Manutenção Preditiva:** possuem o objetivo principal de **antecipar e encontrar a raiz de problemas em máquinas e equipamentos**. Ou seja, mesmo antes de se tornarem problemas potenciais, agindo quando ainda somente se encontrem ou apresentem sintomas. Isso é possível graças ao seu modo de aplicação, por meio de monitoramento constante.

**d) Manutenção Corretiva:** Tipo de manutenção mobilizada após ocorrência de defeitos ou falhas no funcionamento dos sistemas ou equipamentos;

**e) Sistema:** Conjunto de equipamentos, elementos ou materiais, ligados fisicamente ou não, os quais, com o desempenho de suas funções individuais, contribuem para uma mesma função;

**f) Equipamentos:** Conjunto de elementos agrupados fisicamente para executar determinada função;

**g) Função do Sistema:** Atividade-fim ou atividade principal para a qual existe o sistema;

**h) Função Individual de um Equipamento:** Atividade-fim ou atividade principal para a qual existe o equipamento;

**i) Programa de Manutenção:** É o plano de trabalho elaborado para os equipamentos do sistema de ar condicionado, seguindo determinada metodologia, com discriminação pormenorizada dos serviços de manutenção e suas respectivas etapas, fases, sequências ou periodicidade e com previsão das atividades de coordenação para execução desses serviços;

**j) Defeito:** Anormalidade num equipamento ou sistema, cuja ocorrência não impeça o desempenho de sua função;

**k) Falha:** Anormalidade num equipamento ou sistema que resulte interrupção da capacidade de desempenhar sua função;

**l) Níveis de Anormalidades:** É a graduação de consequências das falhas e defeitos nos equipamentos ou nos sistemas, subdivididos em:

*i) **Urgência:** Ocorrência de defeito ou falha, num equipamento ou sistema, que resulte na paralisação*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*parcial ou total de equipamentos com influência no Sistema de Ar-Condicionado;*

*ii) **Alerta:** Ocorrência de defeito ou falha, num equipamento ou sistema, que poderá acarretar uma situação descrita no item "a";*

*iii) **Falha:** Ocorrência de falha, num equipamento ou sistema, que não acarrete as consequências descritas no item "a".*

**m) Ocorrência:** Qualquer acontecimento não previsto na rotina dos Programas de Manutenção ou Operação;

**n) Diário de Ocorrência/ Serviços:** É o documento no qual são registradas, cronologicamente, as ocorrências verificadas na execução dos serviços (pode ser físico ou eletrônico);

**o) Equipamentos Individuais ou Coletivos de Segurança:** São todos os equipamentos exigidos pelos órgãos governamentais para execução de serviços profissionais, tais como luvas, capacetes, botas, cintos, óculos, etc., fornecidos pela CONTRATADA, dentro do preço fixo cobrado pela execução dos serviços;

**p) Equipes de Manutenção:** São as equipes de pessoal constituídas por empregados da CONTRATADA para execução direta dos serviços sob a sua responsabilidade. Serão constituídas por profissionais com atribuição técnica compatível com o objeto deste Termo de Referência, devidamente reconhecida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e técnicos em refrigeração;

**q) Tempo de Atendimento de Urgência:** É o tempo determinado para mobilização, pela CONTRATADA, dos recursos necessários visando sanar defeitos ou falhas dos equipamentos. Deverá constar do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC;

**r) Equipamento Crítico:** São os equipamentos cuja falha ou defeito acarretará situações anormais, conforme definido nas alíneas "a" e "b" do item XI;

**s) Normas Técnicas:** É a designação genérica do conjunto de métodos, especificações, padronizações e terminologia estabelecidas pelo fabricante dos equipamentos, pela ABNT e pelo CONTRATANTE, para a execução dos serviços de manutenção e operação dos sistemas ou dos equipamentos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**t) Especificação:** É o conjunto de preceitos destinados a fixar as características, condições ou requisitos exigíveis para os materiais, elementos ou subconjuntos dos componentes de equipamentos e sistemas;

**u) Métodos:** É o conjunto de preceitos destinados a estabelecer regras, condições e programa para execução dos serviços, dos equipamentos e sistemas;

**v) Equipamentos e Ferramentas Básicas de Manutenção:** São equipamentos (ferramentas, máquinas, instrumentos de teste ou de medição) que a CONTRATADA deverá obrigatoriamente dispor e que serão utilizadas para os serviços, devendo o seu custo estar contido no preço mensal do contrato.

**x) Materiais de consumo para a Manutenção Preventiva:** São todos os materiais aplicáveis na execução de serviços de manutenção preventiva dos equipamentos ou instalações, na forma definida neste termo de referência, fornecidos pela CONTRATADA, incluídos no preço mensal cobrado pela execução dos serviços. Entre os quais está incluído o GÁS DE REFRIGERAÇÃO do sistema de climatização deste Regional;

**w) Peças de Reposição:** São todas as peças de reposição empregadas na execução dos serviços de manutenção **corretiva** do sistema, as quais serão adquiridas e fornecidas unicamente pelo CONTRATANTE, após a observância do procedimento detalhado neste termo de referência.

## **4.2. LOCAL E HORÁRIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

4.2.1. Os serviços serão prestados nos seguintes locais:

a) Edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, situado Av. Presidente Dutra, nº 1.889, Bairro Baixa da União, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76.805-859;

b) Depósito de Urnas (Anexo II), contíguo ao Edifício-sede, no mesmo endereço descrito no item anterior.

4.2.2. Os serviços de manutenção preventiva serão prestados, preferencialmente, no período de 08 às 18 horas dos dias úteis e, quando necessário, aos sábados e domingos, conforme determinação da fiscalização do contrato.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.2.3. Quando houver necessidade de realização de serviços em dias e horários não especificados neste subitem, para o cumprimento de prazos contratuais, a CONTRATADA deverá comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência, para que seja providenciado o devido suporte à execução das atividades.

4.2.4. Tratando-se de manutenções corretivas, a CONTRATADA deverá observar, ainda, as regras estabelecidas no subitem 4.4.2.2, deste Termo de Referência.

4.2.5. Atendimentos de chamados: a empresa deve fornecer os telefones, whatsapp, e-mail ou outra forma de comunicação para atender os chamados decorrentes dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva..

### **4.2.5.1. Chamados de MANUTENÇÃO CORRETIVA E URGÊNCIA CORRETIVA:**

a) No quadro abaixo, ficam estabelecidos os tempos máximos para atendimento em manutenção corretiva, urgência corretiva e solução:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003649-42.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Definição de modalidade de licitação - REPETIÇÃO - Termo de referência - Contratação de serviço especializado - Manutenções do sistema de Condicionadores de Ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal - Análise.

### **PARECER JURÍDICO Nº 197 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

## **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP, com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à Contratação de serviço



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

especializado para manutenções do sistema de Condicionadores de Ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal, consoante Termo de Abertura ([0958499](#)) e Solicitação da Contratação n. 8/23 ([0966241](#)).

**02.** O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria por meio do **Parecer Jurídico n. 124/2023** ([1019838](#)), oportunidade na qual opinou-se, entre outros aspectos, pela adoção da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, **tipo menor preço para o lote único**, com fundamento **art. 1º da Lei n. 10.520/2002** e **§ 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19**, sendo **inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's** na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC nº 123/06; pela possibilidade de subcontratação parcial dos serviços, na forma indicada estabelecida pelos itens 10.5 c/c 4.5 do TR e com fundamento nos artigos 72 e 78, VI, ambos da Lei n. 8.666/93; pela aferição por parte da SAOFC sobre a efetiva demonstração de indicação da fonte orçamentaria para a cobertura das despesas da contratação no exercício de 2023.

**03.** Pelo despacho n. 1195/2023 ([1020001](#)), o Secretário da SAOFC enviou o processo à SEMAP para indicação da fonte orçamentária e à COFC para complementação da programação. Por meio da informação n. 44/2023 ([1022643](#)), a SEMAP informou que haveria a diminuição do prazo contratual no ano de 2023 para apenas 4 (quatro) meses, em vez do 6 (seis) meses iniciais previstos. Registrou também que a dotação orçamentária disponível, em torno de R\$ 178.274,66 (cento e setenta e oito mil duzentos e setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), seria suficiente para suportar a pretensa contratação, além de concluir que, desta forma, **não** haveria a necessidade de suplementação da programação orçamentária.

**04.** Por conseguinte, o SAOFC manifestou-se, entre outros aspectos, pela aplicabilidade dos regimes jurídicos da Lei n. 8.666/93 e da Lei n. 10.520/2002, aprovação do novo Termo de Referência - SEMAP 11/2023 ([1019047](#)), inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC nº 123/06, em detrimento do valor da contratação e impossibilidade de fracionamento e remeteu o feito à deliberação superior. ([1022834](#)). Na sequência, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral diligenciou a SAOFC e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SEMAP para atualização dos valores estimados relativos no ano de 2023 constantes na Planilha 5 (Aderência Orçamentária) do TR n. 11/2023([1019047](#)) em função do ajuste acima noticiado. Em atendimento, a SEMAP juntou o novo Termo de Referência de número 13/2023 ([1024390](#)) e a informação 45/2023 ([1024458](#)) para o saneamento do feito. Na sequência o SAOFC encaminhou o feito à **COFC** ([1024558](#)) para juntada de nova programação orçamentária em conformidade com os valores atualizados no Termo de Referência nº 13 ([1024390](#)). A nova programação orçamentária da despesa foi juntada no evento ([1024717](#)), documento que também registra que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, além de compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

**05.** Dando continuidade ao procedimento, pelo Despacho n. 723/2023 ([1026401](#)), o Diretor-Geral substituto, entre outros aspectos, **ratificou a aprovação** do ETP ([0967470](#)) e, aprovou o **Termo de Referência nº 13/2023 - SEMAP** ([1024390](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no [art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#); **autorizou a licitação na modalidade pregão**, em sua **forma eletrônica**, do tipo menor preço para o item único, sob o regime de empreitada por preço global, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019, sendo o modo de disputa e o intervalo dos lances definidos pelo pregoeiro, na forma do art. 14, III, do Decreto Federal n. 10.024/2019; **ratificou** a determinação relativa à inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's para o futuro certamente, haja vista que o valor estimado da contratação excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), além de determinar a divulgação dos valores estimados para a contratação.

**06.** Assim, o titular da SAOFC enviou o feito à ASLIC para elaboração da minuta de edital, a **SECONT** para ajuste da minuta contratual, nos moldes delineados pelo item 23 do Parecer Jurídico n. 124/2023 - AJSAOFC ([1019838](#)), e, por fim, a esta Assessoria para parecer ([1026732](#)). A SECONT carrou aos autos a nova minuta de contrato ([1027115](#)), a ASLIC juntou a minuta de edital ([1029121](#)), ambos aprovados pelo Parecer Jurídico nº 141/2023 ([1031844](#)).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**07.** Concluída, enfim, a longa fase interna, reiniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico n. 13/2023 ([1033342](#)), por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento ([1033370](#)). Houve pedido de esclarecimento acerca de inúmeros aspectos da contratação ([1036973](#)), motivo pelo qual a ASLIC solicitou manifestação da unidade demandante, como acerca da possibilidade de suspensão do certame ([1036977](#)). Em resposta, a SEMAP remete-se ao conteúdo da Informação nº 18/2023, juntada no evento [1037469](#) do PSEI [0001028-38.2023.6.22.8000](#), que (...) *em síntese trata de um aparente conflito envolvendo os objetos dos procedimentos de contratações(...)* e solicita a suspensão do certame, efetivada por publicação no DOU ([1038879](#)) e baixa da programação orçamentária ([1039502](#), [1039526](#) e [1039527](#)).

**08.** Após o referido incidente a unidade demandante juntou ao processo os seguintes documentos:

I - Termo de Referência nº 15/2023 ([1046699](#)), depois substituído pelo Termo de Referência nº 16/2023 ([1055235](#));

II - Anexo nº XII - Laudo técnico defeitos ([1046706](#));

III - Anexo nº XIII - Relatório técnico proposta solução ([1046708](#));

IV - Anexo nº XIV - Ordem de execução - manutenção corretiva ([1046710](#));

V - Anexo nº XVI - Modelo de proposta ([1046712](#)).

**09.** As inovações foram assim justificadas pela SEMAP ([1046715](#)):

I - Foi identificada a necessidade de revogar a publicação do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023 ([1033342](#)) com consequente ajustes no TR para retirar a previsão de fornecimento de peças pela futura contratada, vez que, no Brasil, essas são comercializadas por fornecedor exclusivo, fato comprovado por Carta de Exclusividade ([1019986](#)) emitida pela fabricante MITSUBISHI ELECTRIC em favor da empresa FAM DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II** - Avaliada a situação, entendeu-se mais adequado tramitar dois processos distintos: para a contratação dos serviços necessários e outro para a compra das peças junto ao fornecedor exclusivo;

**III** - A nova modelagem da contratação possibilitou sanar os aparentes conflitos e questionamentos relacionados à previsão de fornecimento excepcional de peças pela contratada responsável pela execução dos serviços;

**10.** Por fim, a unidade demandante solicita autorização para republicação do edital do pregão eletrônico nº 13/2023, ajuste na minuta do contrato e programação orçamentária no valor de R\$ 10.941,15, referente ao período de 21 a 31 de dezembro 2023. Por meio do Despacho nº 1910/2023 ([1051991](#)), a Secretária substituta da SAOFC determinou o envio do processo à SAC para análise dos documentos da etapa de planejamento, à COFC para a programação pretendida, à SECONT para elaboração de nova minuta e, por fim, a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

**11.** Verifica-se que a SAC, por fim, analisou o novo TR nº 16/2023 ([1055235](#)) e conclui por sua regularidade nos seguintes termos ([1055601](#)):

(...)

**4** - A Unidade Demandante adicionou ao objeto o fornecimento de gás frigorígeno, com detalhamento no subcapítulo 3.7, destaca-se que o fornecimento não constava do Termo de Referência anterior, a Unidade Demandante também manteve-se silente com relação ao possível impacto financeiro que poderia acarretar na pesquisa de preços e na elaboração da proposta pelos licitantes. O aumento de custos não repassados na pesquisa de preços, a princípio, não inviabiliza a deflagração do certame, mas pode resultar no fracasso da licitação em virtude de possível desinteresse dos licitantes.

(...)

**7 - CONCLUSÃO:** Da análise acima exposta, conclui-se que o **TERMO DE REFERÊNCIA 16/2023** - **PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP** ([1055235](#)) -

complementado pela pesquisa de preços e demais elementos ao processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008.

**12.** A SPOF trouxe ao processo a programação orçamentária dos valores previstos para execução no ano de 2023,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

oportunidade em que afirmou a regularidade da despesa em relação às leis orçamentárias aplicáveis ([1057526](#)). Por sua vez, o Coordenador da COFC registrou que não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME e que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação.

**13.** Veio ao processo a nova minuta do futuro contrato, juntada pela SECONT no evento ([1057215](#)). Dessa forma instruído, aportou o processo para análise desta unidade jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**14.** Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

**2.1 Aplicação da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 ao procedimento da contratação pretendida - Possibilidade.**

**15.** Registra-se que a presente contratação encontra-se formatada nos moldes da **Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93** e que **há autorização expressa**, por parte da autoridade competente, datada de 30/03/2023 ([0993736](#)) e posteriormente, quando da repetição do certame, em 27/06/2023 ([1026401](#)), para utilização dos referidos normativos, em harmonia com o **Acórdão nº 507/2023 – TCU – Plenário.**

**16.** Dessa forma, já ocorrida a opção pelo regime jurídico anterior, tem-se como cristalina a existência de autorização legal, pela redação do **art. 191 c/c 193, II, da Lei n. 14.133/2021**, para que a Administração continue a utilizar os



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regimes da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 para o processamento da contratação devendo, para tanto, realizar a publicação do edital do certame até o dia 30/12/2023.

### **2.2 Das alterações promovidas ao Termo de Referência originalmente aprovado n. 8/2023 ([0999106](#)) - Adequação do objeto - Novo Termo de Referência e anexos - Possibilidade.**

**17.** Como registrado no relato deste parecer, esta Assessoria Jurídica já se manifestou pela juridicidade da contratação por meio do Parecer Jurídico n. 124/2023 ([1019838](#)), havendo também manifestação favorável do titular da SAOFC ([0992608](#)), a necessária aprovação dos atos da fase interna do procedimento e autorização da autoridade administrativa ([0993736](#)). Ocorre que, embora tenha havido aprovação jurídica da minuta ([1029121](#)), o Edital de Pregão Eletrônico SRP n. 13/2023 ([1001448](#)) regularmente publicado ([1001449](#)), foi alvo dos questionamentos já relatados. Além disso, a unidade demandante noticiou incongruência do objeto do certame com aquele tratado no PSEI [0001028-38.2023.6.22.8000](#), qual seja, a contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e materiais do sistema de VRF. Por tal motivo, o certame encontra-se suspenso ([1038879](#)).

**18.** Como também constou do item 9 do relatório deste parecer, a SEMAP ajustou o TR n° 13/2023 ([1024390](#)) para retirar a previsão de fornecimento de peças pela futura contratada. Em função disso, trouxe ao processo o Termo de Referência n° 15/2023 ([1046699](#)) - depois substituído pelo Termo de Referência n° 16/2023 ([1055235](#)) e os seguintes novos anexos: a) anexo n° XII - Laudo técnico defeitos ([1046706](#)); b) Anexo n° XIII - Relatório técnico proposta solução ([1046708](#)); c) Anexo n° XIV - Ordem de execução - manutenção corretiva ([1046710](#)) e anexo n° XVI - Modelo de proposta ([1046712](#)).

**19.** Nesse sentido, constatado que o termo de referência n° 11/2023 ([1019047](#)) originário da contratação foi aprovado pela autoridade administrativa - embora esse documento tenha sofrido pequena alteração para indicação da fonte orçamentária, culminando no TR n° 13/2023 - entende-se que resta a esta Assessoria Jurídica pronunciar-se tão só sobre as alterações



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

supervenientes ao documento pretérito, o que se fará adiante:

### **I - Termo de Referência nº 16/2023 ([1055235](#)):**

De acordo com a SEMAP ([1046715](#)), a retirada (do objeto) da previsão de fornecimento de peças pela futura contratada é justificada pelo fato de que, no Brasil, as peças são comercializadas por fornecedor exclusivo, fato comprovado por Carta de Exclusividade ([1019986](#)) emitida pela fabricante MITSUBISHI ELECTRIC em favor da empresa FAM DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA

Pouco a acrescentar sobre a medida haja vista que sua manutenção configuraria uma **condição materialmente impossível**. Isso porque a futura contratada não poderia cumprir tal obrigação, reservada, por força do referido documento de exclusividade, à FAM DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA.

Quanto às consequências práticas do ajuste, citam-se:

a) a alteração do detalhamento do objeto, do qual foi extraído a obrigação de fornecimento de peças, item 2.1 do capítulo 2 do TR;

**Nota 1:** A SAC registrou em sua análise ([1055601](#)) que foi acrescentado ao objeto o fornecimento de gás refrigerante, embora a SEAP não tenha dito sobre o possível **impacto financeiro** na pesquisa de preços e na elaboração da proposta pelos licitantes. Anota que o aumento de custos não repassados na pesquisa de preços, a princípio, não inviabilizaria a deflagração do certame, mas poderia resultar no fracasso da licitação em virtude de possível desinteresse dos licitantes.

Bastante pertinente a preocupação trazida pela SAC. Contudo, verifica-se que a obrigação do fornecimento do gás, embora não integrasse expressamente o detalhamento do objeto do TR nº 13/2023, já estava nele prevista, presumindo-se que integraria o valor mensal dos serviços. Veja-se:

#### **4.4.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA:**

o. ....

iii) Realizar complementação da carga de gás em eventuais vazamentos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **4.4.3.2. FORNECIMENTO DE PEÇAS - MANUTENÇÃO CORRETIVA:**

*a. ....*

*vi) O CONTRATANTE fornecerá o gás refrigerante caso seja necessário complementar o sistema, desde que não fique demonstrado que a perda do gás tenha ocorrido por ato culposos ou doloso dos empregados da CONTRATADA, situação que enseja a reparação de danos ao CONTRATANTE.*

b) a alteração do procedimento de fornecimento de peças, do qual consta agora que a Administração-contratante será o único fornecedor das peças de reposição, item item 4.4.3.2 do capítulo 4 do TR;

c) diversas outras pequenas correções para ajustar a redação à nova modelagem da contratação;

d) **alteração do valor de referência:** exclusão do valor previsto com o fornecimento de peças do quadro inserto no item 6.1.1, capítulo 6 do TR.

**Nota 2:** Verifica-se que a SEMAP não se manifestou sobre as questões suscitadas no pedido de esclarecimento juntado no evento [1036973](#). Entende-se que tal medida seria bastante salutar para a celeridade da tramitação do certame. Contudo, tratando-se de incidente manejado por empresa especializada em licitações, possivelmente os questionamentos serão reprisados quando da publicação do novo edital.

### **II - Anexo nº XII - Laudo técnico defeitos ([1046706](#)):**

Em relação ao anexo anterior ([1009679](#)) apenas foi dele excluído a previsão de fornecimento de peças contratada, agora incumbência exclusiva do contratante.

### **III - Anexo nº XIII - Relatório técnico proposta solução ([1046708](#)):**

Em relação ao anexo anterior ([1009680](#)) apenas foi dele excluído a previsão de fornecimento de peças contratada, agora incumbência exclusiva do contratante.

### **IV - Anexo nº XIV - Ordem de execução - manutenção corretiva ([1046710](#)):**

Em relação ao anexo anterior ([1009681](#)), foi



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

excluída a previsão de fornecimento de peças contratada.

### **V - Anexo nº XVI - Modelo de proposta ([1046712](#)):**

Em relação ao anexo anterior ([1019050](#)), foi excluído do quadro o valor estimado com consumo eventual de peças, na ordem de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais) por ano.

## **III – CONCLUSÃO**

**19. Pelo exposto**, opina esta Assessoria Jurídica, trazendo a esta, no que não incompatível, os fundamentos e as conclusões dos pareceres jurídicos n. 58/2023 ([0992537](#)) e nº 124/2023 ([1019838](#)):

**I - De forma preliminar**, pela possibilidade da aplicação dos regimes da Lei 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 a esta contratação, de acordo com a **Portaria SEGES/MGI Nº 720, de 15 de março de 2023** com as adequações determinadas pelo **ACÓRDÃO Nº 507/2023 – TCU – Plenário, na forma apontada na Seção 2.1 deste parecer**. Para tanto, **orienta** à autoridade administrativa competente que, quando da deliberação, caso positiva, registre de forma expressa, a opção do regime das referidas leis e que a contratação poderá ter seu procedimento continuado com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do edital seja materializada até 31/12/2023.

**II – Considerando o conteúdo do Termo de Referência n. 16/2023 - SEMAP** ([1055235](#)), também analisado e considerado regular pela SAC ([1055601](#)), conclui-se que o instrumento contém, em sua forma, os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, podendo ser aprovado pela autoridade competente (**inciso II do art. 14** do mesmo regulamento);

**III – Pela possibilidade da contratação dos serviços pretendidos, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço para o lote único, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19;**

Conforme registrado no item 12 deste parecer 58/2023, foi juntado ao processo a programação orçamentária dos





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

valores previstos para execução no ano de 2023, oportunidade em que afirmou a regularidade da despesa em relação às leis orçamentárias aplicáveis ([1057526](#)). Por sua vez, o Coordenador da COFC registrou que não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME e que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação.

**IV** – Em razão do valor estimado do lote único exceder o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será **inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's** na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC nº 123/06;

**V** – Possibilidade de subcontratação parcial dos serviços, na forma indicada estabelecida pelos itens 4.5 c/c 10.5 do TR e com fundamento nos artigos 72 e 78, VI, ambos da Lei n. 8.666/93;

**VI** – Conquanto haja possibilidade de restrição na divulgação dos valores estimados da contratação, na forma do **art. 15 do Decreto nº 10.024/2019, a SEMAP entende-se que a divulgação é medida mais adequada**. Primeiro porque, na prática, os valores são sempre divulgados em razão de solicitações dos competidores; segundo e principalmente porque, em razão do objeto possuir características bastante próprias, a publicidade do valor oportunizará aos interessados o conhecimento prévio do valor máximo de aceitação, evitando-se propostas aventureiras e extremamente desvinculadas da realidade do certame, como registrado no item 6.3, III do TR;

**VII** – **Aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental**, registrados no item 5.2 do TR, apontados na **Seção 3.6** do Parecer Jurídico n. 58/2023.

**20.** Verifica-se, ainda, que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento [1057215](#)- sob o aspecto formal,





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Assim, para cumprimento do disposto no Parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os termos da referida minuta.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 08/09/2023, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1058019** e o código CRC **A3DBFC30**.

0003649-42.2022.6.22.8000

1058019v29

**PLANILHA 2 - Tempo dos Chamados**

| <b>Tipo de Sistema</b> | <b>Tipo de Chamado</b>    | <b>Tempo Máximo para atendimento</b> | <b>Tempo máximo para solução</b> |
|------------------------|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------------|
| Sistema Conforto       | Manutenção Corretiva      | 4 - 6 horas                          | 48 horas                         |
|                        | <b>Urgência Corretiva</b> | <b>2 horas</b>                       | <b>24 horas</b>                  |



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|                                   |                           |                   |                |
|-----------------------------------|---------------------------|-------------------|----------------|
| Sistema de Precisão (Data Center) | Manutenção Corretiva      | 1 hora            | 4 horas        |
|                                   | <b>Urgência Corretiva</b> | <b>30 minutos</b> | <b>2 horas</b> |

### **4.3. MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.3.1. Os serviços consistem, BASICAMENTE, na operação e manutenção preventiva, preditiva e corretiva, a ser realizado por equipe técnica contratada através de visitas técnicas programadas. Estas devem englobar todas as ações e intervenções permanentes, periódicas, pontuais e urgentes nos equipamentos do sistema, incluindo seus subsistemas e componentes, tubulações frias e isolamentos visando manter as características de funcionalidade. Os serviços de manutenções incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza dos equipamentos do sistema.

4.3.2. A execução do objeto compreenderá a seguinte dinâmica:

#### **a) CONDIÇÕES PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**i) A contratada deverá realizar uma vistoria prévia nos equipamentos do sistema de VRF do TRE-RO, em até 5 (cinco) dias, contados a partir da autorização da ordem de início da execução dos serviços, a fim de adotar ações de avaliação e elaborar um Relatório técnico com fotografias, a ser entregue em que conterà: avaliação dos componentes do sistema (funcionamento, operação e integridade), inclusive óleo e fluido refrigerante; cronograma das intervenções corretivas para solução dos problemas identificados. O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA INICIAL deverá ser entregue ao fiscal do contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da vistoria técnica.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ii) Entrega do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC)**, em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do Contrato via SEI;

**iii) Entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**, referente a execução dos serviços de manutenção, em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do Contrato via SEI;

**iv) Entrega do Cronograma de Manutenção (de 52 semanas)**, para aprovação da Gestão/ Fiscalização, em até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do Contrato via SEI;

**v) Entrega de modelo da Ficha Histórico para cada equipamento do sistema VRF**, em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do Contrato via SEI, que deverá ser aprovada pela Fiscalização/ Gestão;

**vi) Entrega de modelo de Diário de Ocorrência/ Serviços**, em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do Contrato via SEI, que deverá ser aprovada pela Fiscalização/ Gestão.

**vii) Indicação de preposto e membros da equipe técnica. além de telefones, e-mail e outros contatos para atendimento.**

**viii) Declaração contendo o rol de equipamentos, mão-de-obra e softwares para execução do presente contrato (Anexo XVII - Modelo de Declaração de Disponibilidade - [1019072](#));**

**ix) Indicação do *software* específico do fabricante do sistema de ar-condicionado existente, a ser instalado em computador tipo *lap-top*, de propriedade da CONTRATADA, ou locado sem ônus ao CONTRATANTE, nos termos do subitem 4.4.1, "b" e "d", deste TR, para detecção de falhas dos equipamentos que não constam nos displays dos controles centrais do sistema de climatização.**

## **4.4. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

### **4.4.1. DISPOSIÇÕES GERAIS:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente: às disposições legais da União; às normas dos órgãos de fiscalização de vigilância sanitária da União, do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho e, em especial, à Portaria nº 3.523/GM, de 28/8/1998, do Ministério da Saúde, ou outra que venha a substituí-la; às normas e especificações constantes deste termo de referência e seus anexos; às normas da ABNT e às normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT. A contratada deverá usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e às especificações determinadas pela ANVISA;

**b) Para a detecção de falhas nos equipamentos, não demonstradas no display dos controles centrais dos sistemas VRF, a CONTRATADA deverá disponibilizar *software* específico do fabricante do sistema de ar-condicionado existente, a ser instalado em computador tipo *lap-top*, de propriedade da CONTRATADA, ou locado sem ônus ao CONTRATANTE, o qual será conectado às unidades condensadoras do sistema de ar-condicionado.**

c) A fiscalização poderá solicitar, a qualquer momento, da CONTRATADA, o relatório das leituras de erros realizadas pelos softwares específicos da fabricante. O atendimento deverá ser o mais breve possível, em face do caráter público da informação, sendo dispensado o prazo máximo de 1 (um) dia útil para atender o pedido ;

d) Para atendimento das exigências abaixo apontadas neste subitem, **a CONTRATADA deverá dispor ou adquirir os seguintes sistemas e dispor de equipamentos e mão-de-obra especializada:**

*i) Software de inspeção do Fabricante do Sistema: Maintenance Tool, versão atualizada da Mitsubishi Eletric para os equipamentos do TRE/RO;*

*ii) Acesso ao software através da rede LAN, usando o controlador central do sistema como Interface ou através de interface avulsa de uso reservado às empresas credenciadas MN-Tool CMS-MNF-G;*

*iii) Notebook com configuração mínima exigida pelo software de inspeção;*



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*iv) Técnico especializado na utilização das ferramentas elencadas neste subitem, capacitado para interpretação das leituras e resultados obtidos.*

e) Para a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, a CONTRATADA fornecerá todas as ferramentas necessárias, todo o instrumental de testes, equipamentos mecânicos, elétricos e eletrônicos adequados à execução das atividades, devendo estes permanecerem na posse da sua equipe técnica no local dos serviços.

f) Nos dias programados para as manutenções, preventivas e/ ou corretivas, os funcionários da CONTRATADA deverão apresentar-se à fiscalização, previamente ao início dos serviços, para o devido registro de presença.

g) A CONTRATADA deverá informar previamente à fiscalização os setores do prédio nos quais serão realizados os serviços e as possíveis interferências que poderão gerar na utilização do sistema pelos usuários da edificação.

h) O CONTRATANTE poderá recusar quaisquer serviços, materiais de consumo empregados ou acessórios que não satisfaçam as condições contratuais, normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especificações do fabricante do sistema e demais legislações vigentes ou que não atendam ao padrão de qualidade desejável na forma estabelecida neste Termo de Referência.

i) Havendo necessidade de retirada de equipamentos ou de componentes dos sistemas para conserto na oficina da CONTRATADA o fato deverá ser comunicado previamente à fiscalização do CONTRATANTE para análise e autorização.

j) A CONTRATADA deverá providenciar a **completa limpeza/ sinalização dos locais onde forem executados os serviços**, de modo a não causar transtornos aos trabalhos da Administração CONTRATANTE. Nos reparos em tubulações de sistemas em que haja a necessidade da desmontagem parcial de forros ou qualquer outra instalação a CONTRATADA deverá providenciar a remontagem após o término do serviço.

k) A direção técnica dos serviços contratados caberá exclusivamente à CONTRATADA, que se obriga a obedecer aos procedimentos de trabalhos por si elaborados, de comum acordo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com a fiscalização, respondendo a CONTRATADA civil e criminalmente por qualquer ônus, dolo ou culpa.

l) A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente do transporte (ida e volta) dos equipamentos, componentes, partes e peças que forem retiradas - com autorização prévia da fiscalização conforme modelo **ANEXO XI** deste termo de referência - para manutenção externa às dependências de prestação dos serviços, cuja retirada deverá obedecer às normas do TRE/RO. Nessa situação a CONTRATADA deverá fornecer, no prazo máximo de 24 horas, a partir da retirada dos equipamentos, Laudo Técnico Individualizado contendo a descrição dos defeitos encontrados e os procedimentos que serão executados para saná-los na forma do **ANEXO XII** deste termo de referência.

m) Toda a mão-de-obra utilizada na execução dos serviços deverá ser fornecida pela CONTRATADA e será composta por técnicos especializados e devidamente habilitados em manutenção de equipamentos iguais ou equivalentes aos descritos nestas especificações. A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

n) Nas manutenções preventivas e corretivas deverão ser utilizados, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde e, após a manutenção, os equipamentos e o locais deverão ser limpos, os móveis e equipamentos recolocados nos seus respectivos lugares e os resíduos sólidos acondicionados em sacos de material apropriado e descartados adequadamente pela CONTRATADA para cumprimento às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

o) Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, o **RELATÓRIO TÉCNICO MENSAL DE SERVIÇOS** na forma do subitem 4.4.3.3 deste termo de referência.

p) A CONTRATADA deverá manter atualizados os registros das intervenções de cada equipamento em uma **Ficha - Histórico**, conforme modelo do **ANEXO XV** deste termo de referência, a qual deverá ser apresentada sempre que solicitada pela fiscalização.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **4.4.2. PERIODICIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

#### **4.4.2.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:**

a) As atividades de manutenção preventiva deverão ser executadas em períodos mensais, bimestrais, trimestrais, semestrais e anuais, dependendo do tipo de serviço a ser executado, conforme rotina prevista no **PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE** – PMOC elaborado pela CONTRATADA, o qual deverá contemplar, também, as diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA, empresa fornecedora e instaladora do sistema, conforme **ANEXO IV** deste termo de referência.

b) **IMPORTANTE:** A ausência do PMOC não desobriga a contratada de realizar os serviços de manutenção preventiva previstos nas diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA, **ANEXO IV** deste termo de referência.

#### **4.4.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA:**

a) Na detecção de falhas ou defeitos em componentes do sistema que acarretem sua paralisação parcial ou total - desde que não comprometam o funcionamento das atividades do CONTRATANTE - a fiscalização acionará a CONTRATADA, por meio de contato telefônico ou correio eletrônico, cientificando-a da ocorrência, estabelecendo-se o prazo máximo de 2 (duas) horas (TEMPO DE ATENDIMENTO) para encaminhamento do pessoal técnico habilitado para o início da execução dos serviços necessários ao imediato funcionamento do equipamento.

b) Na detecção de falhas ou defeitos em componentes do sistema que acarretem sua paralisação parcial ou total - que comprometam o funcionamento das atividades do CONTRATANTE - a fiscalização acionará a CONTRATADA, por meio de contato telefônico ou correio eletrônico, cientificando-a da





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ocorrência, estabelecendo-se o prazo máximo de 30 (trinta minutos (TEMPO DE ATENDIMENTO) para encaminhamento do pessoal técnico habilitado para o início da execução dos serviços necessários ao imediato funcionamento do equipamento.

c) Nas vésperas e nos dias em que ocorrerem eleições oficiais, a partir das 07h00min até o término da eleição (apuração e envio dos resultados ao TSE), a CONTRATADA deverá manter no mínimo um técnico de refrigeração da equipe de manutenção oficial à disposição presente no Prédio Sede do CONTRATANTE, na cidade de Porto Velho, para atendimento imediato, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE.

d) Em datas associadas às atividades das eleições oficiais, a critério do CONTRATANTE, como por exemplo o fechamento do cadastro eleitoral, mesmo que ocorra em dias não úteis, a CONTRATADA deverá atender aos chamados em até 30 minutos após seu recebimento.

e) O prazo para a conclusão dos serviços de manutenção corretiva será de 24 (vinte e quatro) horas (TEMPO DE SOLUÇÃO), a contar da data/horário do recebimento da “Ordem de Execução de Manutenção Corretiva” pela CONTRATADA, a ser emitida pela FISCALIZAÇÃO após a disponibilidade das peças necessárias à execução dos serviços.

f) Dependendo do nível de anormalidade e a graduação do defeito ou falha, o prazo de execução dos serviços será negociado diretamente com o fiscal do contrato.

g) A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE a conclusão dos serviços e o fechamento do chamado para os procedimentos de recebimento pela fiscalização.

h) Os técnicos da contratada, após realizar o diagnóstico do problema, deverão apresentar **Relatório Técnico - Proposta de Solução**, conforme modelo do **ANEXO XIII**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i) O prazo geral para a conclusão dos serviços de manutenção corretiva será de 24 (vinte e quatro) horas (TEMPO DE SOLUÇÃO), contado da data/horário do recebimento pela CONTRATADA, podendo ser alterado pela fiscalização em razão da complexidade dos serviços ou outros fatores verificados no caso concreto.

j) O **Relatório Técnico - Proposta de Solução** deverá conter, além de outros dados, as seguintes informações:

*i) a descrição das falhas ou defeitos;*

*ii) a descrição das peças a serem fornecidas pelo CONTRATANTE, se houver necessidade;*

*iii) o prazo para realização dos serviços (TEMPO DE SOLUÇÃO), contados do recebimento da **Ordem de Execução de Manutenção Corretiva** - conforme modelo do ANEXO XIV deste termo de referência.*

k) A Ordem de Execução de Manutenção Corretiva será emitida pela fiscalização após aprovação do **Relatório Técnico - Proposta de Solução** e disponibilidade das peças necessárias à execução dos serviços.

l) Na ocorrência de indisponibilidade da peça no almoxarifado ou da impossibilidade de o CONTRATANTE adquiri-lá diretamente do fabricante em prazo considerado razoável, a CONTRATADA poderá fornecer a peça diretamente, conforme condições estabelecidas neste termo de referência, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da solicitação da fiscalização.

m) Caso a CONTRATADA não conclua os serviços de manutenção corretiva nos prazos estipulados pela fiscalização, deverá apresentar justificativa técnica por escrito, comunicando a ocorrência do fato excepcional ou imprevisível para subsidiar o fiscal do contrato na análise da ocorrência visando a uma eventual prorrogação dos prazos estipulados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n) A manutenção corretiva apenas será considerada concluída pelo atesto da fiscalização do CONTRATANTE. **É vedado à CONTRATADA incluir no relatório de manutenções corretivas quaisquer serviços ainda não concluídos e sem o ateste da fiscalização do contratante.**

o) Nas manutenções corretivas que ocorram em até 20 (vinte) dias, anteriores às frequências estabelecidas nas manutenções preventivas, a CONTRATADA deverá realizar os seguintes serviços e reparos, independente dos cronogramas definidos no PMOC:

*i) Desmontar e montar (solda) o sistema frigorígeno (tubos de cobre);*

*ii) Executar testes de vazamento dos sistemas frigorígenos;*

*iii) Realizar complementação da carga de gás em eventuais vazamentos;*

*iv) Proceder à substituição de aparelhos de ar condicionado, sempre que diagnosticado defeito mais grave que inviabilize o seu conserto. O novo equipamento será fornecido pelo CONTRATANTE, mediante laudo técnico emitido pela Contratada que justifique tal substituição. O equipamento danificado deverá ser devolvido ao CONTRATANTE, ficando o transporte do equipamento até o local designado pela fiscalização a cargo da Contratada;*

*v) Executar ajustes nas conexões de força e nos relês de proteção, botoeiras de comando, sequência de partida, controles de temperatura e umidade, pressostato de alta e baixa pressão, pressostato de óleo, nível de óleo dos compressores e válvulas de serviço;*

*vi) Identificar focos de ferrugens;*

*vii) Identificar e corrigir a existência de ruídos ou vibrações anormais, bem como falhas no isolamento termo acústico dos equipamentos;*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*viii) Registrar as temperaturas do ar externo, do ar ambiente, de retorno, de insuflamento, da tomada de ar do condensador e da descarga de ar do condensador. Se estes registros apontarem baixo rendimento, deverá ser providenciada, de imediato, manutenção corretiva para elevar o rendimento a níveis adequados;*

*ix) Registrar a umidade do ambiente condicionado;*

*x) Realizar o nivelamento do equipamento de ar-condicionado;*

*xi) Inspecionar e limpar os quadros elétricos e a fiação;*

*xii) Registrar a tensão e corrente dos motores, dos ventiladores e compressores;*

*xiii) Corrigir vazamentos de gás refrigerante, quando detectados;*

*xiv) Verificar as condições do tubo capilar da válvula de expansão termostática e, em caso de obstrução ou má regulagem, proceder ao imediato reparo;*

*xv) Verificar o estado de conservação dos filtros secadores (linha de líquido) e de sucção, bem como de todas as válvulas de serviços ou de inspeção e dos rolamentos dos motores e ventiladores;*

*xvi) Limpar os filtros de ar, bandeja de água condensada, drenos e serpentina dos evaporadores, bem como providenciar a limpeza geral dos equipamentos (interna e externamente) e das casas de máquinas;*

*xvii) Verificar, com o uso de megômetro devidamente calibrado, se o isolamento elétrico entre fases e a carcaça do compressor, dos motores dos ventiladores, do condensador e do evaporador está em conformidade com os níveis mínimos recomendados;*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*xviii) Reapertar os parafusos das bases dos motores, compressores e de todas as conexões elétricas;*

*xix) Balancear o circuito frigorígeno, verificando se os valores das pressões de descarga e sucção estão de acordo com os valores recomendados pelo fabricante e, caso necessário, realizar a eliminação ou complemento do gás refrigerante para alcançar os valores adequados;*

*xx) Alinhar as polias, verificar as condições das correias e providenciar a troca imediata das correias que apresentarem desgaste, ressecamento, etc. (substituir etc. por "ou outra avaria que torne obrigatória a sua substituição").*

### **4.4.3. FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E SERVIÇOS DIVERSOS:**

#### **4.4.3.1. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PELA CONTRATADA - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA:**

a) A CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus adicional ao CONTRATANTE, porque já incluído no preço dos serviços de manutenção, durante toda a vigência do contrato, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva, tais como: *bomba de vácuo, escadas metálicas, bomba lavadora de pressão, graxa, óleos lubrificantes, solventes, fitas isolantes, esponjoso, produto biodegradável desincrustante, sabão em pó, detergente, esponja, estopa, flanela, pano de chão, lona plástica para cobrir mobiliário, mangueira de borracha de 1/2" de 20m, soldas, lixas e assemelhados e outros que se fizerem necessários.*

b) A CONTRATADA deverá empregar na execução dos serviços, materiais originais de primeira mão e qualidade, bem como observar rigorosamente as especificações aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, obedecendo às Normas Técnicas, Normas dos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fabricantes e Normas estabelecidas pelo CONTRATANTE.

c) A CONTRATADA deverá ter a sua disposição, sem ônus adicional ao CONTRATANTE e sempre que necessário ou solicitado pela fiscalização, os equipamentos eletrônicos necessários para a detecção de falhas nas unidades evaporadoras e/ou condensadoras, quais sejam: *softwares* de inspeção do fabricante, conversor e notebook, conforme especificado no subitem 4.4.1 deste termo de referência.

### **4.4.3.2. FORNECIMENTO DE PEÇAS PELA CONTRATANTE - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA:**

a) O CONTRATANTE SERÁ O ÚNICO QUE FORNECERÁ as peças de reposição necessárias aos serviços de manutenção corretiva, desde que a substituição esteja justificada nos relatórios técnicos e após aprovação pela fiscalização do contrato.

b) A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de execução inicial de serviços objeto deste termo de referência, uma relação contendo as principais peças e componentes do sistema, de sorte a subsidiar o CONTRATANTE na aquisição de peças.

*i) O prazo poderá ser prorrogado desde que seja apresentada justificativa plausível e aceita pela Fiscalização/ Gestão.*

c) A disponibilização das peças de reposição pela contratante obedecerá o seguinte procedimento:

*i) Tratando-se de reposição de peças decorrentes de falhas, defeitos ou panes nos equipamentos, a CONTRATADA informará a necessidade imediata e previamente à fiscalização por meio do **RELATÓRIO TÉCNICO - PROPOSTA DE SOLUÇÃO (ANEXO XIII)**;*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*ii) A fiscalização se manifestará sobre a conveniência da execução dos serviços e da substituição das peças, inclusive sobre a urgência dos referidos serviços;*

*iii) Deferidos serviços a fiscalização emitirá a Ordem de Serviços, bem como disponibilizará as peças (ANEXO XIV);*

*iv) Recebida a ordem de serviços a CONTRATADA executará o serviço no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas - se outro prazo não foi fixado pela fiscalização.*

*v) O CONTRATADO fornecerá o gás refrigerante caso seja necessário complementar o sistema, desde que não fique demonstrado que a perda do gás tenha ocorrido por ato culposo ou doloso dos empregados da CONTRATADA, situação que enseja a reparação de danos ao CONTRATANTE.*

*vi) Todas e quaisquer peças e acessórios substituídos pela CONTRATADA, por conta da realização dos serviços, deverão ser entregues à fiscalização.*

### **4.4.3.3. RELATÓRIO TÉCNICO MENSAL DE SERVIÇOS:**

a) A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente à fiscalização, um Relatório Técnico detalhado de suas atividades, contendo os seguintes elementos:

*i) informações sobre os serviços executados;*

*ii) estudos e levantamentos;*

*iii) discriminação de peças substituídas;*

*iv) medições realizadas;*

*v) análise de ocorrências excepcionais;*

*vi) outras informações ou eventuais sugestões com vistas a maximizar a eficiência e confiabilidade dos sistemas, bem como demais informações de interesse do CONTRATANTE.*

b) O relatório deverá conter nível de detalhamento suficiente para o perfeito registro dos serviços





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

executados e análise da fiscalização, a qual poderá determinar a apresentação de esclarecimentos sobre qualquer ponto em que não haja a clareza necessária.

c) O Relatório Técnico mensal deverá ser assinado pelo Engenheiro Mecânico ou profissional de nível superior com atribuição técnica compatível com o objeto deste Termo de Referência, devidamente reconhecido pelo CREA, Responsável Técnico da CONTRATADA, acompanhado de visto da fiscalização.

### **4.4.3.4. PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC**

a) A CONTRATADA deverá, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, porque já incluído no preço de sua proposta, implantar e manter disponível no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do início dos serviços, o **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC**, adotado para o sistema de climatização. Este plano deve conter a identificação do estabelecimento, periodicidade e descrição de atividades a serem desenvolvidas, as recomendações a serem adotadas em situação de falha do equipamento e em situações de urgência, para garantia de segurança do sistema de climatização e outros de interesse, conforme especificações contidas no Anexo I da Portaria nº 3.523/98 (ou outra que venha a substituí-la), do Ministério da Saúde e especificações da NBR nº 13.971/97 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

b) A CONTRATADA deverá garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua dos serviços.

c) A CONTRATADA deverá manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.

d) A elaboração do **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC**, deverá contemplar, também, as diretrizes indicadas no Plano de Manutenção para carga operacional de 2.300 horas/ano, elaborado pela



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA, empresa fornecedora e instaladora do sistema, conforme **ANEXO IV** deste termo de referência.

e) A CONTRATADA deverá apresentar Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC para aprovação pela fiscalização da CONTRATADA e deverá executar os serviços de manutenção preventiva, conforme o PMOC aprovado pela fiscalização do CONTRATANTE, a fim de proporcionar funcionamento eficiente, seguro e econômico do sistema. Fica expressamente consignado que as especificações dos serviços mencionadas no PMOC **não são exaustivas**, deverá a CONTRATADA realizar todos e quaisquer serviços de manutenção dos equipamentos que se fizerem necessários, além de prestar informações estratégicas a respeito da manutenção preventiva e corretiva do sistema, de sorte a diagnosticar problemas existentes que ocasionem mal funcionamento dos aparelhos.

**f) CONSTITUI ANEXO DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC, A APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO INICIAL CONTENDO TODAS AS EVENTUAIS DESCONFORMIDADES VERIFICADAS COM BASE NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, SUGERINDO OS AJUSTES NECESSÁRIOS, NO MESMO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DO PMOC.**

g) **IMPORTANTE:** A ausência do PMOC não desobriga a CONTRATADA de realizar os serviços de manutenção preventiva previstos nas diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA, **ANEXO IV** deste termo de referência, além de estar sujeita às sanções previstas no contrato.

h) No decorrer da execução do contrato a CONTRATADA poderá fazer ajustes ou mesmo apresentar um novo Plano de Manutenção, Operação e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Controle – PMOC para prévia aprovação da fiscalização que também poderá sugerir ajustes no plano de manutenção preventiva baseado em manuais ou informações técnicas da fabricante dos aparelhos instalados nos prédios do TRE/RO.

### **4.4.3.5. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA INICIAL:**

a) Este relatório compreenderá o seguinte:

i. *CONTRATADA* deverá emitir um relatório fotográfico e o diagnóstico inicial de cada equipamento do sistema de VRF Mitsubishi, ora objeto da contratação.

ii. A *CONTRATADA* deverá diagnosticar problemas de mau funcionamento dos equipamentos, fornecendo à *CONTRATANTE* informações suficientes para a execução das medidas corretivas dos eventuais problemas existentes, bem como para possibilitar o seu próprio planejamento de prestação dos serviços contratados;

iii. Os serviços de levantamento deverão ser executados pela *CONTRATADA* no prazo máximo de 5 (cinco) dias. Este relatório deverá ser entregue ao fiscal do contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da vistoria técnica.

## **4.5. DA SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**

4.5.1. A *CONTRATADA*, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **poderá subcontratar parcialmente serviços especializados para manutenções corretivas e/ou preventivas**, quando se tratar de itens que, por sua natureza e especificidade exijam o emprego de conhecimentos ou tecnologias especiais. Os serviços que poderão ser subcontratados são:

a) Manutenção elétrica nos painéis e equipamentos elétricos do sistema de climatização;

b) Limpeza e higienização nos dutos de exaustão por meio mecanizado.

4.5.2. O limite da subcontratação deverá ser de no máximo 20% (vinte por cento) dos serviços contratuais e, havendo a necessidade de subcontratação, a *CONTRATADA* deverá apresentar por escrito justificativa técnica que respalde a necessidade de subcontratação, incluindo a descrição detalhada da falha identificada e dos serviços necessários para saná-la, bem como a identificação da empresa ou



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

profissionais qualificados para tal, as ferramentas, materiais ou recursos especiais necessários.

4.5.3 No caso de subcontratação, deverá ser dada preferência a microempresa ou de empresa de pequeno porte, nas parcelas subcontratadas com valor até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, II, da Lei Complementar nº 147, de 2014. Não sendo possível atender o disposto neste subitem, a contratada deverá comprovar o motivo.

4.5.4. As informações relativas à subcontratação e às empresas indicadas para subcontratação deverão ser encaminhadas previamente à formalização do contrato a ser firmado entre a contratada e a subcontratada, ao Gestor do Contrato, por escrito, para aprovação, observado que a regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada deverá ser comprovada mediante a apresentação dos documentos exigidos para habilitação da contratada por ocasião da licitação.

4.5.4.1. Deverá ser apresentado, ainda, atestado de capacidade técnica da empresa indicada para subcontratação, comprovando que a execução de serviços compatíveis às instalações do TRE-RO.

4.5.4.2. As eventuais empresas subcontratadas deverão observar as mesmas exigências contratuais da CONTRATADA.

4.5.5. Será admitida a substituição da empresa subcontratada, desde que solicitado por escrito pela CONTRATADA, e observadas às mesmas condições do item anterior e seu subitem.

4.5.6. Caberá à CONTRATADA, mesmo quando autorizada a subcontratação, responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais, sob pena da aplicação das sanções previstas neste instrumento. 4.5.7. No caso de subcontratação, a CONTRATADA deverá observar as disposições contidas na Lei Complementar nº 123/2006.

## **4.6. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

4.6.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia completa dos serviços realizados de no mínimo 3 (três) meses contados da data do término da execução do serviço.

4.6.2. No caso de materiais fornecidos ou substituídos pela CONTRATADA, o prazo mínimo de garantia será de 12 (doze) meses ou a garantia do fabricante, caso seja maior, contados da data da entrega dos equipamentos, devidamente revisados e/ou consertados.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.6.3. O serviço de assistência técnica, durante todo o período de garantia ofertado, deverá ser prestado de modo a remover os defeitos apresentados, compreendendo, nesse caso, os ajustes, reparos e correções necessárias, de acordo com as normas técnicas específicas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

4.6.4. A CONTRATADA ficará responsável pelos eventuais reparos, assim como pelas substituições de peças.

4.6.5. Os serviços de assistência técnica deverão ser prestados pela CONTRATADA. Caso seja necessária a remoção dos equipamentos, não deverá acarretar qualquer ônus ao CONTRATANTE.

4.6.6. O prazo para sanar defeito apresentado no serviço realizado, durante todo o período de garantia ofertada, não poderá ser superior a 2 (dois) dias úteis, a partir da **chamada técnica, que será efetuada por escrito, via e-mail ou mensagem por WhatsApp**.

4.6.7. Caso haja a necessidade de promover a substituição de peças, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 5 (dias) dias consecutivos, a partir do chamado técnica e entrega das peças pela CONTRATANTE, para execução do serviço;

4.6.8. Os prazos de conclusão dos serviços mencionados nos subitens 4.6.6 e 4.6.7 poderão ser eventualmente dilatados nas situações em que a CONTRATADA apresente justificativa comprovada da impossibilidade técnica para a sua realização dentro do período inicialmente estipulado.

4.6.9. Os serviços de manutenção em garantia deverão ser realizados em dias úteis da Justiça Eleitoral, no horário compreendido entre 8h e 18h.

4.6.10. A CONTRATADA responderá, durante o período de garantia dos equipamentos, por quaisquer procedimentos necessários perante o fabricante, de forma a assegurar prontamente ao CONTRATANTE a assistência técnica e/ou a substituição dos equipamentos e acessórios, caso sejam necessárias, incluindo-se as partes que apresentarem defeitos e/ou vícios de execução não oriundos do mau uso por parte do CONTRATANTE, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados e prejuízos para o desempenho das atividades do CONTRATANTE.

4.6.11. Durante o período da garantia, caso NÃO EXISTA OU DEIXE DE EXISTIR assistência ou suporte técnico local autorizado pelo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fabricante, FICARÁ A LICITANTE VENCEDORA RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS ATÉ O TÉRMINO DA GARANTIA.

4.6.12. Ocorrendo o término do prazo de garantia ofertado, e havendo pendências com relação a serviços não realizados por culpa da CONTRATADA, o prazo de garantia ficará prorrogado, pelo período necessário, até o limite de 30 (trinta) dias, sem ônus para o CONTRATANTE, sujeita a CONTRATADA, em caso de inexecução, à aplicação das sanções legais cabíveis, estabelecidas no item 10.13 (Das Sanções Administrativas).

## **5. DA CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**5.1. Do planejamento e objetividade das contratações:** Tratando-se de ação contínua, esta contratação integra o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2021/2026). Contudo, por certo está alinhado com o MACRODESAFIO estratégico de APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, em relação ao indicador "**Índice de adequação das instalações físicas**" na medida em que busca a manutenção e conservação preventiva do sistema de ar condicionado VRF instalado no Edifício Sede e Anexo II da Justiça Eleitoral nesta Capital, permitindo, sobretudo, a qualidade mínima do ar que circula nesses ambientes, de forma a minimizar o acúmulo de poeiras e microrganismos, proporcionando, portanto, melhores condições sanitárias e de conforto aos profissionais a serviço da Justiça Eleitoral e ao público em geral.

5.1.1. Além disso, as manutenções garantirão a utilização racional e econômica dos sistemas de ar condicionado com vistas à preservação da vida útil dos aparelhos, sem perda das características, integridade física, rendimento e ponto ótimo de operação dos equipamentos, instalações, sistemas ou suas partes, fato que, ao final, reduz riscos com eventuais paralisações do sistema, além de despesas não programadas para a correção individualizada dos problemas. Tratando-se de uma ação contínua, os recursos orçamentários para suportar a contratação encontra-se na Proposta Orçamentária de 2024, atualmente tramitando no PSEI nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#)

**5.2. Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental:** Considerando as regras previstas no art. 6º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, a contratada deverá observar os itens I, IV e VII do referido artigo abaixo transcritos:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*"I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;"*

**5.2.1.** Além disso, este TR disciplina que nas manutenções preventivas ou corretivas, deverão ser utilizados, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde e, após a manutenção, os equipamentos e o local deverão ser limpos, os móveis e equipamentos recolocados nos seus respectivos lugares e os resíduos sólidos acondicionados em sacos de material apropriado e descartados adequadamente pela CONTRATADA.

*"IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;*

...

*VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos";*

## **6. DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA (Art. 2º, inciso IV do Decreto Federal nº 7.983/2013)**

### **6.1. Do Preço Global de Referência dos serviços:**

6.1.1. O Preço global de referência foi obtido pelos critérios explicitados no Anexo XX - Pesquisa de Preços (Evento [0987391](#)), bem como o método aplicado, relacionado a este processo e esquematizado na Tabela 3 adiante.

| <b>PLANILHA 3 - Valor de Referência</b>  |                                   |                                  |
|--|-----------------------------------|----------------------------------|
| <b>ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>  | <b>VALOR<br/>MENSAL<br/>(R\$)</b> | <b>VALOR<br/>ANUAL<br/>(R\$)</b> |
| Prestação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, com fornecimento de gás refrigerante, <b>incluindo configuração, operação e ajustes</b> do sistema de climatização VRF ( <i>Variable Refrigerant Flow</i> ), instalado no Edifício-Sede e no Anexo II - Depósito de Urnas - do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e sistema de climatização de precisão, com disponibilidade de alta vazão de ar, controle eficiente e preciso | R\$<br>29.839,50                  | R\$<br>358.074,00                |



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|   |                       |  |
|---|-----------------------|--|
| de temperatura e umidade, cujos equipamentos são do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, da marca <b>Mitsubishi</b> , que <u>compreende o emprego de equipamentos/ ferramentas e o fornecimento de materiais de consumo necessários à execução dos serviços</u> pelo período de <b>36 (trinta e seis) meses</b> , podendo a manutenção ser prorrogada, por interesse das partes, até o limite estabelecido no art. 57, II da Lei nº 8.666/93, por se tratar de serviço de natureza continuada. |                       |  |
| <b>VALOR TOTAL ANUAL</b>  | <b>R\$ 358.074,00</b> |  |

6.1.2 Conforme registrado no itens 4.4.3.1 e 4.4.3.2, os materiais consumíveis nas manutenções preventivas e corretivas serão fornecidos pela CONTRATADA, a qual deverá considerar o preço desses insumos em sua proposta.

6.1.3 Já as peças de reposição necessárias aos serviços de manutenção corretiva serão fornecidas pela Administração CONTRATANTE.

**6.3. QUADRO RESUMO - ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA:  
PREÇO MENSAL E ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS:**

| <b>PLANILHA 4 - Valor de Referência</b>   |                                   |                                  |
|---|-----------------------------------|----------------------------------|
| Prestação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, com fornecimento de gás frigorígeno, <b>incluindo configuração, operação e ajustes</b> do sistema de climatização VRF ( <i>Variable Refrigerant Flow</i> ), instalado no Edifício-Sede e no Anexo II - Depósito de Urnas - do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e sistema de climatização de precisão, com disponibilidade de alta vazão de ar, controle eficiente e | <b>VALOR MENSAL DE REFERÊNCIA</b> | <b>VALOR ANUAL DE REFERÊNCIA</b> |
|   | R\$ 29.839,50                     | <b>R\$ 358.074,00</b>            |



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|   |  |                         |
|---|--|-------------------------|
| preciso de temperatura e umidade, cujos equipamentos são do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, da marca <b>Mitsubishi</b> , que <u>compreende o emprego de equipamentos/ferramentas e o fornecimento de materiais de consumo necessários à execução dos serviços</u> pelo período de <b>36 (trinta e seis) meses</b> |  |                         |
| <b>PREÇO ANUAL ESTIMADO (serviços)</b>  |  | <b>R\$ 358.074,00</b>   |
| <b>VALOR TOTAL DO CONTRATO (36 MESES)</b>   |  | <b>R\$ 1.074.222,00</b> |

### **NOTAS:**

#### **I - INAPLICABILIDADE DE BDI PARA OS SERVIÇOS:**

**BDI** é a sigla de *Budget Difference Income* que significa Benefícios e Despesas Indiretas (também designado por Bonificação). Consiste em um elemento que compõe um orçamento, normalmente alcançado através de taxas que incidem sobre o custo do empreendimento definindo o custo total. Na **Decisão 255/1999 – Primeira Câmara**, o TCU definiu a Bonificação de Despesas Indiretas – BDI: *"Conceitualmente, o BDI é definido como "um percentual aplicado sobre o custo direto para se chegar ao preço de venda a ser apresentado ao cliente e tem a seguinte fórmula:  $PV=PC \times (1+BDI)$ , sendo  $PV=Preço\ de\ Venda$  e  $PC=Custo\ Direto$ . O valor do BDI é, portanto, apresentado como uma fração do custo Direto. [...]"*. O Instituto de Engenharia conceitua BDI como *"o resultado de uma operação matemática para indicar a margem que é cobrada do cliente incluindo todos os custos indiretos, tributos, etc. e logicamente, sua remuneração pela realização de um empreendimento."* Nesta contratação a Administração não está exigindo a composição dos custos unitários para a prestação dos serviços porque está elecando todos os insumos que compreendem as atividades. Além disso, é usual no mercado - e nas contratações públicas - que as empresas coteiem de forma global, dando um "preço global fechado" para a execução dos serviços, no qual inclui todos os seus custos diretos e indiretos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II** - O Preço Global anual estimado da contratação é o preço máximo de aceitação pela Administração;

**III - DIVULGAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO:** Embora o **Acórdão TCU nº 1925/06 - Plenário** possibilite a não divulgação direta do valor estimado do objeto - o qual, todavia, **deve** ser publicado no decorrer da licitação, a pedido dos interessados - entende-se que sua divulgação é medida mais adequada. Primeiro porque, na prática, os valores são sempre divulgados em razão de solicitações dos competidores; segundo e principalmente porque, em razão do objeto possuir características bastante próprias, a publicidade do valor oportunizará aos interessados o conhecimento prévio do valor máximo de aceitação, evitando-se propostas aventureiras e extremamente desvinculadas da realidade do certame.

## **7. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

7.1. As despesas previstas para exercício de 2023 correrão com recursos do Orçamento Anual de 2023 deste Tribunal, conforme abaixo:

| <b>PLANILHA 5 - Aderência Orçamentária</b> |   |                      |  |                       |                       |                       |
|--|---|----------------------|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Tipo de Orçamento</b>                   | <b>Item de despesa do planejamento to orçamentário</b>              | <b>Plano Interno</b> | <b>Previsão de execução orçamentária por ano</b> |                       |                       |                       |
|  |   |                      | <b>2023 (R\$)</b>                                | <b>2024 (R\$)</b>     | <b>2025 (R\$)</b>     | <b>2026 (R\$)</b>     |
| Ordinário                                  | Ar condicionado VRF - serviços de manutenção preventiva e corretiva | IEF MANP RE          | R\$ 10.491,15                                    | R\$ 358.074,00        | R\$ 358.074,00        | R\$ 347.582,85        |
| <b>TOTAL POR EXERCÍCIO FINANCEIRO</b>      |   |                      | <b>R\$ 10.491,15</b>                             | <b>R\$ 358.074,00</b> | <b>R\$ 358.074,00</b> | <b>R\$ 347.582,85</b> |



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **INFORMAÇÃO COMPLEMENTARES**

Em caso de alterações que impliquem em acréscimo ao valor do contrato, deverá ser informado abaixo se haverá necessidade de reforço de empenhos já emitidos para esta contratação neste exercício financeiro, ou se os saldos desses empenhos comportam o acréscimo contratual para o exercício financeiro atual.

Havendo necessidade de reforço, relacionar abaixo os empenhos, saldos atuais e saldos a reforçar, respectivos

7.2. Tratando-se de serviços contínuos, quanto aos exercício subsequentes as despesas serão suportadas pelos recursos programados para a cobertura deste contrato nas respectivas propostas orçamentárias.

7.3. O Valor a ser pago em 2023, corresponde ao período de 21 a 31 de dezembro de 2023, equivale a 11 (onze) dias de contrato. O valor total mensal é da ordem de R\$ 29.839,50 (vinte e nove mil oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos), ao ser dividido por 30 (trinta) dias, tem-se o valor unitário de R\$ 994,65 (novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e cinco centavos), que ao ser multiplicado por 11 (onze) dias obter-se-á o valor de R\$ 10.941,15 (dez mil novecentos e quarenta e um reais e quinze centavos).

## **8. DO CERTAME LICITATÓRIO**

### **8.1. Serviços comuns - Cabimento da modalidade do Pregão Eletrônico:**

Tratando-se o objeto da contratação da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado, com exigência de responsável técnico um Engenheiro Mecânico ou outro profissional de nível superior com atribuições compatíveis com o objeto do contrato, desde que seja apresentado documento específico emitido pelo CREA atestando tais atribuições, tem-se a caracterização de um serviço de engenharia.

A Lei nº 10.520/2002 e o Decreto Federal nº 10.024/2019 amparam a realização de pregão eletrônico para a contratação de serviços comuns de engenharia, ou seja, aqueles serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Nesse sentido, também é a **Súmula nº 257 do TCU: "O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002."**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Jorge Ulisses Jacoby Fernandes** entende que o serviço de engenharia pode ser considerado comum com as seguintes condições: “as características, quantidades e qualidades forem passíveis de “especificações usuais no mercado”; “mesmo que exija profissional registrado no CREA para execução, a atuação desse não assume relevância, em termos de custo, complexidade e responsabilidade, no conjunto do serviço;” (*Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico, 3. ed. rev., atual. e ampl. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2009, pag. 429*).

Quanto à manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, há entendimento expresso do TCU acerca da utilização da modalidade do Pregão, como no **Acórdão TCU Nº 2.272/2006- Plenário**, do qual se extrai o seguinte excerto:

[...]

12. De qualquer modo, o Decreto nº 3.555/2000 regulamenta o Pregão Presencial, sendo o Pregão Eletrônico regulamentado pelo Decreto nº 5.450/2005, cujo art. 6º diz:

"Art. 6º A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, não se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral."

13. Ou seja, não há restrição quanto à contratação de serviços de engenharia.

14. Assim, o que deve ser analisado é se o objeto do Pregão Eletrônico nº 06/2005 é serviço comum ou não. Entendo que a execução de serviços de assistência técnica, operação e manutenção, em caráter preventivo e corretivo, com fornecimento de peças, materiais e componentes, de aparelhos de ar condicionado de janela, aparelhos tipo split system e centrais de ar condicionado tipo self contained, pode ser considerado serviço comum, atendidos os requisitos essenciais de padronização e disponibilidade, a qualquer tempo, em um mercado próprio." - **VALMIR CAMPELO - Ministro-Relator.**

Nessa esteira, tem decidido reiteradamente o TCU acerca da caracterização de serviços comuns de engenharia quando a finalidade da contratação é a manutenção e a conservação de instalações prediais, em que a demanda pelo objeto é repetida e rotineira, vg, o **Acórdão TCU nº 3605/2014 - Plenário**.

Dessa forma, será adotado a modalidade de **pregão eletrônico, sob o regime de empreitada por preço global, com item único** para a seleção da proposta mais vantajosa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado VRF deste Tribunal.

**8.1.1. JUSTIFICATIVA PARA JUNÇÃO DOS SERVIÇOS EM ITEM ÚNICO:** Embora se trate de duas edificações que possuem



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sistema de VRF, o agrupamento dos serviços em um único item é inafastável nesta contratação porque ambos constituem um único sistema com automação e gerenciamento dos equipamentos interligados e controlados por um único software.

Quanto à **unicidade dos serviços** - junção da manutenção preventiva e corretiva - justifica-se pela maior viabilidade do ponto de vista operacional, técnico e econômico à Administração. Desta forma, privilegia-se o Princípio da Economicidade, ancorado nas regras da boa administração para o atendimento do interesse público, e, ainda, para evitar-se a ocorrência das seguinte situações:

- a) Em algumas situações, os serviços se confundem; por exemplo, durante uma manutenção preventiva pode-se constatar a necessidade de intervenções corretivas - situação prevista nas regras de manutenção - que poderão ser realizadas juntamente com a ação preventiva, ou seja, pela mesma empresa, sem necessidade de iniciar o procedimento para a manutenção corretiva com uma eventual segunda contratada;
- b) Fornecedores diversos atuando em um único equipamento, certamente causarão dificuldades no relacionamento técnico entre eles e com a Administração, principalmente quando for necessário apurar eventuais falhas na realização dos serviços;
- c) Múltiplos contratados elevará custos fixos, como, por exemplo, os custos administrativos para a prestação dos serviços que, com a unicidade, ficam restritos a uma única empresa contratada.

### **8.2. Inaplicabilidade do regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame:**

8.2.1. O valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015, patamar que afasta a exclusividade de participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte.

### **8.3. Qualificação técnica operacional e profissional:**

8.3.1. A licitante deverá apresentar, na data da abertura da licitação, os seguintes documentos de qualificação técnica:

**I - Registro ou Inscrição da empresa licitante** junto ao respectivo Conselho Profissional competente, comprovando que exerce atividade relacionada ao objeto deste certame;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II - Capacidade técnico-operacional** – apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a licitante tenha executado serviços de manutenção em sistemas de refrigeração do tipo VRF com, no mínimo, 140 (centro e quarenta) TR - Toneladas de Refrigeração, por período igual ou superior a 12 (doze) meses. E ainda a comprovação que prestou serviço continuado, por período não inferior a 12 (doze) meses, **de manutenção preventiva e corretiva em sistema de climatização de precisão para o ambiente de Data Center, com potência mínima de 10 (dez) TR's.**

**JUSTIFICATIVA:** Tais Atestados, ora exigências relativas à parte de maior relevância, que foram pontuadas no item 2.1.2 deste TR, permitem avaliar se a empresa contratada atenderá à prestação de serviço com a maior expertise possível, visto se tratar de equipamento de alto padrão, custo e tecnologia, entre os sistemas de climatização do tipo VRF disponíveis no mercado nacional. Esta exigência justifica-se na necessidade de contratar empresa que tenha atuado com equipamentos com potência elevada e sistema de precisão, que requerem celeridade, presteza e eficiência nos atendimentos e prestação de serviços, de modo a não descontinuar o serviço público em questão. Além disso, busca-se alcançar excelência na prestação dos serviços de **manutenção, configuração, operação e ajustes** do sistema de climatização VRF, e tais documentos permitirão avaliar a experiência anterior da empresa que já tenha trabalhado com máquinas nas potências mínimas indicadas, sem esquecer que o tempo mínimo de reação e prestação do atendimento devem ser obedecidos, conforme subitem 4.2.5.1, "c" deste TR.

a) Será aceito o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica. (**Acórdão TCU nº 2.387/2014-Plenário**).

**III - Certidão de Registro de Pessoa Física perante o Conselho Profissional competente**, relativa ao profissional indicado como Responsável Técnico. Caso o profissional indicado seja sócio da licitante, bastará apresentar cópia do ato constitutivo da sociedade; não sendo sócio da licitante, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo (**Acórdão TCU nº 800/08 – Plenário**);





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV - Capacidade técnico-profissional** – comprovação fornecida pela licitante, de que possui em seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, no mínimo, 01 (um) profissional de nível superior em formação em engenharia mecânica (que é o Responsável Técnico), devidamente registrado junto ao CREA ou Conselho Profissional competente e a(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, relativo à Execução de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva, em sistema de refrigeração tipo VRF com, no mínimo, 140 (centro e quarenta) TR - Toneladas de Refrigeração, por período igual ou superior a 12 (doze) meses. E ainda a comprovação que prestou serviço continuado, por período não inferior a 12 (doze) meses, de **manutenção preventiva e corretiva em sistema de climatização de precisão para o ambiente de Data Center**, com potência mínima de 10 (dez) TR's.

**JUSTIFICATIVA:** Tais Certidões, ora exigências relativas à parte de maior relevância, que foram pontuadas no item 2.1.2 deste TR, permitem avaliar se o Responsável Técnico atenderá à prestação de serviço com a maior expertise possível, visto se tratar de equipamento de alto padrão, custo e tecnologia entre os sistemas de climatização do tipo VRF disponíveis no mercado nacional. Esta exigência justifica-se na necessidade de contratar Responsável Técnico que tenha atuado com equipamentos com potência elevada e sistema de precisão, que requerem celeridade, presteza e eficiência nos atendimentos e prestação de serviços, de modo a não descontinuar o serviço público em questão. Além disso, busca-se alcançar excelência na prestação dos serviços de **manutenção, configuração, operação e ajustes** do sistema de climatização VRF, e tais documentos permitirão avaliar o profissional que já tenha trabalhado com tais máquinas, sua atuação nas potências mínimas indicadas, sem esquecer que o tempo mínimo de reação e prestação de atendimento devem ser obedecidos, conforme subitem 4.2.5.1, "c" deste TR.

**V - Declaração do profissional aceitando o exercício da função de Responsável Técnico pelos serviços.** Os profissionais com atribuições pertinentes para exercerem a função de responsável técnico somente poderão assumir tal condição relativamente a um licitante, portanto, serão inabilitadas aquelas licitantes que apresentarem o mesmo profissional para exercer tal função;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**VI - Declaração de que dispõe, ou disporá, dos equipamentos, ferramentas, máquinas e pessoal** necessários à execução dos serviços, conforme modelo reproduzido no **ANEXO XVII** deste Termo de Referência;

**VII - Declaração de visita técnica**, conforme modelo reproduzido no **ANEXO XVIII** deste Termo de Referência. A visita técnica é facultada a todos os licitantes, às suas expensas, nas instalações da Justiça Eleitoral. As visitas poderão ser realizadas até o último dia útil antecedente à abertura da licitação, desde que previamente agendadas pelo e-mail [semap@tre-ro.jus.br](mailto:semap@tre-ro.jus.br).

**VIII - O responsável técnico** acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins do Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

a) Caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços não pertença ao quadro permanente da licitante no momento do certame, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo (Acórdãos- TCU 800/08-Plenário e 1.762/2010-Plenário).

b) A comprovação de vínculo entre o profissional e a empresa licitante poderá ser demonstrada a partir da Certidão de Registro do Profissional ou da Empresa junto ao Conselho de Classe que conste o profissional indicado na licitação como um dos responsáveis técnicos pela licitante.

**IX - Declaração do profissional aceitando o exercício** da função de Responsável Técnico pelos serviços (Anexo XIX - [1019296](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **9. DA PROPOSTA COMERCIAL**

Na formulação da proposta, a licitante deverá observar as seguintes regras gerais:

**9.1.** O preço global de referência estimado da contratação foi dimensionado para o período de 36 (trinta e seis) meses. Deverá ser informado na proposta o preço mensal e global dos serviços;

**9.2.** Sob pena de desclassificação a proposta deverá ser apresentada de acordo com o MODELO PADRÃO DA PROPOSTA reproduzida no **ANEXO XVI deste termo de referência**;

**9.3. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS DAS LICITANTES EM DESCONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO ITEM 9.1 a 9.2 DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

**9.4.** O preço informado na proposta da licitante deverá incluir todos os custos diretos e indiretos para a prestação dos serviços objeto da licitação, nele incluído:

a) o custo da elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, o qual deverá contemplar as diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA, empresa fornecedora e instaladora do sistema, conforme **ANEXO IV** deste termo de referência;

b) o custo das manutenções preventivas, incluídos os custos com materiais consumíveis que serão utilizados nas manutenções corretivas;

c) o custo das manutenções corretivas para o perfeito funcionamento do sistema de ar condicionado VRF;

**9.5.** A classificação das propostas dar-se-á pelo menor preço global ofertado no processo de licitação, observado o preço máximo estimado pela Administração para a prestação dos serviços;

**9.6. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS.** Na análise da EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS serão observados os critérios definidos pelo art. 48, § 1º da Lei nº.8666/93 aplicados sobre o valor dos serviços cotados.

### **10. DO CONTRATO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **10.1. Procedimentos prévios à assinatura do contrato:**

10.1.1. No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar:

a) Regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades, a adjudicatária deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

10.1.2. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a CONTRATADA realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

10.1.3. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por email, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela CONTRATADA;

10.1.4. Realizado o cadastramento no SEI, a Administração disponibilizará um canal eletrônico de comunicação de dados (link), contendo o inteiro teor do termo de contrato para assinatura eletrônica. O prazo de 2 (dois) dias úteis para assinatura será contado da data da efetiva disponibilização do instrumento no SEI;

10.1.5. O descumprimento injustificado da Adjudicatária das obrigações estabelecidas neste item implicará na decadência do direito à contratação, situação em que os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, sujeitando-se o inadimplente às penalidades de multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei nº 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

### **10.2. Regras gerais do contrato:**

10.2.1. À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei nº 10.520/2002 e Lei nº



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO nº 004/08 - ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou aterá-la e, supletivamente, a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 5.194/66 e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

10.2.2. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais, este termo de referência, o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

10.2.3. Com a assinatura do contrato a adjudicatária se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão - com seus anexos - e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

**10.2.4. Caso seja sediada em outro Estado da Federação, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato, visto do CREA/RO no verso da Certidão registro/quitação da empresa licitante junto ao CREA, conforme Resolução CONFEA nº 336/89;**

### **10.3. Da designação de preposto com endereço fixo na praça de Porto Velho:**

10.3.1. A contratada deverá indicar, por escrito e formalmente, e manter durante toda a execução do contrato, PREPOSTO com endereço fixo na cidade de Porto Velho, com telefone de código de área (DDD) 69 para atendimentos dos chamados, a fim de supervisionar os serviços nos prazos e condições previstos no contrato e o contato pela contratação e atuar como representante da empresa durante a execução do objeto do contrato (Art. 68 da Lei nº 8666/93). A contratada deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos ativos e 01 (um) Correio eletrônico para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pela CONTRATADA. O prazo máximo para indicação de preposto será de 10 (dez) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

10.3.2. A CONTRATADA poderá indicar como preposto um membro da equipe técnica responsável pela prestação dos serviços, podendo o CONTRATANTE recusá-lo e pedir sua substituição em razão de perfil inadequado.

### **10.4. Da garantia contratual:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **10.4.1. Segundo Marçal:**

A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. **(Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).**

10.4.2. Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais danos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

10.4.3. Dessa forma, deverá a CONTRATADA apresentar, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

**I** - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**II** - seguro-garantia;

**III** - fiança bancária.

### **10.5. Da subcontratação:**

10.5.1. A subcontratação dar-se-á nos moldes estipulados no Item 4.5 deste TR.

### **10.6. Do prazo de vigência, da possibilidade de prorrogação, do reajuste e eventual reequilíbrio dos valores do contrato:**

10.6.1. O prazo de vigência e de execução deste contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 meses.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.6.2. Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

10.6.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.

10.6.4. Presentes as condições previstas no art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93 o contrato poderá ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

### **10.7. Das regras gerais aplicadas à execução dos serviços:**

#### **I - Obrigações preliminares e acessórias:**

a) Indicar **preposto**, por escrito e formalmente, no prazo máximo para indicação de preposto será de 10 (dez) dias corridos a partir da assinatura do contrato;

b) Regularmente assinado o contrato, a Administração expedirá, em até 03 (três) dias úteis, a ordem de serviço. Após o recebimento da ordem de serviços, a CONTRATADA deverá implantar e manter disponível, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, o **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC**, adotado para o sistema de climatização, **com os elementos definidos neste termos de referência**, que deverá contemplar as diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA. **O PMOC deverá ser submetido à aprovação da fiscalização;**

c) Após o recebimento da ordem de serviços, a CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, uma relação contendo as principais peças e componentes do sistema, de sorte a subsidiar o CONTRATANTE na eventual aquisição de peças;

d) Após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação de GARANTIA CONTRATUAL, na forma do item 8.4 deste Termo de Referência;

e) Comprovar, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco ) dias corridos após o recebimento da ordem de serviços, visto do CREA-RO no verso da Certidão conforme Resolução **CONFEA nº 336/89** - caso seja sediada em outro Estado da Federação - e apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART** dos serviços objeto do contrato (**art. 28, § 1º da Resolução CONFEA nº 1.025/2009**);

f) O descumprimento injustificado das obrigações descritas nos subitens anteriores sujeitará a CONTRATADA às penalidades na forma estabelecidas no item 10.13 deste termo de referência e no contrato.

### **II - DAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS:**

a) Com a expedição da ordem de serviço a CONTRATADA estará autorizada a iniciar o atendimento de manutenções corretivas na forma e condições definidas neste termo de referência.

### **III - DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS:**

a) Após a aprovação do **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC** pela fiscalização, a CONTRATADA poderá iniciar os serviços de manutenção preventiva de acordo com o referido PMOC.

b) **IMPORTANTE:** A ausência do PMOC não desobriga a contratada de realizar os serviços de manutenção preventiva previstos nas diretrizes indicadas no Plano de Manutenção elaborado pela FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA. (**ANEXO IV** deste termo de referência).

c) A CONTRATADA deverá garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua dos serviços em obediência aos cronogramas e roteiros estabelecidos pelo PMOC.

d) A CONTRATADA deverá manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.

e) Nos dias programados para manutenção preventiva, os funcionários da CONTRATADA deverão apresentar-se à



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FISCALIZAÇÃO antes do início dos serviços, para que se proceda ao registro de presença e se efetuem os procedimentos administrativos necessários.

### **10.8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

10.8.1 Realizar o objeto do contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão - com seus anexos - e na sua proposta objetivando manter todos os equipamentos do sistema em condições normais de funcionamento, executando todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva necessários a permitir a operação contínua e ininterrupta, sem alterar as características técnicas dos mesmos, de forma a atender às necessidades do CONTRATANTE, sob pena da aplicação das adequações de pagamento previstas no Acordo de Nível de Serviço, sanções legais, editais e contratuais.

10.8.2 Apresentar, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93.

10.8.3 Designar - por escrito e formalmente - e manter preposto com endereço fixo na cidade de Porto Velho, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

10.8.4 Implantar e manter disponível no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do início dos serviços, o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, nos termos e condições definidos no termo de referência, Anexo I do edital do certame.

10.8.5 Apresentar, no mesmo prazo de 30 (trinta) dias corridos, como anexo do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, um relatório inicial contendo todas as inconformidades verificadas com base na legislação vigente, sugerindo os ajustes necessários.

10.8.6 Comprovar, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco ) dias corridos após o recebimento da ordem de serviços, visto do CREA-RO no verso da Certidão conforme Resolução **CONFEA nº 336/89** - caso seja sediada em outro Estado da Federação - e apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART** dos serviços objeto do contrato e emitir a cada prorrogação contratual, a devida via destinada ao CONTRATANTE (**art. 28, § 1º da Resolução CONFEA nº**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**1.025/2009).**

10.8.7 Manter um profissional de engenharia mecânica ou profissional de nível superior com atribuição técnica compatível com o objeto do Termo de Referência, credenciado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia – CREA-RO, durante a vigência do contrato, que será o Responsável Técnico pelos serviços e que fará o devido acompanhamento dos mesmos, *in loco*, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE ou sempre que necessário. Para cumprimento dessa obrigação a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o desligamento do Responsável Técnico da ART registrada e apresentar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o seu desligamento a ART do novo profissional responsável pela execução do serviço, devidamente capacitado pela fabricante.

10.8.8 Executar o planejamento dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em comum acordo com o representante do CONTRATANTE.

10.8.9 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz dos equipamentos, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem e providenciando a completa limpeza de todos os locais onde forem realizados os serviços.

10.8.10 Manter todos os dispositivos necessários à execução dos serviços, tais como ferramentas, maquinaria e aparelhagem, inclusive *softwares* dos Fabricantes dos sistemas VRF, *notebook* e conversor, responsabilizando-se pela guarda, segurança e proteção de todo equipamento utilizado, até a conclusão dos serviços.

10.8.11 Manter Ficha de Acompanhamento Individual para cada equipamento, nos termos da Ficha - Histórico (**ANEXO XV**);

10.8.12 Elaborar e enviar mensalmente, até 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a nota fiscal/fatura dos serviços acompanhada do Relatório Técnico Mensal assinado pelo Responsável Técnico da Contratada e pelo fiscal do CONTRATANTE;

10.8.13 Apresentar para pagamento a Nota Fiscal/Fatura acompanhada dos documentos (relatório ou ordem de serviço) devidamente autorizados pelo CONTRATANTE;

10.8.14 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, em prazo razoável e às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

materiais, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções apontados pela FISCALIZAÇÃO.

10.8.15 Manter os equipamentos em bom estado de funcionamento, dentro do padrão recomendado pelos Fabricantes e de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

10.8.16 Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornarem-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo.

10.8.17 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que decorra da execução incorreta dos serviços.

10.8.18 Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, e diligenciar para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), tais como capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido, conforme prescrições da Norma Regulamentada NR 6. O CONTRATANTE poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da CONTRATADA, mantendo-se inalterados os prazos contratuais.

10.8.19 Observar rigorosamente as “Ações e Práticas de Sustentabilidade Ambiental” previstas no termo de referencia, anexo do edital do certame.

10.8.20 Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

10.8.21 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

10.8.22 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado ao TRE/RO ou a terceiros que possa advir direta ou indiretamente, em função da execução dos serviços objeto do contrato.

10.8.23 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou acidentes causados diretamente ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não podendo transferir essa responsabilidade ao CONTRATANTE.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.8.24 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, taxas, emolumentos, aprovações e demais exigências de órgãos competentes para a prestação dos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

10.8.25 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de interesse ou vínculo com o TRE/RO.

10.8.26 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

10.8.27 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

10.8.28 Comunicar ao representante do CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

10.8.29 Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

10.8.30 Afastar, sempre que exigido pelo TRE/RO, de forma imediata, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom atendimento ou ao interesse do serviço público.

10.8.31 Manter funcionários uniformizados com fardamento próprio da empresa, portando crachá, botas e demais EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) durante toda a execução dos serviços.

10.8.32 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados, acatar as reclamações formuladas promover acesso à documentação dos serviços em execução, atendendo prontamente às observações e exigências da fiscalização.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.8.33 Não empregar cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de servidores ou juízes vinculados ao CONTRATANTE.

10.8.34 Prestar informações técnicas, quando solicitado pelo CONTRATANTE, através de orientações, estudos e pareceres sobre eventuais ampliações e modernizações dos equipamentos, bem como outras melhorias que possam ser implantadas pelo CONTRATANTE.

10.8.35 Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo equipamento e material utilizado na execução dos serviços.

10.8.36 Responsabilizar-se pela recomposição e/ou correção de quaisquer defeitos ou prejuízos que venham a causar nos elementos construtivos da CONTRATANTE (alvenaria, instalações gerais, pisos e revestimentos, fachada, vidros, etc.), por conta da execução inadequada dos serviços.

10.8.37 Arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive em horário extraordinário (diurno, noturno, sábados, domingos e feriados), inclusive com iluminação, instalações e equipamentos necessários à plena execução do objeto contratado.

10.8.38 Apresentar à Fiscalização do contrato a relação de seus empregados autorizados a proceder às manutenções preventivas e corretivas, a qual deverá ser imediatamente atualizada no caso de alteração.

10.8.39 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pelo contratante.

10.8.40. Não CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual;

10.8.41 Utilizar os modelo desta contratação quando apresentar relatórios ao CONTRATANTE, podendo, caso queira, incluir logomarca da empresa, sem suprimir quaisquer das informações nos modelos contidas.

10.8.42 Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas no contrato, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto do contrato.

## **10.9 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.9.1 Emitir a Ordem de Serviço em até 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato.

10.9.2 Aprovar, recusar ou apresentar alternativa para o **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC** apresentado pela CONTRATADA.

10.9.3 Disponibilizar as instalações e o apoio necessário à execução dos serviços.

10.9.4 Realizar abertura dos chamados com o menor tempo possível.

10.9.5 Permitir aos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, encarregados da prestação dos serviços objeto do Contrato, completo e livre acesso aos locais de execução, possibilitando-lhes executá-los e procederem às verificações técnicas necessárias durante o horário normal de expediente.

10.9.6 Não permitir a intervenção de terceiros, sem conhecimento técnico, na manutenção dos equipamentos, bem como dar imediata ciência à CONTRATADA de qualquer irregularidade ocorrida no funcionamento ou na manutenção dos equipamentos.

10.9.7 Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo e notificar a CONTRATADA as ocorrências que exijam medidas corretivas.

10.9.9 Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, os serviços prestados e notificar a CONTRATADA para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato.

10.9.10 Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade.

10.9.11 Aplicar penalidades pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou, relevá-lo, se justificado.

10.9.12 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

10.9.12 Dar providências às recomendações da CONTRATADA, concernentes às condições e uso correto dos equipamentos, divulgar orientações e fiscalizar procedimentos.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.9.14 Pagar os mensalmente, os serviços executados no mês anterior ao pagamento, após verificar a regularidade fiscal da CONTRATAÇÃO e da nota fiscal devidamente acompanhada dos relatórios técnicos mensais e documentos exigidos no contrato.

10.9.15 Reunir-se periodicamente com o preposto ou com o representante técnico da CONTRATADA sempre que julgar necessário solucionar questões que estejam interferindo na regularidade da prestação dos serviços.

10.9.16 Registrar em atas as decisões tomadas em reuniões pelas partes.

10.9.17 Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **10.10 DO PAGAMENTO:**

10.10.1 Pela regular execução dos serviços, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia pagará à CONTRATADA o valor apresentado em sua proposta de preços e registrada no contrato, em conformidade com os termos, condições e especificações contratuais, sem qualquer ônus ou acréscimos.

10.10.2. O pagamento será mensal. A contratada deverá apresentar as notas fiscais/faturas no máximo até o 5º (quinto) dia útil subsequente à prestação dos serviços.

10.10.3. O pagamento compreenderá o valor mensal dos serviços de manutenção preventiva e corretiva no mês anterior ao pagamento.

10.10.4. Para autorização do pagamento dos serviços prestados no mês anterior, a CONTRATADA deverá enviar ao TRE/RO os seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal/fatura;
- b) o Relatório Técnico Mensal previsto no item 4.4.3.3 do termo de referência;
- c) as ordens de serviço expedidas pela fiscalização do contrato.

10.10.5. Previamente ao pagamento o CONTRATANTE fará a atestação da regularidade e juntará ao processo os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo sítio eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pelos sítios eletrônicos <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>;

c) Certidão de Regularidade do FGTS emitida pelos sítios eletrônicos <http://www.caixa.gov.br>.

10.10.6. A ausência dos documentos enumerados no item 10.10.4 e da regularidade exigida no item 10.10.5 impede o pagamento até a regularização das pendências.

10.10.7. Cumpridas pela CONTRATADA todas as exigências legais e contratuais, o CONTRATANTE fará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da contratada, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A.

10.10.7.1 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

10.10.7.2 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

10.10.7.3 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

10.10.8. O prazo de 10 (dez) dias úteis previsto no item anterior será contada da data de apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato e, ainda, da comprovação da regularidade dos documentos exigidos neste item.

10.10.9. Haverá **glosa** dos valores nos seguintes casos:

a) pelos serviços de manutenção preventiva não prestados de acordo com o PMOC, adotando-se para o cálculo do valor da glosa a capacidade em toneladas de refrigeração (TR)/BTU's - apurada de acordo com as capacidades indicadas no Anexo III deste termo de referência - dos equipamentos não mantidos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) quando for imposto algum ajuste de pagamento pelo descumprimento dos indicadores de qualidade estabelecidos no acordo de nível de serviço (item 8.12 deste termo de referência).

10.10.10 O CONTRATANTE reserva-se no direito de suspender o pagamento se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações definidas no contrato.

10.10.11 Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| $EM = I \times N \times VP$ | <p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> $I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$ <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p> |
|-----------------------------|---|

10.10.12 Eventual compensação financeira será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

### **10.11. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:**

O contrato pode sofrer alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93. **Para apuração dos percentuais de redução ou acréscimo do objeto será considerado o quantitativo de Toneladas de Refrigeração (TR), reduzida ou acrescida em relação à quantidade total do sistema, de 570 (quinhentas e setenta) de Toneladas de Refrigeração (TR) que compõe o objeto original,** na forma definida no item 2.1.1 deste termo de referência.

### **10.12. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A adoção do Acordo de Nível de Serviço disciplinado pelo art. 6º, Parágrafo único, do Decreto Federal nº 9.507/18, de modo que a RESOLUÇÃO Nº 23.702, DE 9 DE JUNHO DE 2022 não entra em conflito ou veda a sua aplicação. Porque se busca prever níveis esperado de qualidade na prestação do serviço, bem como que sejam cumpridas as obrigações contratuais assumidas e adequações de pagamentos.

O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS é o ajuste estabelecido entre o órgão CONTRATANTE e a CONTRATADA prestadora dos serviços, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

Esse mecanismo de aferição de qualidade é reconhecido pelo Tribunal de Contas da União por meio da **Nota Técnica 6/2010 - Sefti/TCU – versão 1.2.**(Aplicabilidade da Gestão de Nível de Serviço como mecanismo de pagamento por resultados em contratações de serviços de TI pela Administração Pública Federal. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2534415.PDF>).

Nesse sentido, também o **Acórdão TCU nº 717/2010 – Plenário.**

O pagamento à CONTRATADA será efetuado de acordo com a mensuração dos resultados obtidos na execução dos serviços, aferidos na forma de Acordo de Níveis de Serviços, no qual são estabelecidos os indicadores, os procedimentos de fiscalização e os instrumentos de medição adotados pelo CONTRATANTE.

Utilizando-se dos controles necessários, a fiscalização do contrato deverá, mensalmente, informar a gestão do contrato acerca da avaliação da qualidade da prestação dos serviços por meio das ocorrências que acarretam os ajustes no pagamento, com o respectivo percentual de ajuste.

As reduções no pagamento mensal à CONTRATADA, porventura ocorridas pelo descumprimento do Acordo de Níveis de Serviços, configuram ajustes próprios nos pagamentos e não se confundem com as glosas dos serviços não prestados e a aplicação das sanções previstas no item 8.10 deste Termo de Referência.

Em casos de não atendimento das ordens de serviço no prazo contratual estabelecido no Acordo de Níveis de Serviços, por motivo de força maior ou por conta da ocorrência de fatos imprevisíveis, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal comunicando o



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fato, de sorte a subsidiar a FISCALIZAÇÃO na análise da ocorrência, visando uma eventual prorrogação dos prazos estipulados.

**O Acordo de Nível de Serviço, que integrará o futuro contrato, é composto pelos dois indicadores objetivamente mensuráveis e facilmente coletáveis adiante definidos:**

| INDICADOR 01                                    |  |                                   |
|---|--|-----------------------------------|
| CUMPRIMENTO DO PMOC NAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS |  |                                   |
| ITEM  | DESCRIÇÃO DO INDICADOR   |                                   |
| <b>Finalidade</b>                               | Garantir que a execução dos serviços de manutenção preventiva seja realizada nas datas, periodicidades e técnicas especificadas no PMOC.                                   |                                   |
| <b>Meta a cumprir</b>                           | 100% de realização dos serviços de manutenção preventiva nas datas estabelecidas no PMOC.  |                                   |
| <b>Instrumento de medição</b>                   | Planilha de controle do PMOC.  |                                   |
| <b>Forma de acompanhamento</b>                  | Manual - conferência da Planilha de controle do PMOC.  |                                   |
| <b>Periodicidade</b>                            | Mensal.  |                                   |
| <b>Mecanismo de cálculo</b>                     | Cada planilha de PMOC será verificada e valorada individualmente.  |                                   |
| <b>Início da vigência</b>                       | A partir do início dos serviços de acordo com o PMOC aprovado pela fiscalização.   |                                   |
| <b>Faixas de ajuste no pagamento</b>            | <b>Nº de manutenções preventivas com atraso</b>  | <b>Ajuste no Pagamento Mensal</b> |
|   | 0  | 100%                              |
|   | 1  | 99%                               |
|   | 2  | 98%                               |
|   | 3  | 97%                               |
|   | 4 a 6  | 95%                               |
|   | 7 a 10   | 90%                               |
| <b>Sanções</b>                                  | O descumprimento dos prazos e cronogramas das manutenções preventivas poderão, também, ser apenadas com as sanções previstas no subitem 10.13.1 deste termo de referência. |                                   |



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| INDICADOR 02   |   |                            |
|--|---|----------------------------|
| PRAZO DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA |   |                            |
| ITEM   | DESCRIÇÃO DO INDICADOR  |                            |
| Finalidade   | Garantir atendimento célere aos chamados do Contratante.  |                            |
| Meta a cumprir   | Início do atendimento em até 02 (duas) horas.   |                            |
| Instrumento de medição                                     | Relatórios de falhas/defeitos.  |                            |
| Forma de acompanhamento                                    | Manual - conferência dos relatórios de falhas/defeitos.   |                            |
| Periodicidade  | Mensal.   |                            |
| Mecanismo de cálculo                                       | Cada relatório de falhas/defeitos será verificado e valorado individualmente.   |                            |
| Início da vigência   | A contar da hora de recebimento do relatório de falhas/defeito devidamente autorizado pela fiscalização.  |                            |
| Faixas de ajuste no pagamento                              | Nº de atendimentos com atraso   | Ajuste no Pagamento Mensal |
|  | 0   | 100%                       |
|  | 1   | 99%                        |
|  | 2   | 98%                        |
|  | 3   | 97%                        |
|  | 4 a 6   | 95%                        |
|  | 7 a 10  | 90%                        |
| Sanções  | O atraso no atendimento das manutenções corretivas poderão, também, ser apenadas com as sanções previstas no subitem 10.13.1 deste termo de referência. |                            |

**10.13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.13.1 O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, independentemente de glosas por serviços não executados e ajustes de pagamento por descumprimento das metas de qualidade definidos no Acordo de Nível de Serviço, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

**INFRAÇÃO**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| ITEM | DESCRIÇÃO DA SANÇÃO  | GRAU | INCIDÊNCIA   |
|------|--|------|--|
| 01   | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer indivíduo.   | 6    | Por ocorrência   |
| 02   | Fornecer informação falsa sobre serviço ou substituir, sem autorização, materiais, equipamentos, ferramentas e procedimentos.  | 5    | Por ocorrência   |
| 03   | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.   | 4    | Por ocorrência   |
| 04   | Deixar de atender aos chamados de manutenção corretiva classificadas como URGENTES (subitem 4.2.5.1) no prazo máximo estabelecido na tabela, contados da abertura da chamada.                    | 3    | Por ocorrência e por hora  |
| 05   | Deixar de atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho, estabelecidas nos dispositivos legais pertinentes, ou deixar de providenciar os seguros correlatos exigidos em lei. | 3    | Por ocorrência   |
| 06   | Deixar de disponibilizar equipamentos, ferramentas ou quaisquer insumos necessários à realização dos serviços de manutenção que compõem este contrato.   | 3    | Por ocorrência   |
| 07   | Descumprir prazo previamente estabelecido com a Fiscalização para a execução de serviço.   | 3    | Por unidade de tempo definida para determinar o atraso (quantidade de horas, dias, etc.) |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|    |  |   |  |
|----|--|---|--|
| 08 | Descumprir qualquer das obrigações constantes dos itens do Edital e de seus anexos ou qualquer cláusula contratual, desde que não discriminadas nesta tabela de infrações, após notificação formal da Fiscalização.  | 3 | Por ocorrência                               |
| 09 | Executar serviço sem a utilização de equipamento de proteção individual ou coletiva, quando necessário.  | 3 | Por empregado e por ocorrência               |
| 10 | Executar serviço sem autorização expressa da Fiscalização.   | 3 | Por ocorrência                               |
| 11 | Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços ou não comprovar a sua qualificação.  | 3 | Por empregado e por ocorrência               |
| 12 | Deixar de apresentar qualquer informação ou documentação para a comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada quando solicitada pela Fiscalização.  | 2 | Por item, por dia de atraso e por ocorrência |
| 13 | Deixar de manter documentação de habilitação atualizada.   | 2 | Por item, por dia de atraso e por ocorrência |
| 14 | Deixar de realizar os serviços de manutenção preventiva até o décimo dia do mês previsto no cronograma e periodicidade estabelecida no PMOC  | 2 | Por ocorrência e por dia                     |
| 15 | Deixar de sanar os defeitos na hipótese de impossibilidade de sanar o problema na primeira visita, de acordo com os motivos relatados pelo responsável técnico, por escrito, após fixado o prazo para conserto, no limite de 72 (setenta e duas) horas, contados da parada do equipamento. | 2 | Por ocorrência e por dia                     |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|    |  |   |  |
|----|--|---|--|
| 16 | Executar serviço incompleto ou de caráter paliativo sem autorização da Fiscalização, ou deixar de providenciar complementação de serviço.  | 2 | Por ocorrência   |
| 17 | Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização sem motivo justificado.  | 2 | Por ocorrência   |
| 18 | Deixar de atender aos demais chamados de manutenção corretiva (subitem 4.2.5.1) no prazo máximo de 8 (oito) horas, para regularizar anormalidades de funcionamento, contados da abertura da chamada. | 1 | Por ocorrência e por hora  |
| 19 | Descumprir prazo previamente estabelecido com a Fiscalização para devolução de equipamentos retirados para manutenção externa (em oficina)   | 1 | Por unidade de tempo definida para determinar o atraso (quantidade de horas, dias, etc.) |

| <b>GRAU</b> | <b>CORRESPONDÊNCIA</b>   |
|-------------|--|
| 1           | 0,12 % (doze centésimos) do valor global do CONTRATO           |
| 2           | 0,17 % (dezessete centésimos) do valor global do CONTRATO      |
| 3           | 0,22 % (vinte e dois centésimos) do valor global do CONTRATO   |
| 4           | 0,27 % (vinte e sete centésimos) do valor global do CONTRATO   |
| 5           | 0,35 % (trinta e cinco centésimos) do valor global do CONTRATO |



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

|   |  |
|---|--|
| 6 | 0,45 % (quarenta e cinco centésimos) do valor global do CONTRATADA |
|---|--|

10.13.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - Advertência escrita;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

10.13.2.1 Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no item 8.13.2 deste termo de referência.

10.13.3 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

10.13.4 O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o perfeito funcionamento dos aparelhos ou do sistema objeto das manutenções que gerem custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

10.13.5 A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

10.13.6 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

10.13.7 As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

10.13.8 O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norna.

## **10.14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.14.1. Da fiscalização do contrato**

**a) A Fiscalização ficará a cargo dos servidores André Pimentel, Mirvaldo Moraes de Souza e Antônio Roberto dos Santos Ferreira.**

**b) A Gestão ficará a cargo da Seção de Manutenção Predial - SEMAP.**

10.14.1.1. São atribuições do fiscal, que poderá solicitar manifestações, laudos e pareceres técnicos de profissional habilitado para subsidiar sua atuação:

I - Analisar e manifestar-se sobre o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC;

II - Acompanhar a execução dos serviços, manifestando-se sobre as eventuais irregularidades, desconformidades e ocorrências que afetem a qualidade do sistema;

III - Emitir, a seu juízo, os chamados técnicos;

IV - Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções, cientificando o gestor do contrato;

V - Aferir o material utilizado, os serviços realizados, assinar a Ficha de Atendimento apresentada pelo CONTRATADO, quando houver prestação de qualquer dos serviços previstos neste termo de referência;

VI - Atestar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

VII - Analisar, conferir e atestar as notas fiscais, por meio de nota técnica, e encaminhar a documentação ao Gestor do contrato, o qual remeterá à SAOFC, manifestando-se sobre o pagamento;

VIII - Anotar de forma organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, documentando os principais atos através de atas, informações, comunicados, correspondências, termos, relatórios, entre outros;

IX - Atuar de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obrigações relacionados à execução do objeto que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

X - Comunicar o gestor do contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

XI - Comunicar à contratada, pela via mais célere, eventuais irregularidades na execução do contrato, estabelecendo prazo para solução dos problemas apontados e comprovar o recebimento da comunicação pela contratada, cuja cópia deverão ser juntadas no processo para ciência do gestor;

XII - Exercer as demais atribuições de fiscal estabelecidas no art. 27 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;

XIII - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **10.14.2. Da gestão do contrato**

#### **10.14.2.1. São atribuições do gestor, dentre outras atividades:**

I - Zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação e controle previstos nas normas de gestão de contratos da Justiça Eleitoral, atuando de forma suplementar ao fiscal do contrato, atuando de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionadas ao contrato que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

II - Proceder à imediata notificação à contratada nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais, concedendo prazo razoável, quando não fixado no próprio contrato, para sua correção;

III - Registrar os ajustes acordados com o representante da contratada, colhendo sua assinatura e promovendo a sua juntada ao processo;

IV - Juntar no próprio processo, ou em outro relacionado especialmente aberto com este fim - quando a natureza, a complexidade ou o valor da contratação assim determinar - as ocorrências verificadas na execução contratual, bem como as



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

medidas levadas a efeito para sua solução, as quais serão parte integrante do processo de contratação respectivo;

V - Exercer as atribuições de fiscal de documentação, realizando o controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, comercial e contábil;

VI - Dirimir dúvidas e responder a consultas e requerimentos quanto aos termos do contrato, inclusive quanto à alteração contratual, ouvindo, quando necessário, o fiscal do contrato;

VII - Aplicar, se entender conveniente, de forma fundamentada, a pena de advertência e propor à autoridade superior a aplicação de outras penalidades, previstas no contrato;

VIII - Comunicar à Administração, por escrito, sobre o término do contrato, observando o prazo de até 90 (noventa) dias corridos, apresentando as justificativas necessárias, caso se trate da realização de nova licitação, de prorrogação do contrato ou de contratação direta;

IX - Acompanhar todos os atos praticados pelo fiscal de execução, manifestando-se quando necessário;

X - Solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal;

XI - Praticar outros atos e prestar quaisquer informações afins a suas atribuições sempre que solicitadas pelo Secretário da SAOFC ou outra autoridade do Tribunal;

XII - Exercer as demais atribuições de gestor estabelecidas no art. 28 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;

XIII- Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

## **11. DÚVIDAS E VISTÓRIAS TÉCNICAS**

11.1. Todos os interessados poderão realizar vistoria técnica ou solicitar informações complementares (dúvidas técnicas) para conhecimento das especificações do sistema de ar condicionado, desde que o faça até o dia primeiro útil anterior à data da realização do certame.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.2. As vistorias deverão ser previamente agendadas com Seção de Manutenção Predial pelos telefones (69) 3211-2028/2119 ou pelo e-mail [semap@tre-ro.jus.br](mailto:semap@tre-ro.jus.br). As dúvidas técnicas podem ser aviadas pelos mesmos canais de comunicação.

## **12. RESPONSABILIDADES PELOS ELEMENTOS TÉCNICOS DO TR**

12.1. A especificações do sistema de ar condicionado VRF e as informações técnicas do objeto associadas às manutenções, forma de execução dos serviços, materiais que serão empregados, dentre outros aspectos técnicos, foram extraídos dos documentos fornecidos pela Fabricante dos equipamentos, conforme comprovado pelos anexos I a X deste termo de referência.

## **13. DOS ANEXOS**

13.1. Compõem este termo de referência os seguintes anexos:

- a. **Anexo I - Memorial das Instalações Conforto ([1009646](#));**
- b. **Anexo II - Relatório da Instalação Conforto ([1009647](#));**
- c. **Anexo III - Relação de Equipamentos ([1009650](#));**
- d. **Anexo IV - Plano de Manutenção Conforto ([1009651](#));**
- e. **Anexo V - Protocolo de Inspeção ([1009652](#));**
- f. **Anexo VI - Projeto Executivo - Equipamentos ([1009653](#));**
- g. **Anexo VII - Projeto Executivo - Dreno ([1009654](#));**
- h. **Anexo VIII - Projeto Executivo - Elétrico ([1009658](#));**
- i. **Anexo IX - Projeto Executivo - Endereçamento ([1009674](#));**
- j. **Anexo X - Imagens do Sistema Instalado ([1009675](#));**
- k. **Anexo XI - Autorização para retirada de equipamento ([1009677](#));**
- l. **Anexo XII - Laudo técnico - Defeitos ([1046706](#));**
- m. **Anexo XIII - Relatório Técnico - Proposta de solução ([1046708](#));**
- n. **Anexo XIV - Ordem de Execução - Manutenção corretiva ([1046710](#));**
- o. **Anexo XV - Ficha Histórico Equipamentos ([1009682](#));**
- p. **Anexo XVI - Modelo Proposta Comercial ([1046712](#));**
- q. **Anexo XVII - Modelo de declaração de disponibilidade ([1019072](#));**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- r. **Anexo XVIII - Modelo de Declaração de Vistoria Técnica ([1009817](#));**
- s. **Anexo XIX - Declaração de Aceitação de RT ([1019296](#));**
- t. **Anexo XX - Pesquisa de Preços ([1009826](#));**
- u. **Anexo XXI - AS Built e Manutenção Ar de Precisão ([1009833](#));**
- v. **Anexo XXII - Exclusividade da FAM ([1009834](#)).**



Documento assinado eletronicamente por **HYDEN COSTA HAYDEN, Chefe de Seção**, em 31/08/2023, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1055235** e o código CRC **2AEA7E42**.

0003649-42.2022.6.22.8000

1055235v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003649-42.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SEMAP

ASSUNTO: Contratação de serviço especializado - Manutenções do sistema de Condicionadores de Ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal.

**DESPACHO Nº 1111 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP com o objetivo de eventual contratação de serviço especializado para manutenções preventiva e corretiva, do sistema



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Condicionadores de Ar VRF do prédio sede e Anexo II deste Tribunal ([0958499](#)).

Após inicial autorização administrativa para continuidade da tramitação do feito ([0993736](#)), em decorrência de impugnações ao edital houve a suspensão do certame ([1007312](#)). Retomados os trabalhos, operou-se adequações nos documentos de cunho obrigatório do procedimento licitatório, suprimindo a exigência do credenciamento e a previsão contratual de subcontratação, com vistas a ampliar a disputa, bem como evitar eventuais interposições de recursos.

De posse dos autos, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral, baixou os autos em diligência apontando a necessidade de esclarecimentos pontuais relativos ao suporte orçamentário para arcar com a despesa a ser contratada e demais atualizações de valores necessárias, de forma que feitos os devidos esclarecimentos pela unidade demandante, juntou-se nova versão do Termo de Referência (TR n. 13/2023 - [1024390](#)) e a programação orçamentária com a indicação dos valores suficientes a cobrir a despesas no exercício de 2023 ([1024717](#)).

Reiniciada a fase externa do Pregão com a publicação do Edital ([1033370](#)) em 11/06/2023, esta Diretoria-Geral chamou o feito a ordem, ante a existência de aparente conflito envolvendo o objeto dos presentes autos e o da contratação delineada no PSEI N. 0001028-38.2023.6.22.8000, tendo em vista também envolver o fornecimento de peças para manutenções do sistema de climatização VRF (Variable Refrigerant Flow) instalados nos edifícios da Justiça Eleitoral de Rondônia, devolvendo os autos à unidade demandante (SAOFC/SEMAP) para esclarecimentos acerca da continuidade da operacionalização do Pregão n. 13/2023 ([1033342](#)) ou do processamento da inexigibilidade (Despacho 829 ([1036718](#)) proferido nos autos do proc. administrativo [0001028-38.2023.6.22.8000](#)), acarretando nova suspensão do certame ([1037806/1038879](#)) e operando-se baixa da programação orçamentária ([1039527/1039527](#)).

**Revogado o edital do Pregão Eletrônico n. 13/2023** ([1033342](#)) com consequente ajuste da última versão do Termo de Referência (TR n. 13/2023 - [1024390](#)), a unidade demandante, solucionando o conflito de objetos entre os presentes autos e o PSEI n. 0001028-38.2023.6.22.8000, suprimiu a previsão relativa ao fornecimento de peças pela futura contratada no presente certame, sob justificativa de que o fornecimento das referidas peças é realizado no Brasil por fornecedor exclusivo, conforme Carta de Exclusividade ([1019986](#)) emitida pela fabricante MITSUBISHI ELECTRIC em favor da





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa FAM DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA.

Dessa forma, a unidade demandante juntou aos autos **versão final do novo Termo de Referência (TR n. 16/2023- [1055235](#))** e os anexos ajustados (laudo técnico de defeitos - [1046706](#)), relatório técnico proposta de solução - [1046708](#), ordem de execução - manutenção corretiva - [1046710](#) e modelo proposta - [1046712](#), solicitando, assim autorização para republicação do novo edital para deflagração do pregão eletrônico.

De posse dos autos, a SAOFC despachou com comandos de processamento necessários a serem adotados pelas unidades competente (SAC, COFC, SECONT e AJSAOFC) ([1051991](#)), ocasião em que juntou-se aos autos **minuta do contrato** que regerá a relação entre este Tribunal e a futura contratada vencedora do certame licitatório ([1055235](#)) e **programação orçamentária** para custear a despesa no exercício de 2023 ([1057526](#)), informando, ainda, nos termos do evento n. [1057542](#), a impossibilidade realizar a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME, ao passo, que registrou a previsão de execução orçamentária no exercício vindouro (2024) no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

A SAC concluiu que, após atendimento das diligências, o **Termo de Referência nº 16/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([1055235](#))** - complementado pela pesquisa de preços e demais elementos ao processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 (1055601).

Instada a se manifestar, a AJSAOFC, mediante o **Parecer Jurídico nº 197/2023 (1058019)**, ratificou no que não incompatível, os fundamentos e as conclusões dos pareceres jurídicos anteriormente exarados n. 58/2023 ([0992537](#)) e nº 124/2023 ([1019838](#)) opinando pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência nº **16/2023 - SEMAP ([1055235](#))** pela autoridade competente, para atendimento do inciso II do art. 14 do Decreto Federal n. 10.024/2019, pela possibilidade da contratação dos serviços pretendidos, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, **tipo menor preço para o lote único**, com fundamento **art. 1º da**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19**, pela inaplicabilidade ao certame do regime de exclusividade na participação de ME/EPP's, pela possibilidade de subcontratação parcial dos serviços, na forma indicada estabelecida pelos itens 4.5 c/c 10.5 do TR e com fundamento nos artigos 72 e 78, VI, ambos da Lei n. 8.666/93, aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental e pela divulgação dos preços estimados para a contratação

A SAOFC, considerando as razões expostas no parecer jurídico de evento n. [1058019](#), manifestou-se, em síntese, pela aprovação do TR n. 16/2023 - SEMAP ([1055235](#)), autorização da licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tipo "menor preço" para lote único, inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, divulgação do valor estimado da contratação e pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ([1059036](#)).

Assim, retornam os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente verifica-se que **já foram carreados aos autos todos os documentos de cunho obrigatório exigidos na fase de planejamento da pretensa contratação**, tais como Solicitação de Contratação ([0966241](#)), Estudo Técnico Preliminar para Obras, bens e serviços especiais ([0967470](#)), Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0967472](#)) e, **nesta ocasião, após as suspensões do certame, versão final do Termo de Referência (nº 16/2023 - SEMAP ([1055235](#)))**, formatado após ajustes apontados em sede impugnação ao edital e diligências da AJSAOFC e DG, contendo detalhada especificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critério de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

Conforme relatado, a presente contratação, estimada em **R\$ 1.074.222,00** (um milhão, setenta e quatro mil duzentos e vinte e dois reais), **já foi analisada em momento anterior nesta Diretoria-Geral**, sendo exarada decisão administrativa para deflagração do certame, ocasião em que apurou-se a justificativa da contratação pleiteada, sua adequação a modalidade de licitação pretendida, a questão do agrupamento dos serviços em item único, inaplicabilidade do regime de exclusividade da participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte considerando que o valor estimado (R\$ 1.074.222,00) é superior ao estabelecido para o regime de exclusividade.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contudo **em razão da necessidade de alterações no Edital**, mais precisamente na redação do Termo de Referência, impulsionada pelas impugnações e diligências determinadas no curso do procedimento, **os autos retornam a esta Diretoria-Geral** para análise e aprovação de nova versão do Termo de Referência e publicação de novo Edital, a fim de dar continuidade ao processamento do certame para contratação do objeto pretendido por esta Administração.

De antemão registra-se que a **tramitação do feito continuará seguindo o regime jurídico de licitações e contratos administrativos pretérito** (Lei n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002), tendo em vista a disposição expressa na Medida Provisória n. 1.167/2023 que trouxe a possibilidade de licitar ou contratar pelo regime antigo, desde que tenha sido feita esta opção até a data de 31/3/2023, e a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023, como demonstra ser o caso da presente contratação.

Em relação aos demais aspectos da contratação, conforma já anotado nesta ocasião, esta Diretoria-Geral já exarou Despacho n. 723/2023 ([1026401](#)) autorizando a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço para o item único, sob o regime de empreitada por preço global, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019, sendo o modo de disputa e o intervalo dos lances definidos pelo pregoeiro, na forma do art. 14, III, do Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como abordando a questão da inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's para o futuro certamente, haja vista que o valor estimado da contratação excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), além de determinar a divulgação dos valores estimados para a contratação, comandos esses que ratificados nesta ocasião.

No que diz respeito ao aspecto orçamentário, verifica-se a regularidade da despesa em relação às leis orçamentárias nos termos informados pela SPOF ([1057526](#)), havendo, ainda, informação de previsão do montante necessário destinado a custear o objeto da contratação sob análise.

Nesta ocasião, pronuncia-se, então, apenas no tocante às alterações supervenientes efetuadas e inseridas na nova versão do Termo de Referência (TR n. 16/2023 - [1055235](#)).

No que diz respeito às alterações operacionalizadas no Termo de Referência, quando submetidas ao crivo da Assessoria jurídica da SAOFC, todas foram tidas como pertinentes, essenciais e adequadas nos



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

termos dos regramentos que regem a matéria, a fim de viabilizar a continuidade do processamento do certame licitatório de forma regular, uma vez que se tratam de esclarecimentos técnicos e operacionalizados alterando parcialmente o objeto a ser contratado dando fim ao incidente de aparente conflito envolvendo o objeto dos presentes autos e o da contratação delineada no PSEI N. 0001028-38.2023.6.22.8000 (inexigibilidade).

De acordo com a tramitação dos autos, os alterações efetuados no Termo de Referência n. 16/2023- [1055235](#) serviram para ajustar os valores estimados, relativos ao ano de 2023, constantes na Planilha 5 (Aderência Orçamentária), bem como para retirar a previsão de fornecimento de peças pela futura contratada do citado certame, pois o fornecimento das referidas peças é realizado no Brasil por fornecedor exclusivo, conforme Carta de Exclusividade ([1019986](#)) emitida pela fabricante MITSUBISHI ELECTRIC em favor da empresa FAM DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA, visando garantir economicidade e eficiência à futura contratação.

Como registrado no parecer da AJSAOFC, houve alteração no item 2.1 do capítulo 2 do TR, referente ao detalhamento do objeto, do qual foi excluída a obrigação de fornecimento de peças, conforme acima citado, bem como acrescentado ao objeto o fornecimento de gás refrigerante, o qual já constava na redação do Termo de Referência anterior (item 4.4.2.2 - Manutenção corretiva e item 4.4.3.2 - Fornecimento de peças - manutenção corretiva - TR n. 13/2023- [1024390](#)), na Especificação dos Serviços, bem com previsão expressa de que agora a Administração-contratante será o único fornecedor das peças de reposição, item 4.4.3.2 do capítulo 4 do TR, e consequente alteração no valor de referência da contratação (quadro inserto no item 6.1.1, capítulo 6 do TR) e repercussão nos anexos juntados aos eventos de n. [1046706](#), [1046708](#), [1046710](#) e [1046712](#).

Dessa forma, pode concluir que as referidas adequações que integraram agora a redação do Termo de Referência n. 16/2023 ([1055235](#)) e seus anexos, contemplam as alterações necessárias para separar o processo de prestação de serviços do de fornecimento de peças, passando-se agora a ter dois processos distintos, além de outros ajustes em sua redação para correção de erros materiais e quaisquer impropriedades que impactem na futura contratação, que sob o aspecto formal, todas as referidas alterações encontram-se em harmonia com a Lei n. 8.666/93 e a atual jurisprudência.

Sendo assim, analisados os pontos retrocitados, a nova versão do Termo de Referência sob análise encontra-se apta a produzir



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

todos os efeitos jurídicos, podendo compor a minuta do novo Edital do Pregão a ser divulgado contendo as alterações no referido anexo que o compõe.

Registra-se que na minuta do instrumento contratual juntada ao evento n. [1057215](#), conforme anotado no parecer da AJSAOFC, sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, encontrando-se aprovadas pela referida unidade jurídica deste Tribunal.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da aquisição do objeto para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

**1 – Ratifico a aprovação do ETP ([0967470](#)) e, aprovo o Termo de Referência nº 16/2023 - SEMAP ([1055235](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no [art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#);**

**2 - Ratifico a aprovação do valor estimado constante da informação conclusiva de evento [0967472](#), em cumprimento ao [item 40 do Anexo da Portaria 57/2023/CNJ](#), [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);**

**3 – Autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço para o item único, sob o regime de empreitada por preço global, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019, sendo o modo de disputa e o intervalo dos lances definidos pelo pregoeiro, na forma do art. 14, III, do Decreto Federal n. 10.024/2019;**

**4 – Ratifico a determinação relativa à inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's para o futuro certamente, haja vista que o valor estimado da contratação excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Também, não será aplicada a reserva de cota, com fundamento no art. 49, III, da LC 123/06 e pelo art. 10, II, do Decreto n. 8.538/2015;**

**5 – Ratifico a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante [item 5.2](#) do Termo de Referência ([1055235](#)); e**

**6 – Determino a divulgação dos valores estimados para a contratação para fins de composição de preços por parte dos licitantes**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

interessados, conforme definido no item 6.3 - Notas - III do Termo de Referência n. 16/2023 ([1055235](#)).

À SAOFC para a continuidade, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/09/2023, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1063451** e o código CRC **1DC62022**.

0003649-42.2022.6.22.8000

1063451v60



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003649-42.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Minuta de Edital - Contratação de serviço especializado - Manutenções do sistema de Condicionadores de Ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 217 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP, com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à Contratação de serviço especializado para manutenções do sistema de Condicionadores de Ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal, consoante Termo de Abertura ([0958499](#)) e Solicitação da Contratação n. 8/23 ([0966241](#)).

**02.** O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria por meio do Parecer Jurídico n. 197/2023 ([1058019](#)),





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

oportunidade na qual opinou-se, entre outros aspectos, pela adoção da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, **tipo menor preço para o lote único**, com fundamento **art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19**, sendo **inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's** na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC nº 123/06; pela possibilidade de subcontratação parcial dos serviços, na forma indicada estabelecida pelos itens 10.5 c/c 4.5 do TR e com fundamento nos artigos 72 e 78, VI, ambos da Lei n. 8.666/93; pela aferição por parte da SAOFC sobre a efetiva demonstração de indicação da fonte orçamentaria para a cobertura das despesas da contratação no exercício de 2023.

**03.** Por conseguinte, o SAOFC manifestou-se, entre outros aspectos, pela aplicabilidade dos regimes jurídicos da Lei n. 8.666/93 e da Lei n. 10.520/2002, aprovação do novo Termo de Referência - SEMAP 16/2023 ([1055235](#)), inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC nº 123/06, em detrimento do valor da contratação e remeteu o feito à deliberação superior.

**04.** Ato contínuo, pelo Despacho n. 1111/2023 ([1063451](#)), a Diretora Geral, entre outros aspectos, ratificou a aprovação do ETP ([0967470](#)) e aprovou o Termo de Referência nº 16/2023 - SEMAP ([1055235](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019; autorizou a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço para o item único, sob o regime de empreitada por preço global, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019, sendo o modo de disputa e o intervalo dos lances definidos pelo pregoeiro, na forma do art. 14, III, do Decreto Federal n. 10.024/2019; ratificou a determinação relativa à inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's para o futuro certamente, haja vista que o valor estimado da contratação excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), além de determinar a divulgação dos valores estimados para a contratação.

**05.** Assim, o SAOFC remeteu o feito à ASLIC para elaboração da minuta de edital, e, por fim, a esta Assessoria para parecer ([1065853](#)).

**06.** Por sua vez, a ASLIC juntou minuta de edital ([1068342](#)) e remeteu o feito para análise e parecer ([1068351](#)). Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**É o necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**07.** Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

**08.** Registra-se que a presente contratação encontra-se formatada nos moldes da **Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93** e que **há autorização expressa**, por parte da autoridade competente, datada do dia 27/09/2023 ([1063451](#)), para utilização dos referidos normativos, em harmonia com o **Acórdão nº 507/2023 – TCU – Plenário**.

**09.** Observa-se ainda que a minuta do edital em tela contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei n. 8.666/93, notadamente em seu art. 40 e da Lei n. 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação decorrentes da legislação regedora.

### **10. Destaca-se:**

**a)** a indicação do regime legal de regência do certame pela Lei Complementar n. 123/2006, pela Lei nº 10.520/02, pelos Decretos Federais nº 8.538/2015 e 10.024/2019 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 (capítulo 1);

**b)** as informações acerca da aquisição do edital, esclarecimentos e impugnações (capítulo 2);

**c)** a especificação do objeto pretendido e a informação acerca da dotação orçamentária para a contratação (capítulo 3);

**d)** o tratamento diferenciado e simplificado previsto na LC 123/2006, de acordo com o item 4.2.1 c/c o Capítulo 11 do edital;

**e)** a previsão de apresentação de proposta com seus anexos e documentos de habilitação (item 5.1), com a indicação do global da proposta, (item 5.2.1) e, ainda, os anexos obrigatórios da proposta. (5.2.1.1);



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**f)** a adoção do modo de disputa aberto, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos, de acordo com o item 7.6 do edital;

**g)** o critério de julgamento de classificação e aceitação das propostas pelo **MENOR VALOR GLOBAL DA PROPOSTA**, expresso em moeda corrente nacional, obtido pelo adequado preenchimento do quadro 2 do ANEXO XVI., item 8.2 do edital;

**h)** a necessária comprovação da habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n. 9.854/99) e declarações legais, de acordo com os itens 9.1 a 9.7 do edital, enviadas por meio do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

**11.** Assinala-se que, na elaboração do instrumento, especificamente nos subtópicos **10.3**, houve registro de prazo razoável de **02 (duas) horas**, a partir da solicitação pelo pregoeiro, para o envio de toda e qualquer documentação complementar referente à habilitação, nos termos do art. 38, § 2º, do Decreto n. 10.024/2019.

**12.** Além disso, constatou-se que o pregoeiro cuidou para que os preços estimados fossem divulgados, recomendação devidamente autorizada pela Diretoria Geral do TRE-RO ([1026401](#)) e que consta expressamente no anexo XVI da minuta do edital.

**13.** Verifica-se, ainda, que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento ([1027115](#)), ademais reproduzida no Anexo XXIII do edital - sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

**14.** A minuta do edital é complementada pelos seguintes anexos:

**Anexo I** - Memorial das Instalações Conforto;

**Anexo II** - Relatório da Instalação Conforto;

**Anexo III** - Relação de equipamentos;

**Anexo IV** - Plano de Manutenção Conforto;

**Anexo V** - Protocolo de Inspeção;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Anexo VI** - Projeto Executivo Equipamentos;
- Anexo VII** - Projeto Executivo Dreno;
- Anexo VIII** - Projeto Executivo Elétrico;
- Anexo IX** - Projeto Executivo Endereçamento;
- Anexo X** - Imagens do sistema instalado conforto;
- Anexo XI** - Autorização para retirada de equipamentos;
- Anexo XII** - Laudo Técnico - Defeitos;
- Anexo XIII** - Relatório Técnico Proposta Solução;
- Anexo XIV** - Ordem de execução manutenção corretiva;
- Anexo XV** - Ficha Histórico Equipamentos;
- Anexo XVI** - Modelo de Proposta;
- Anexo XVII** - Modelo de declaração de disponibilidade;
- Anexo XVIII** - Modelo de Declaração de Vistoria Técnica;
- Anexo XIX** - Declaração de indicação e aceitação de responsabilidade técnica;
- Anexo XX** - Pesquisa de Preços;
- Anexo XXI** - As Built e Manutenção Ar Precisão;
- Anexo XXII** - Consulta FAM
- Anexo XXIII** - Minuta de Contrato;
- Anexo XXIV** – Termo de Referência nº 16.

**15.** Não obstante, sugere-se à ASLIC a revisão do texto do instrumento convocatório, antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura.

### **III – CONCLUSÃO**

**16. Pelo exposto**, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do edital e seus anexos ([1068342](#)), estando o instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 04/10/2023, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 04/10/2023, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1068529** e o código CRC **FBDEA127**.

0003649-42.2022.6.22.8000

1068529v5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003649-42.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Final de pregão eletrônico - Contratação de serviço especializado - Manutenções do sistema de Condicionadores de Ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 257 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

### **I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP, com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à Contratação de serviço especializado para manutenções do sistema de Condicionadores de Ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal, consoante Termo de Abertura ([0958499](#)) e Solicitação da Contratação nº 8/23 ([0966241](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**02.** O relato completo do procedimento até a sua aprovação pela autoridade administrativa está reproduzido no **Parecer Jurídico nº 58**, de 27/03/2023 ([0992537](#)). Na sequência, a minuta de edital foi aprovada por esta Assessoria Jurídica da SAOFC por meio do **Parecer Jurídico nº 84**, de 18/04/2023 ([1000240](#)). Contudo, tiveram várias intercorrências na fase externa deste procedimento licitatório. Após publicação do edital, **o certame foi suspenso** para ajustes motivado por interposições de impugnações ao edital ([1007312](#)), motivo pelo qual os documentos da contratação foram novamente analisados por meio do **Parecer Jurídico nº 124**, de 07/06/2023 ([1019838](#)) e **Parecer Jurídico nº 141**, de 07/07/2023 ([1031844](#)). Novamente, houve a suspensão do pregão em comento ([1038879](#)) solicitado pela SEMAP, a qual constatou necessidade de alterações no TR ([1038882](#)).

**03.** Assim, juntou-se novos documentos - TR nº 16-SEMAP ([1055235](#)), minuta da SECONT ([1057215](#)) e programação orçamentária ([1057526](#)) - os quais foram analisados por esta AJSAOFC mediante **Parecer Jurídico nº 197**, de 08/09/2023([1058019](#)), culminando na determinação de retomada do certame ([1063451](#)). Em função disso, nova minuta do edital veio aos autos do processo ([1068342](#)), sendo, por fim, analisada e aprovada por esta unidade por meio do **Parecer Jurídico nº 217**, de 04/10/2023 ([1068529](#)).

**04.** Concluída, enfim, a longa fase interna, reiniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico nº 13/2023 ([1070416](#)), por meio de sua republicação, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento ([1070418](#)).

**05.** Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) pedido de esclarecimento manejado pela empresa AIRTEMP MANUTENÇÃO E SOLUÇÕES EM CLIMATIZAÇÃO LTDA, respondido pelo Pregoeiro com apoio da unidade técnica por meio dos eventos ([1075176](#), [1075382](#) e [1075733](#)):

c) relatório de propostas – Comprasnet ([1076025](#));

d) proposta e documentos de habilitação da licitante VENTOSUL SOLUÇÕES TÉRMICA LTDA, CNPJ 24.485.960/0001-57, juntados nos eventos [1076026](#), [1076027](#), [1076085](#), [1076108](#), [1076118](#) e [1076212](#), que foi aceita;

e) ata do Pregão Eletrônico ([1076268](#)).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **FASE RECURSAL:**

A licitante **AIR CLEAN COMÉRCIO VAREGISTA DE AR CONDICIONADO LTDA** ([1076269](#)) registrou intenção de recurso, que foi aceita pelo Pregoeiro.

A referida licitante apresentou razões recursais, nas quais, em síntese, ataca a decisão que habilitou a licitante vencedora **VENTOSUL SOLUÇÕES TÉRMICAS LTDA** pelo não atendimento aos requisitos de habilitação técnica, consistentes em atestado FAM, o qual alegou está previsto no 5.2.2.b.1 do Edital e, também, em não ser qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ([1078024](#)).

Nas suas contrarrazões, a licitante vencedora defendeu que a peça recursal da recorrente seja no mérito INDEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos em suas contrarrazões ([1078052](#)). O Pregoeiro manifestou-se pela improcedência do recurso apresentado ([1081201](#)).

**06.** Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório 53/2023 ([1081203](#)), no qual manifestou-se pela improcedência do recurso administrativo apresentado, além de remeter os autos à apreciação, decisão e deliberação superior quanto à homologação do certame por parte da autoridade administrativa. Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1081211](#)).

**É o necessário relatório.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**07.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas ([1070416](#)), em atendimento ao disposto no citado Decreto.

**08.** Nas publicações dos avisos ([1070418](#)) constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**09.** Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:**

**Pedido de esclarecimento:** Tanta primeira publicação, quanto na segunda, houve 1 (um) pedido de esclarecimento prontamente respondida ([1006572](#) e [1075733](#)).

**Impugnação:** Com relação primeiro edital, publicado em 20/4/2023, foram registrados 3 (três) impugnações, sendo considerada duas procedentes e ocasionando a suspensão do processo licitatório ([1006560](#), [1006564](#) e [1006569](#)). Esta unidade jurídica analisou os referidos documentos no Parecer nº 124 de 07/06/2023 ([1019838](#)).

**b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital:** Não houve;

**c) Lances:** Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([1076026](#)) e todos os lances de cada item na ata do pregão ([1076268](#)).

**d) Item deserto:** Não houve;

**e) Cancelados na Aceitação:** Não houve;

**f) Aceitação/negociação:** Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

**ANÁLISE:** As diversas ocorrências foram registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([1081203](#)), cujas justificativas - também alinhavadas no relatório deste parecer - demonstram a aplicação objetiva dos critérios de recusa e aceitação de proposta.

Os atos contaram com a oitiva prévia da unidade demandante, determinante para a aceitação da proposta no valor total de R\$ 932.999,76 (novecentos e trinta e dois mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos) da licitante primeira colocada na fase de lances **VENTOSUL SOLUÇÕES TERMICAS LTDA.** Após tentativa de negociação promovida pelo Pregoeiro, a empresa não aceitou a redução de preços proposta, contudo apresentou valor inferior ao lance na proposta ajusta ([1076027](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nas decisões do Pregoeiro.

**g) Fase de Habilitação:** Como referido no relatório deste parecer, após a juntada dos documentos de habilitação técnica, a unidade demandante manifestou pelo cumprimento das exigências editalícias ([1076159](#)). Dessa forma, de acordo com os registros que constam ata do Pregão ([1076268](#)), a documentação da empresa **VENTOSUL SOLUÇÕES TERMICAS LTDA** foi julgada regular, razão pela qual foi declarada vencedora do certame.

Da referida decisão, houve manifestação de intenção recursal.

### **FASE RECURSAL:**

#### **INTENÇÃO DE RECURSO:**

**A AIR CLEAN COMÉRCIO VAREGISTA DE AR CONDICIONADO LTDA** ([1076269](#)) registrou intenção de recurso, que foi aceita pelo Pregoeiro.

### **RECURSO:**

Relativamente à **intenção de recurso** apresentada pela licitante **citada**, foi aduzido em suas razões o seguinte ([1078024](#)):

Observa-se que o objeto da presente licitação é Contratação de pessoa jurídica especializada, regularmente credenciada pela MITSUBISHI no Brasil, para prestação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva do sistema de climatização VRF (Variable Refrigerant Flow) instalado no Edifício-Sede e no Depósito de Urnas - Anexo II do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos. **No entanto, embora claramente o edital tenha deixado claro a necessidade de empresas CREDENCIADAS pela Mitsubishi no Brasil, a empresa ora vencedora do certame não apresentou em seu rol de documentos o Atestado FAM**, conforme o solicitado no item 5.2.2.b.1, observe: 5.2.2. Constituem ANEXOS OBRIGATÓRIO DE PROPOSTA, que deverão ser apresentados nos termos no item 5.1. deste Edital, quando do cadastramento da proposta no sistema: b.1) Para as licitantes credenciadas: Que é credenciada pela MITSUBISHI ELETRIC DO BRASIL e que apresentará, até a data da assinatura do contato oriundo desta licitação, documento comprobatório de credenciamento válido expedido pela MITSUBISHI ELETRIC DO BRASIL (FAM da Amazônia Indústria e Comércio de ar condicionado Ltda.), do qual deverá constar (...)

Ao solicitar que a empresa esteja **REGULARMENTE CREDENCIADA**, é notório que a empresa deve apresentar o certificado **ATUALIZADO**, no entanto o vencimento do documento apresentado foi no dia 31/12/2022, a mais de 10 meses,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

não tendo, portanto, validade para atender o Tribunal Eleitoral do Estado de Rondônia, conforme a imagem abaixo demonstra

(...)

Tal análise, reitera-se que a empresa possui faturamento superior a expectativa de Receita Bruta Anual. Ou seja, ela faturou acima de uma EPP, as empresas com essa nomenclatura podem ser denominadas Empresas de médio ou Grande Porte, motivo pelo qual, não faz jus de prazo para regularização dos documentos apresentados, aqueles que foram anexados de forma incorreta são passíveis de INABILITAÇÃO.

Em sua manifestação ([1081201](#)), o pregoeiro argumentou, sem síntese:

**II – MANIFESTAÇÃO TÉCNICA** 6. Embora as alegações do RECORRENTE estejam relacionadas à qualificação técnica, a análise técnica da unidade demandante foi dispensada, uma vez que as exigências apontadas pelo RECORRENTE como não atendidas não estão previstas no edital como critérios de habilitação, como será esclarecido a seguir.

(...)

8. Pois bem. A partir da descrição fornecida, **depreende-se que o RECORRENTE não acompanhou o processo de licitação de forma apropriada. As informações mencionadas baseiam-se no edital divulgado em 20 de abril de 2023.** No entanto, houve impugnações após essa data que levaram a unidade demandante a reavaliar o objeto, resultando em modificações que incluíram a exclusão da exigência de credenciamento. **Um novo edital foi publicado em 11 de julho de 2023, mas posteriormente foi suspenso em 25 de julho de 2023, por determinação da Diretora-Geral deste Tribunal.** 9. Após a suspensão do edital de 11 de julho de 2023, foi ordenada a publicação de um novo edital, **que apresentou modificações significativas em comparação com o edital anterior. Esse novo edital foi divulgado em 6 de outubro de 2023 e é o edital que rege o certame.** Veja-se a descrição do objeto:

Contratação de pessoa jurídica especializada, para prestação de serviços de manutenção, preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de gás frigorígeno, incluindo configuração, operação e ajustes do sistema de climatização VRF (Variable Refrigerant Flow), instalado no Edifício Sede e no Anexo II - Depósito de Urnas - do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e sistema de climatização de precisão, com disponibilidade de alta vazão de ar, controle eficiente e preciso de temperatura e umidade, cujos equipamentos são do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, da marca Mitsubishi, que compreende o emprego de equipamentos/ferramentas e o fornecimento de materiais de consumo necessários à execução dos serviços pelo período de 36 (trinta e seis) meses, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos. **10. Conforme claramente evidenciado na descrição do objeto reproduzida, o que pode ser corroborado pela análise dos itens 5.2.2 (ANEXOS OBRIGATÓRIOS DA PROPOSTA) e 9 (DA HABILITAÇÃO) do edital, não há menção à exigência de credenciamento nem à necessidade de um "atestado FAM" no novo edital do certame.** Portanto, não é necessário discorrer acerca do certificado expirado, uma vez que ele não é mencionado no edital e, consequentemente, não faz parte da análise.

(...)

12. Pois bem. Primeiramente, é crucial notar que **o edital do certame não estipulou a exclusividade de participação para Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme indicado no item 4.1 do edital.** Portanto, qualquer empresa do setor que cumprisse os requisitos do edital e desejasse participar poderia fazê-lo. Apesar de não estabelecer a exclusividade, o edital previu o tratamento favorecido,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

diferenciado e simplificado para Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme estabelecido na Lei Complementar n. 123/2006. Nesse sentido, é importante observar que a empresa vencedora não declarou ser um ME/EPP e, portanto, não é elegível, de fato, para receber esses benefícios. Dito isto, ressalta-se que a interpretação do RECORRENTE está equivocada, pois os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 se referem à regularização de documentos fiscais, o que não é relevante para a situação em questão. Além disso, como mencionado anteriormente, não há motivo para concessão de prazo para regularização da documentação, uma vez que a empresa vencedora cumpriu os requisitos estabelecidos no edital, conforme manifestação técnica acerca da documentação apresentada.

(...)

Assim, o Pregoeiro conheceu do recurso, dadas a tempestividade, a legitimidade e a adequação do meio, manteve a decisão atacada (habilitação do vencedor), pelos fatos e motivos expostos em sua manifestação e encaminhou os autos à apreciação da Autoridade Superior para decisão definitiva ([1081201](#)).

**Análise:** Esta unidade entende como legal e provida de lastro normativo (normas do edital) a decisão do Pregoeiro.

Como ali registrado, a questão principal (habilitação) atacada não está presente no último edital publicado, assim as argumentações apresentadas carecem de fundamentos fáticos. E, quanto a ausência de enquadramento da licitante vencedora como ME/EPP, verifica-se nos que a licitação em análise é destinada a ampla concorrência e que a licitante vencedora não utilizou nenhum benefício da Lei Complementar nº 123/2006.

**Em razão do exposto**, opina esta Assessoria jurídica pelo **conhecimento do recurso**, vez que tempestivo, aviado por parte legítima, sendo o instrumento adequado à eventual correção do ato atacado e, **no mérito, por seu total improvimento**, pelos fundamentos que integram a manifestação do Pregoeiro e os demais elementos contidos neste parecer jurídico.

Registra-se, por fim, que, em razão de as matérias discutidas no recurso serem de cunho estritamente relacionados a regras sobre procedimento licitatório, a ausência de manifestação da unidade técnica sobre as razões e contrarrazões do recurso antes da decisão do pregoeiro, neste caso, não afronta o Despacho nº 1422/2022 - GABDG ([0933740](#)), o qual acolheu a recomendação contida no item 13, II, do Parecer Jurídico nº 238/2022 - AJSAOFC ([0930214](#)). A saber:

(...)

**II** - Tratando-se de decisões que recaiam, mesmo que de forma indireta, sobre aspectos técnicos da aceitação do objeto ou nas condições de habilitação técnica,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

avaliar, de acordo com a complexidade de cada caso, a opção de SEMPRE enviar o processo à unidade técnica-demandante ou outra com habilitação legal para sobre ela se manifestar, notadamente quando as decisões sobre tais aspectos foram objeto de questionamentos na via recursal, até mesmo para evitar-se eventuais alegações de irregularidade formal nas decisões proferidas pelos pregoeiros, quando desprovidos da formação profissional exigida, conforme registrado no item 6 deste parecer;

(...)

**h) Adjudicação:** Face a interposição de recurso, será analisada pela autoridade administrativa.

**10.** Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

### **III – CONCLUSÃO**

**11. Por todo o exposto,** esta Assessoria Jurídica opina:

**I -** Pelo conhecimento do recurso manejado pela licitante **AIR CLEAN COMERCIO VAREGISTA DE AR CONDICIONADO LTDA** ([1078024](#)) e, no mérito, na esteira da manifestação do Pregoeiro ([1081201](#)) e da análise contida neste parecer, pela **total improcedência**, com base nos princípios da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, e, consequentemente, pela manutenção da decisão do Pregoeiro exarada no PE nº 13/2023, quanto à aceitação da proposta, habilitação e declaração da licitante **VENTOSUL SOLUÇÕES TÉRMICAS LTDA - CNPJ 24.485.960/0001-57** como vencedora da licitação, na forma registrada na ata do certame ([1076268](#));

**II -** Pela **adjudicação** do objeto em favor da licitante **VENTOSUL SOLUÇÕES TÉRMICAS LTDA - CNPJ 24.485.960/0001-57**, face a improcedência do recurso, na forma apontada no inciso anterior e na análise contida neste parecer;

**III -** Pela **homologação do certame pela autoridade competente**, caso adjudicado pela própria autoridade administrativa em





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

razão do improvidente dos recursos, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02

i. Ressalta-se, por oportuno, que a presente contratação se encontra fundamentada **Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93**, de acordo com autorização expressa da autoridade competente, datada do dia 27/09/2023 ([1063451](#)). Assim, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece, em harmonia com o **Acórdão nº 507/2023 – TCU – Plenário**, que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, veja-se:

(..)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

**Parágrafo único. Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.**

**12.** Registra-se que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

**13.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 10/11/2023, às 17:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 10/11/2023, às 17:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1083515** e o código CRC **A6A6668E**.

0003649-42.2022.6.22.8000

1083515v24



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003649-42.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial - SEMAP

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 13/2023 - Contratação de serviço especializado - manutenções do sistema de condicionadores de ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal.

**DESPACHO Nº 1396 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP, com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à contratação de serviço especializado para manutenções do sistema de condicionadores de ar VRF do prédio Sede e Anexo II deste Tribunal, consoante Termo de Abertura ([0958499](#)) e Solicitação da Contratação nº 8/23 ([0966241](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 13/2023 ([1070416](#)), por meio de sua republicação, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento [1070418](#).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em relação ao edital, foi apresentado um pedido de esclarecimento, devidamente respondido ([1075733](#)). Não houve impugnação.

O Pregoeiro trouxe aos autos o relatório de propostas ([1076025](#)) e a Ata do Certame ([1076268](#)).

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, a unidade demandante manifestou-se favorável à aceitação da proposta no valor total de R\$ 932.999,76 (novecentos e trinta e dois mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos) da licitante primeira colocada na fase de lances VENTOSUL SOLUÇÕES TERMICAS LTDA. Após tentativa de negociação promovida pelo Pregoeiro, a empresa não aceitou a redução de preços proposta, contudo, apresentou valor inferior ao lance na proposta ajustada ([1076027](#)). Dessa forma, de acordo com os registros que constam da Ata do Pregão ([1076268](#)), a documentação da empresa VENTOSUL SOLUÇÕES TERMICAS LTDA foi julgada regular, razão pela qual foi declarada vencedora do certame.

Na fase recursal, houve registro de intenção de recurso, apresentado pela licitante AIR CLEAN COMÉRCIO VAREGISTA DE AR CONDICIONADO LTDA ([1076269](#)), que foi aceita pelo Pregoeiro. Em suas razões recursais ([1078024](#)), a recorrente, em síntese, insurge-se contra ato do Pregoeiro que habilitou a empresa VENTOSUL SOLUÇÕES TERMICAS LTDA, por entender que a empresa vencedora não atendeu aos critérios objetivos estabelecidos no item 5.2.2 do edital, visto que, a seu ver, a empresa não forneceu a documentação adequada (atestado FAM) e, além disso, apresentou certificado vencido. Por fim, a recorrente afirma que a empresa vencedora não se qualifica como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

A licitante vencedora VENTOSUL SOLUÇÕES TERMICAS LTDA. apresentou contrarrazões ([1078052](#)).

O Pregoeiro apresentou manifestação ([1081201](#)), na qual conheceu do recurso, dada a tempestividade, a legitimidade e a adequação do meio, manteve a decisão atacada (habilitação do vencedor), pelos fatos e motivos ali expostos e encaminhou os autos à apreciação da Autoridade Superior para decisão definitiva.

Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório nº 53/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1081203](#)), destacando sua manifestação pela improcedência do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recurso, com vistas à apreciação superior, decisão e deliberação quanto à homologação do certame pela autoridade administrativa. Assim, os autos foram remetidos à AJSAOFC para análise dos atos praticados na licitação ([1081211](#)).

Mediante o Parecer Jurídico nº 257/2023 ([1083515](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pelo conhecimento do recurso manejado pela licitante AIR CLEAN COMERCIO VAREGISTA DE AR CONDICIONADO LTDA ([1078024](#)) e, no mérito, na esteira da manifestação do Pregoeiro ([1081201](#)), pela total improcedência, com base nos princípios da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, e, consequentemente, pela manutenção da decisão do Pregoeiro exarada no PE nº 13/2023, quanto à aceitação da proposta, habilitação e declaração da licitante VENTOSUL SOLUÇÕES TÉRMICAS LTDA - CNPJ 24.485.960/0001-57 como vencedora da licitação, na forma registrada na ata do certame ([1076268](#)). Por fim, opinou pela adjudicação do objeto em favor da empresa VENTOSUL SOLUÇÕES TÉRMICAS LTDA - CNPJ 24.485.960/0001-57, em razão da improcedência do recurso; e homologação do certame pela autoridade competente. Após, devem retornar os autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, com juntada do comprovante nos autos.

### **É o necessário relatório. Passo à análise do recurso.**

Preliminarmente, verifica-se que a recorrente participou do certame, caracterizando o seu interesse. O recurso foi apresentado tempestivamente e na forma prevista no edital. Assim, dele conheço.

No mérito, verifica-se que não assiste razão à recorrente.

Compulsando os autos, verifica-se que as razões da recorrente AIR CLEAN COMERCIO VAREGISTA DE AR CONDICIONADO LTDA. não merecem prosperar, pois a questão principal contra a qual insurge a recorrente (habilitação da vencedora) não está presente no último edital publicado. Assim, as alegações apresentadas carecem de fundamentos fáticos. Ademais, quanto à ausência de enquadramento da licitante vencedora como ME/EPP, verifica-se nos autos que a licitação em análise é destinada à ampla concorrência e a licitante vencedora não utilizou nenhum benefício da Lei Complementar nº 123/2006.

Além disso, conforme bem ponderado pelo Pregoeiro em sua manifestação, a recorrente fundamenta seu recurso com base no edital de certame superado, o que faz surgir questionamentos sobre a natureza do



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recurso, conforme notado pela empresa vencedora em suas contrarrazões. Desse modo, ressalta-se a importância de os licitantes zelarem pela celeridade e economicidade do processo licitatório. É fundamental para o bom andamento do processo licitatório que os recursos sejam apresentados de forma consistente e em conformidade com o edital condutor do certame, a fim de garantir a eficiência e a celeridade na licitação.

Por oportuno, vale ressaltar que embora as alegações da recorrente estejam relacionadas à qualificação técnica, a análise técnica da unidade demandante foi dispensada, uma vez que as exigências apontadas pelo RECORRENTE como não atendidas não estão previstas no edital como critérios de habilitação, ou seja, referem-se estritamente às regras sobre o procedimento licitatório. Não obstante, verifica-se que o pregoeiro analisou ponto a ponto as alegações da recorrente ([1081201](#)), e todas foram rechaçadas.

Destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao rejeitar em sua análise as alegações da empresa recorrente, tendo como fundamento o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Conclui-se, portanto, que a manifestação do Pregoeiro ([1081201](#)), avaliou todas as razões do recurso ([1078024](#)), com suporte em normas e princípios administrativos pertinentes ao assunto, seguiu fielmente as regras editalícias e não merece reforma.

Constata-se, ainda, que no certame foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de acordo com autorização expressa da autoridade competente, datada do dia 27/09/2023 ([1063451](#)). Assim, a Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece, em harmonia com o Acórdão nº 507/2023 – TCU – Plenário, que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([1076268](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) **Conheço do recurso** interposto pela empresa AIR CLEAN COMERCIO VAREGISTA DE AR CONDICIONADO LTDA. e, **no mérito, nego-lhe provimento**, mantendo inalterada a decisão do Pregoeiro em todos os seus fundamentos;

b) **ADJUDICO o objeto do certame em favor da empresa** VENTOSUL SOLUÇÕES TÉRMICAS LTDA. - CNPJ 24.485.960/0001-57, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público, com fundamento no art. 4º, XXI da Lei n. 10.520/02; e

c) **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 13/2023 (1070416)**, com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à ASLIC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 24/11/2023, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1086904** e o código CRC **E353BCAF**.